



**Universidade de  
Aveiro**  
2019

Departamento de Economia, Gestão, Engenharia  
Industrial e Turismo

**ANA SOFIA VALENTE CUNHA E SILVA    A DETERMINAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE  
AUDITORIA EXTERNA: EVIDÊNCIA EM PORTUGAL E  
ESPANHA**



**Universidade de  
Aveiro**

**2019**

Departamento de Economia, Gestão,  
Engenharia Industrial e Turismo

**ANA SOFIA VALENTE  
CUNHA E SILVA**

**A DETERMINAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE  
AUDITORIA EXTERNA: EVIDÊNCIA EM PORTUGAL  
E ESPANHA**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Helena Coelho Inácio, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e coorientação da Professora Doutora Elisabete Fátima Simões Vieira, Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho ao meu namorado Domingos Terra por todo o carinho, dedicação e apoio incondicional. Obrigado por acreditares sempre em mim e por seres o meu porto seguro.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão**  
professor catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis**  
professora coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração  
de Coimbra

**Prof. Doutor Paulo Miguel Marques Gama Gonçalves**  
professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Prof. Doutora Raquel Matias da Fonseca**  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Sara Alexandra da Eira Serra**  
professora adjunta do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

**Prof. Doutora Helena Coelho Inácio**  
professora adjunta da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Ao longo deste trabalho fui apoiada por várias pessoas, às quais quero mostrar toda a minha gratidão.

Em primeiro lugar começo por agradecer às minhas orientadoras Doutora Helena Inácio e Doutora Elisabete Vieira por estes anos de colaboração, pelos conhecimentos e orientação transmitida, por toda a disponibilidade demonstrada, apoio e encorajamento nos momentos mais difíceis. A vocês um muito obrigado de coração.

Agradeço também aos funcionários da biblioteca do ISCAA-UA, em especial à Maria do Céu Vieira e Alexandra Bastos, por toda a ajuda demonstrada na pesquisa do meu trabalho e recolha de elementos bibliográficos.

Agradeço também aos meus amigos, em especial à Ana Mary, à Ana Lopes e à Liliana Almeida pela preciosa ajuda, apoio e por acreditarem sempre em mim.

Por ultimo, mas de um forma muito especial, agradeço à minha família pelo apoio e força dada ao longo deste caminho, em especial à minha mãe Ana Maria, ao meu pai Nelson José, ao meu irmão Nelson Ricardo e à Graciete.

## palavras-chave

Auditoria, Portugal, Espanha, honorários, independência, qualidade.

## resumo

A exigência cada vez maior de informação financeira credível e transparente tem colocado os auditores externos no foco principal, principalmente no que diz respeito aos seus honorários. Os auditores externos emitem uma opinião sobre a informação financeira da empresa e recebem um valor sobre esse serviço, valor esse que se muito elevado pode originar situações de dependência, mas se demasiado baixo pode não evidenciar o real esforço do auditor. Com este trabalho pretendeu-se assim analisar os diversos fatores que influenciam os honorários dos auditores externos para Portugal e Espanha dividindo-se o trabalho em três estudos. Nos dois primeiros estudos utilizou-se o modelo *pooled* OLS numa amostra constituída pelas empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa (*Euronext Lisbon*) e nas quatro bolsas de valores espanholas (Valência, Madrid, Bilbao e Barcelona) para os anos de 2013, 2014 e 2015. O primeiro estudo visou aferir quais os fatores gerais, tais como dimensão, complexidade, risco, gestão de resultados da empresa auditada, *non-audit fees*, o tipo de empresa auditora e a rotação da empresa auditora, que influenciam a determinação dos honorários. O segundo estudo partindo da relevância do governo das sociedades para a transparência informativa visou aferir a influência das características do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização na determinação dos honorários. O terceiro estudo através do método por questionário analisou o relacionamento entre a auditoria interna e a auditoria externa e o seu efeito nos honorários da auditoria. Os resultados indicam que a determinação dos honorários de auditoria é feita de forma diferente nestes países.

Para a amostra portuguesa, verificou-se que a dimensão da empresa auditada influencia positivamente a determinação dos honorários de auditoria.

Já para a amostra espanhola verificou-se que a dimensão, complexidade e risco da empresa auditada influenciam positivamente os honorários da auditoria externa. Verificou-se ainda que as *big four* cobram honorários mais elevados e no ano da rotação da empresa auditora os honorários cobrados são mais baixos. Também se verificou que um Conselho de Administração mais diligente exerce uma influência positiva no esforço da auditoria externa resultando em honorários mais elevados. Pelo contrário, quanto maior o capital detido pelo Conselho de Administração menor os honorários cobrados pois há uma menor preocupação em monitorizar a gestão o que resulta num menor esforço por parte dos auditores externos e, consequentemente, em honorários mais baixos.

A análise do relacionamento entre a auditoria externa e interna complementa o estudo na medida em que apesar de não se revelar influenciadora na determinação dos honorários dos auditores externos vem mostrar que os auditores externos atribuem importância à auditoria interna e reconhecem que esta apresenta potencialidades que não devem ser ignoradas e que se revelam, portanto, vantajosas para a auditoria externa.

**keywords**

Auditing, Portugal, Spain, fees, independence, quality

**abstract**

The increasing demand for credible and transparent financial information has placed external auditors in the main focus, especially with regard to their fees. External auditors give an opinion on the financial information of the company and receive a value for this service, which if very high can lead to situations of dependency but if too low may not evidence the real auditor' effort. With this work we intend to analyze the various factors that influence external auditors' fees for Portugal and Spain, dividing the work into three studies. In the first two studies, it was used the pooled OLS model based on the sample of companies listed on the Portuguese stock exchange (Euronext Lisbon) and on the four Spanish stock exchanges (Valencia, Madrid, Bilbao and Barcelona) for the years 2013, 2014 and 2015). The first study aimed to assess the general factors such as size, complexity, the type of audit firm, risk, non-audit fees, earnings management, and the audit company's rotation, which influence the determination of fees. The second study, based on the relevance of corporate governance for information transparency, aimed to assess the influence of the characteristics of the Board of Directors and of the Supervisory Body in the determination of audit fees. The third study, using the questionnaire method, analyzed the relationship between internal audit and external audit and its effect on audit fees. The results indicate that the determination of audit fees is done differently in these countries.

For the Portuguese sample, it was verified that the size of the audited company positively influences the determination of audit fees.

For the Spanish sample, it was found that the size, complexity and risk of the audited company positively influence external audit fees. It was also noted that the big four charge higher fees and in the year of audit firm rotation the fees charged are lower. On the other hand, earnings management, contrary to expectations, was negatively related with external audit fees. It has also been found that a more diligent Board has a positive influence on the external audit effort resulting in higher fees. On the contrary, the higher the capital held by the Board of Directors, the lower the fees charged because there is less concern in monitoring the management, which results in a less effort of external audit and, consequently, in lower audit fees.

The analysis of the relationship between external and internal audit complements the study because although it is not an influential factor in the determination of external audit fees shows that external auditors attach importance to internal auditing and recognize that it has potentialities that should not be ignored and therefore prove to be advantageous for external auditing.





# ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	iv
ÍNDICE DE TABELAS.....	v
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	vii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Contextualização e motivação do estudo.....	1
1.2. Objetivos e principais questões de investigação.....	3
1.3. Organização do estudo.....	5
Bibliografia .....	7
CAPÍTULO 2 – FATORES QUE INFLUENCIAM OS HONORÁRIOS DE AUDITORIA: EVIDÊNCIA DE PORTUGAL E ESPANHA .....	9
2.1. Introdução .....	10
2.2. Revisão da literatura e hipóteses de investigação .....	12
2.2.1. Dimensão da empresa.....	12
2.2.2. Complexidade.....	13
2.2.3. Empresa de auditoria .....	14
2.2.4. Risco .....	15
2.2.5. <i>Non-audit fees</i> .....	17
2.2.6. Gestão de resultados .....	18
2.3. Metodologia .....	19
2.3.1. Variáveis e Modelo.....	19
2.3.2. Amostra .....	24
2.4. Apresentação e discussão dos resultados.....	25
2.4.1. Estatística descritiva: empresas cotadas em Portugal.....	25
2.4.2. Estatística descritiva: empresas cotadas em Espanha.....	27
2.4.3. Análise da regressão: empresas cotadas em Portugal.....	28
2.4.4. Análise adicional e testes de robustez: empresas cotadas em Portugal .....	30
2.4.5. Análise da regressão: empresas cotadas em Espanha.....	30
2.4.6. Análise adicional e testes de robustez: empresas cotadas em Espanha .....	33
2.5. Conclusão.....	34
Bibliografia .....	36
Anexo I – Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Portugal.....	41
Anexo II – Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Espanha .....	42

CAPÍTULO 3 – OS HONORÁRIOS DOS AUDITORES EXTERNOS E OS MECANISMOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES: EVIDÊNCIA DE PORTUGAL E ESPANHA.....	43
3.1. Introdução .....	44
3.1. Revisão da literatura e hipóteses de investigação .....	45
3.1.1. Governo das sociedades – enquadramento .....	45
3.1.2. Governo das sociedades – mecanismos e medidas.....	47
3.1.2.1. Conselho de Administração .....	47
3.1.2.1.1. Independência do Conselho de Administração .....	48
3.1.2.1.2. Diligência do Conselho de Administração .....	49
3.1.2.1.3. Dimensão do Conselho de Administração .....	50
3.1.2.1.4. Detenção de capital pelo Conselho de Administração .....	50
3.1.2.2. Órgão de Fiscalização .....	52
3.1.2.2.1. Independência do Órgão de Fiscalização .....	54
3.1.2.2.2. Diligência do Órgão de Fiscalização.....	55
3.2. Metodologia .....	56
3.2.1. Variáveis e modelo .....	56
3.2.2. Amostra .....	59
3.3. Apresentação e discussão de resultados.....	60
3.3.1. Estatística descritiva: empresas cotadas em Portugal.....	60
3.3.2. Estatística descritiva: empresas cotadas em Espanha.....	61
3.3.3. Análise da regressão: empresas cotadas em Portugal.....	63
3.3.4. Análise da regressão: Empresas cotadas em Espanha .....	65
3.4. Conclusão.....	67
Bibliografia .....	70
CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA EXTERNA NOS HONORÁRIOS: EVIDÊNCIA EM PORTUGAL E ESPANHA ..	75
4.1. Introdução .....	76
4.2. Revisão da literatura e hipóteses de investigação .....	77
4.2.1. Atividades desenvolvidas pela auditoria interna .....	77
4.2.2. Características da auditoria interna.....	77
4.2.2.1. Competências e dimensão da auditoria interna .....	78
4.2.2.2. Objetividade da auditoria interna .....	79
4.2.2.3. Zelo profissional da auditoria interna.....	80
4.2.3. Comunicação entre auditores internos e externos .....	81
4.2.4. Contribuição dada pela auditoria interna à externa .....	82

4.2.4.1.	No trabalho desenvolvido pela auditoria externa .....	82
4.2.4.2.	No custo da auditoria externa.....	83
4.3.	Metodologia .....	84
4.3.1.	Recolha e tratamento de dados .....	84
4.3.2.	Caracterização da amostra .....	87
4.4.	Apresentação e discussão dos resultados .....	88
4.4.1.	Atividades desenvolvidas pela auditoria interna .....	88
4.4.2.	Competências e características da auditoria interna .....	90
4.4.3.	Objetividade da auditoria interna .....	90
4.4.4.	Zelo profissional da auditoria interna .....	91
4.4.5.	Comunicação entre auditores internos e externos .....	92
4.4.6.	Vantagens da auditoria interna .....	93
4.4.7.	Horas Planeadas.....	94
4.4.8.	Testes de Controlo .....	94
4.4.9.	Testes substantivos .....	95
4.4.10.	Qualidade da auditoria externa .....	95
4.4.11.	Honorários de auditoria externa .....	96
4.4.12.	Síntese dos resultados .....	97
4.5.	Conclusão.....	97
	Bibliografia .....	100
	Anexo III - Questionário .....	103
	<b>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
5.1.	Conclusões Principais .....	107
5.2.	Limitações do estudo .....	112
5.3.	Investigação futura.....	113
	Bibliografia .....	114

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.1:</b> Resumo dos objetivos. ....	5
<b>Figura 2.1:</b> Relacionamento entre os non-audit fees e os honorários dos auditores externos. ....	18
<b>Figura 3.1:</b> Relacionamento entre o governo das sociedades e os honorários dos auditores externos. .....	47
<b>Figura 3.2:</b> Órgão de Fiscalização adotado pelas empresas cotadas na bolsa portuguesa. ....	58

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 2.1:</b> Descrição das variáveis.....	24
<b>Tabela 2.2:</b> Descrição da amostra. ....	25
<b>Tabela 2.3:</b> Classificação das empresas cotadas em Portugal por setor. ....	26
<b>Tabela 2.4:</b> Serviços prestados pelas <i>big four</i> e <i>non-big four</i> às empresas cotadas em Portugal. ....	26
<b>Tabela 2.5:</b> Estatística descritiva para as empresas cotadas em Portugal. ....	26
<b>Tabela 2.6:</b> Classificação das empresas cotadas em Espanha por setor. ....	27
<b>Tabela 2.7:</b> Serviços prestados pelas <i>big four</i> e <i>non-big four</i> às empresas cotadas em Espanha. ....	27
<b>Tabela 2.8:</b> Estatística descritiva para as empresas cotadas em Espanha. ....	28
<b>Tabela 2.9:</b> Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Portugal. ....	28
<b>Tabela 2.10:</b> Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Portugal. ....	29
<b>Tabela 2.11:</b> Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Portugal. ....	30
<b>Tabela 2.12:</b> Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Espanha. ....	30
<b>Tabela 2.13:</b> Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Espanha. ....	31
<b>Tabela 2.14:</b> Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Espanha. ....	32
<b>Tabela 3.1:</b> Descrição das variáveis.....	58
<b>Tabela 3.2:</b> Descrição da amostra. ....	60
<b>Tabela 3.3:</b> Classificação das empresas cotadas em Portugal por setor. ....	60
<b>Tabela 3.4:</b> Estatística descritiva para as empresas cotadas em Portugal. ....	61
<b>Tabela 3.5:</b> Classificação das empresas cotadas em Espanha por setor. ....	62
<b>Tabela 3.6:</b> Estatística descritiva para as empresas cotadas em Espanha. ....	62
<b>Tabela 3.7:</b> Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Portugal. ....	63
<b>Tabela 3.8:</b> Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Portugal. ....	64
<b>Tabela 3.9:</b> Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Portugal. ....	65
<b>Tabela 3.10:</b> Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Espanha. ....	65
<b>Tabela 3.11:</b> Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Espanha. ....	66
<b>Tabela 3.12:</b> Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Espanha. ....	67
<b>Tabela 4.1:</b> Descrição da amostra. ....	85

<b>Tabela 4.2:</b> Correspondência entre as hipóteses de investigação e o questionário submetido aos auditores externos. ....	86
<b>Tabela 4.3:</b> Caracterização da Amostra. ....	88
<b>Tabela 4.4:</b> Estatística descritiva para $H_1$ . ....	89
<b>Tabela 4.5:</b> Estatística descritiva para $H_2$ . ....	90
<b>Tabela 4.6:</b> Estatística descritiva para $H_3$ . ....	91
<b>Tabela 4.7:</b> Estatística descritiva para $H_4$ . ....	92
<b>Tabela 4.8:</b> Estatística descritiva para $H_5$ . ....	92
<b>Tabela 4.9:</b> Estatística descritiva para $H_6$ . ....	93
<b>Tabela 4.10:</b> Estatística descritiva para $H_7$ . ....	94
<b>Tabela 4.11:</b> Estatística descritiva para $H_8$ . ....	94
<b>Tabela 4.12:</b> Estatística descritiva para $H_9$ . ....	95
<b>Tabela 4.13:</b> Estatística descritiva para $H_{10}$ . ....	95
<b>Tabela 4.14:</b> Estatística descritiva para $H_{11}$ . ....	96
<b>Tabela 4.15:</b> Resultados da validação das hipóteses quanto ao relacionamento entre a auditoria interna e externa para Portugal e Espanha. ....	97
<b>Tabela 5.1:</b> Resumo do capítulo 2, 3 e 4. ....	110

## LISTA DE ACRÓNIMOS

CEO	<i>Chiefe Executive Officer</i>
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNMV	<i>Comisión Nacional del Mercado de Valores</i>
EAS	<i>Egyptian Auditing Standard</i>
ECIA	<i>European Confederation of Institutes of Internal Auditing</i>
EROC	Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas
ICAC	<i>Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas</i>
ISA	<i>International Standard Accounting</i>
NACE	Classificação Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia
OCDE	Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico
OLS	Modelo dos mínimos quadrados
ROC	Revisores Oficiais de Contas
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SOX	<i>Lei Sarbanes-Oxley</i>





# CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

## 1.1. Contextualização e motivação do estudo

A exigência cada vez maior por parte dos vários intervenientes no mundo económico atual de informação fidedigna e transparente transporta a auditoria financeira para o palco principal como importante veículo que permite atestar esta veracidade e transparência.

Face ao comportamento abusivo da gestão que atua, muitas vezes, em benefício próprio, os auditores podem atuar de forma a impor a utilização de adequadas técnicas contabilísticas (Francis & Wang, 2008) e ainda propulsionar a redução da assimetria da informação. É neste contexto que o conceito de “qualidade da auditoria” surge como um ponto fundamental no campo de auditoria e no mercado de capitais (Salehi, Moradi & Paiydarmanesh, 2017) ao permitir mitigar a assimetria da informação financeira bem como os conflitos de interesse entre acionistas e gestores (Jizi & Nehme, 2018) adicionando valor à informação financeira (Abdulmalik & Ahmad, 2016).

O auditor exerce assim um papel fundamental no mundo económico competindo-lhe garantir que a informação financeira transmite uma imagem apropriada da empresa, livre de distorções materialmente relevantes causadas por erros ou fraudes.

Os vários escândalos financeiros ocorridos ao longo dos anos entre as quais se destaca o caso da *Enron* que culminou com a dissolução de uma das grandes empresas de auditoria da época (*big five*), a *Arthur Anderson*, e os casos da *Worldcom*, *American International Group (AIG)*, *Lehman Brothers*, *Parmalat*, *Pescanova*, entre outros, tem abalado a confiança no papel desempenhado pelo auditor, bem como a sua reputação. Como confiar no trabalho dos auditores se estes não detetam ou parecem não querer detetar distorções materialmente relevantes que causaram a ocorrência de fraudes gravíssimas no mercado financeiro? Os auditores têm sido, assim, frequentemente processados e acusados de serem coniventes com estas práticas fraudulentas que se traduziram em significativas perdas monetárias e de reputação (Zhabihollah & Riley, 2010) e a relação entre cliente e auditor tem sido alvo de investigação surgindo dúvidas quanto à independência do auditor (Nkemjika, Sunday & Nwamaka, 2017). “*Trust is the bedrock of the financial markets. Financial Frauds violates that trust*” (Zhabihollah & Riley, 2010, p. 13).

Segundo Fearnley, Beattie e Brandt (2005) os auditores podem falhar na deteção de um erro ou distorção materialmente relevante por três motivos: o trabalho de auditoria desenvolvida é de baixa qualidade não lhes permitindo detetar ou reconhecer um erro ou distorção materialmente relevante, os auditores são enganados/ iludidos pela gestão e, por último, os auditores podem detetar o erro ou

distorção materialmente relevante mas não a reportam ou não conseguem dissuadir a gestão a corrigir esse erro ou distorção. Neste último ponto está implícita a questão de independência do auditor que tem sido debatida pela literatura em todo o mundo e que é fundamental para que este possa exercer o seu trabalho com qualidade. Só assumindo uma postura de independência, livre de ameaças, pressões ou qualquer tipo de influência é que o auditor poderá estar apto ao pleno exercício do seu trabalho de forma competente, honesta e íntegra. A independência é pois um propulsor fundamental da qualidade da auditoria dado que esta permitirá que o auditor utilize o seu ceticismo e juízo profissional tendo como suporte as normas de auditoria e de ética profissional na tomada de decisão final (Sarwoko & Agoes, 2014). A necessidade de verificação da exatidão e integridade das demonstrações financeiras deixa de fazer sentido ou ter utilidade quando não existe independência do auditor (Wallace, 2004).

A questão da independência é muito complexa uma vez que há inevitavelmente uma ligação económica entre o cliente e o auditor que poderá influenciar a deterioração da sua independência e integridade. Existem várias razões associadas a esta ligação económica que podem motivar a falta de independência do auditor entre as quais são salientadas pela literatura o interesse financeiro direto ou indireto no cliente, assim como o medo de perder o cliente (Dogui, Boiral & Saizarbitoria, 2014; Soltani, 2007), dependência dos honorários de auditoria e de outros serviços prestados (*non-audit fees*) (Blay & Geiger, 2013; Hoitash, Markelevich & Barragato, 2007; Soltani, 2007).

Os honorários de auditoria surgem, assim, como um dos fatores que pode limitar o julgamento profissional do auditor. Elevados honorários podem permitir que os auditores incorram num maior esforço que lhes permita aumentar a qualidade da auditoria contudo também se pode criar uma ligação de dependência com o cliente já que os auditores podem sentir-se inibidos de efetuarem determinado tipo de questões ou investigações com medo de perder essa rendibilidade (Hoitash et al., 2007). Face a um mercado fortemente competitivo as empresas de auditoria são também incentivadas a colocar os seus interesses financeiros em primeiro lugar por uma questão de sobrevivência financeira (Dogui et al., 2014). Por outro lado, quando os honorários são mais baixos a qualidade da auditoria pode ser posta em causa. Sobre esta questão alguns autores têm defendido o efeito *law-balling*, isto é, os auditores praticam honorários mais baixos com o objetivo de conseguirem que o cliente adquira os seus serviços e que com a duração do contrato esse custo seja posteriormente recuperado (Hay, Knechel & Wong, 2006; Pong & Whittington, 1994).

É neste contexto que se torna relevante analisar a determinação dos honorários dos auditores externos, isto é, face à complexidade do trabalho de auditoria e considerando todo o escrutínio da relação entre cliente e auditor que tem sido levado a cabo por reguladores, investidores,

investigadores, entre outros intervenientes no processo, quais são afinal os fatores relevantes para o auditor que lhe permitam de forma justa determinar o preço do seu trabalho?

Este tema encontra-se pouco desenvolvido em Portugal e Espanha, países que formam a Península Ibérica, e que apresentam uma história económica e cultural fortemente relacionada, tendo ainda aderido à União Europeia na mesma data. Adicionalmente, em ambos os países há um domínio das *big four* no que diz respeito à prestação de serviços de auditoria. Torna-se, assim, importante perceber o comportamento dos honorários de auditoria nestes dois países efetuando ainda uma comparação de resultados.

## **1.2. Objetivos e principais questões de investigação**

O tema dos honorários é muito amplo e complexo englobando uma diversidade de variáveis. Desta forma, pretende-se com este estudo investigar um conjunto de variáveis por nós selecionadas tendo em consideração vários estudos teóricos e empíricos e relaciona-los com os honorários de auditoria de forma a perceber se estes fatores são considerados relevantes na determinação dos honorários de auditoria de Portugal e Espanha. Este estudo divide-se em três questões de investigação principais.

Primeiramente pretende-se avaliar de uma forma genérica se a conjuntura económica e orgânica que envolve a empresa auditada influencia os honorários dos auditores externos não esquecendo obviamente alguns fatores relacionados com a empresa auditora. Os fatores abordados são: dimensão e complexidade da empresa auditada, se a empresa é ou não uma *big four*, o risco da empresa auditada, os *non-audit fees* e a gestão de resultados.

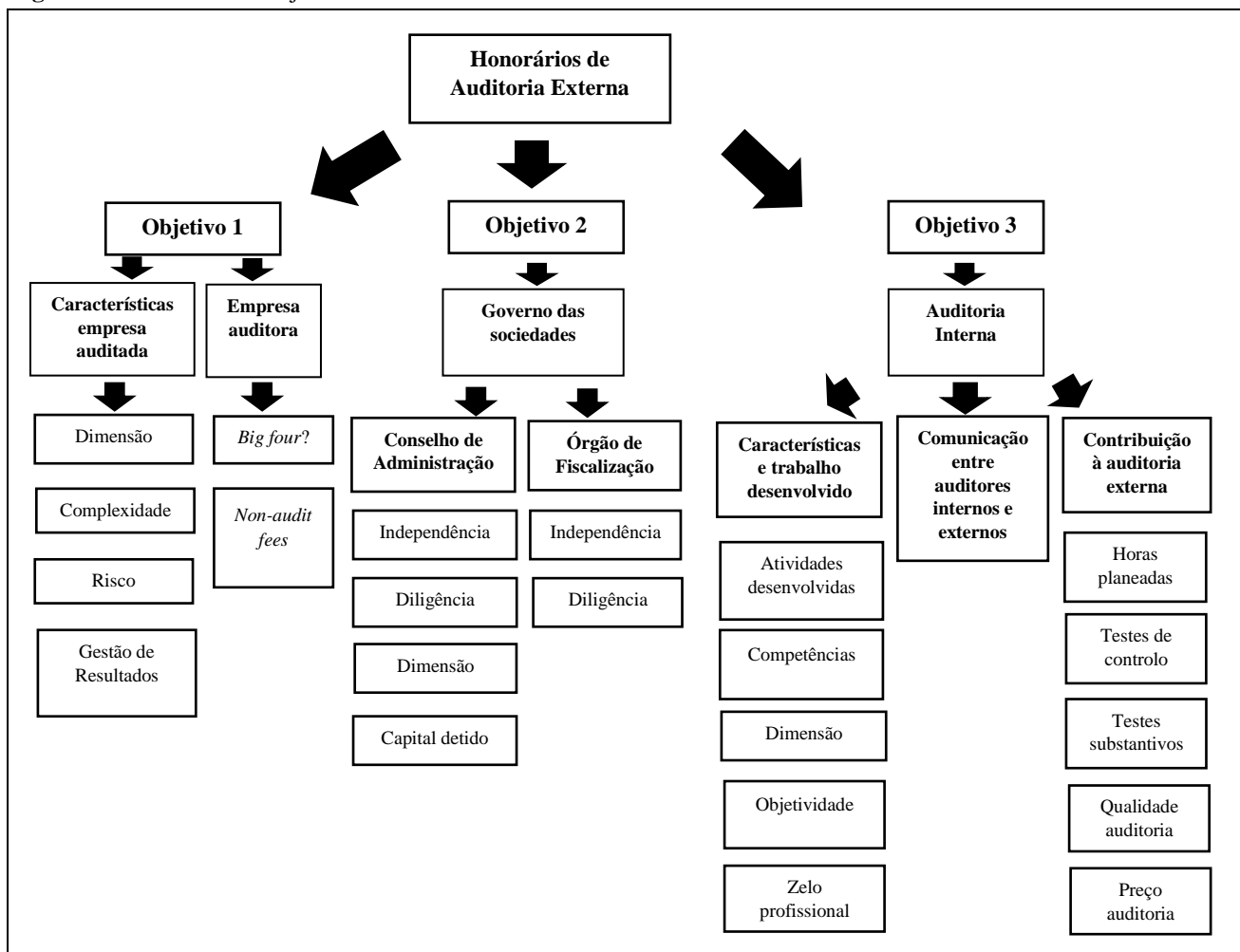
Em segundo lugar, atendendo à relevância e papel do governo das sociedades nas medidas de fiscalização e supervisão das entidades, pretende-se verificar a influência que estes exercem nos honorários de auditoria. O objetivo do governo das sociedades de uma empresa prende-se com o alcance da conformidade legal e ética assegurando políticas contabilísticas, sistemas de controlo interno e auditoria externa com qualidade que permitam detetar fraudes, antecipar riscos financeiros e promover a divulgação de informação financeira e não financeira de qualidade, exata e tempestiva ao Conselho de Administração, acionistas e outras entidades do processo (Soltani, 2007). Ora, no que diz respeito aos mecanismos e processos que envolvem o governo das sociedades de uma empresa, destacam-se o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização pela importância e influência que exercem dentro da estrutura e organização de uma empresa. A literatura tem, assim, demonstrado de forma extensa a ligação entre estes dois organismos e a influência que exercem na qualidade da auditoria e, consequentemente, nos honorários dos auditores externos, salientando como

principais fatores que unem estes mecanismos e a auditoria externa a escolha do auditor, a mais ou menos exigência pretendida na realização da auditoria, a abertura dada pela empresa aos auditores, bem como, a forma como a supervisão da auditoria é efetuada. Desta forma, o segundo objetivo deste trabalho consiste em analisar o relacionamento entre as características do Conselho de Administração (independência, diligência, dimensão e capital detido) e do Órgão de Fiscalização (independência e diligência) e os honorários dos auditores externos.

Por último, será abordada a relação entre a auditoria interna e a auditoria externa. A auditoria interna tem acesso a uma visualização geral de toda a organização e é esta posição favorável que ocupa na empresa que faz com que seja um recurso valioso para o Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e auditoria externa (*European Confederation of Institutes of Internal Auditing* [ECIIA], 2007). Segundo Pickett (2006), a auditoria interna deixou de ocupar a simples posição de verificação *BackOffice* para se tornar atualmente um importante recurso corporativo. De facto, a auditoria interna apresenta várias potencialidades que devem ser aproveitadas pelo auditor externo. O conhecimento que possui da estrutura organizacional da empresa, assim como o trabalho contínuo que vai desenvolvendo ao longo do tempo poderá permitir ao auditor externo melhorar a qualidade da auditoria, auxiliar o auditor na deteção e prevenção de fraude, reduzir determinados procedimentos e tempo que poderá canalizar para outras áreas mais complexas. Desta forma, dada a conjuntura de exigências e requisitos do governo das sociedades que são cada vez maiores, estes dois grupos de auditores têm alinhado os seus interesses resultando numa relação cada vez mais profunda (ECIIA, 2007). O terceiro objetivo deste trabalho está, assim, relacionado com a análise da relação entre a auditoria interna e a externa. Nesta análise pretendemos, por um lado, perceber quais as atividades desenvolvidas pela auditoria interna, bem como, as suas características e competências que os auditores externos consideram mais relevantes para o trabalho de auditoria externa e, por outro, avaliar qual a perceção que os auditores externos têm quanto à contribuição efetiva da auditoria interna para a auditoria externa e respetiva influência nos honorários de auditoria externa. Pretende-se, ainda, avaliar quais as principais dificuldades de interação e cooperação (constrangimentos) entre auditores internos e externos.

A figura 1.1 apresenta um resumo esquemático dos objetivos e principais fatores analisados no presente estudo.

**Figura 1.1:** Resumo dos objetivos.



### 1.3. Organização do estudo

O presente estudo encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro e também presente capítulo corresponde à introdução no qual é efetuada uma contextualização do estudo indicando-se as razões que motivaram o desenvolvimento do mesmo, seguido dos principais objetivos e questões de investigação. Por último, é apresentada de forma resumida a organização do estudo.

O segundo capítulo aborda o relacionamento entre os honorários dos auditores externos e determinadas características da empresa auditada e da empresa auditora, sendo apresentados os resultados do relacionamento entre estes fatores (dimensão e complexidade da empresa auditada, se a empresa de auditoria é, ou não, uma *big four*, o risco da empresa auditada, os *non-audit fees* cobrados pela empresa auditora e a gestão dos resultados) e os honorários de auditoria.

O terceiro capítulo mostra o relacionamento entre os mecanismos de governo das sociedades e os honorários dos auditores externos. Neste capítulo são apresentados os resultados das hipóteses de investigação que permitem averiguar se as características do Conselho de Administração

(independência, diligência, dimensão e capital detido) e do Órgão de Fiscalização (independência e diligência) afetam os honorários cobrados pelos auditores externos.

No quarto capítulo é abordado o relacionamento entre os auditores internos e externos apresentando-se os resultados da percepção que os auditores externos tem quanto à importância que atribuem às atividades desenvolvidas pela auditoria interna, às suas características e competências, bem como quais os constrangimentos mais importantes que afetam a relação entre auditores internos e externos, terminando-se com a conclusão sobre a influência da auditoria interna nos honorários de auditoria externa.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais no qual são apresentadas as conclusões principais, as contribuições do estudo bem como as suas limitações e sugestões de investigação futura.

## Bibliografia

- Abdulmalik, S., & Ahmad, A. (2016). Audit Fees, Corporate Governance Mechanisms, and Financial Reporting Quality in Nigeria. *DLSU Business & Economics Review*, 26 (1), 1-14. Retrieved from [https://www.researchgate.net/journal/0116-7111\\_DLSU\\_Business\\_Economics\\_Review](https://www.researchgate.net/journal/0116-7111_DLSU_Business_Economics_Review)
- Blay, A., & Geiger, M. (2013). Auditor Fees and Auditor Independence: Evidence from Going Concern Reporting Decisions. *Contemporary Accounting Research*, 30 (2), 579-606. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01166.x>
- Dogui, K., Boiral, O., & Saizarbitoria, H. (2014). Audit Fees and Auditor Independence: The Case of ISO 14001 Certification. *International Journal of Auditing*, 18 (1), 14-26. <https://doi.org/10.1111/ijau.12008>
- ECIIA (2007). *The Role of Internal Audit in Corporate Governance in Europe: Current Status, Necessary Improvements, Future Tasks*. Berlin: Erich Schmidt Verlag GmbH & Co.
- Fearnley, S., Beattie, V. & Brandt, R. (2005). Auditor Independence and Audit Risk: A Reconceptualization. *Journal of International Accounting Research*, 4(1), 39-71. <https://doi.org/10.2308/jiar.2005.4.1.39>
- Francis, J., & Wang, D. (2008). The Joint Effect of Investor Protection and Big 4 Audits on Earnings Quality around the World. *Contemporary Accounting Research*, 25 (1), 157-191. <https://doi.org/10.1506/car.25.1.6>
- Hay, D., Knechel, W., & Wong, N. (2006). Audit Fees: A Meta-analysis of the Effect of Supply and Demand Attributes. *Contemporary Accounting Research*, 23 (1), 141-191. <https://doi.org/10.1506/4XR4-KT5V-E8CN-91GX>
- Hoitash, R., Markelevich, A., & Barragato, C. (2007). Auditor fees and audit quality. *Managerial Auditing Journal*, 22(8), p. 761-786. <https://doi.org/10.1108/02686900710819634>
- Jizi, M., & Nehme, R., (2018). Board monitoring and audit fees: the moderating role of CEO/chair dual roles. *Managerial Auditing Journal*, 33(2), 217-243. <https://doi.org/10.1108/MAJ-10-2016-1464>.
- Nkemjika, O., Sunday, A., & Nwamaka, C. (2017). Audit Quality, Abnormal Audit Fee and Auditor Attributes. *International Journal of Management Excellence*, 8(3), 973-984. Retrieved from <http://www.ijmeonline.com>
- Pickett, K. (2006). *Audit Planning: A Risk-Based Approach*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Pong, C., & Whittington, G. (1994). The Determinants of Audit Fees: Some Empirical Models. *Journal of Business Finance & Accounting*, 21(8), 1071-1095. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1994.tb00365.x>
- Salehi, M., Moradi, M., & Paiydarmanesh, N. (2017). The Effect of Corporate Governance and Audit Quality on Disclosure Quality: Evidence from Tehran Stock Exchange. *Periodica Polytechnica Social and Management Sciences*, 21(1), 32-48. <https://doi.org/10.3311/PPso.8354>
- Soltani, B. (2007). *Auditing: An International Approach*. England: Pearson Education Limited.

Sarwoko, I., & Agoes, S. (2014). An empirical analysis of auditor's industry specialization, auditor's independence and audit procedures on audit quality: Evidence from Indonesia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 164, 271-281. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.11.077>

Wallace, W. (2004). The Economic Role of the Audit in Free and Regulated Markets: A Look Back and a Look Forward. *Research in Accounting Regulation*, 17 (1), 267-298.  
[https://doi.org/10.1016/S1052-0457\(04\)17012-4](https://doi.org/10.1016/S1052-0457(04)17012-4)

Zhabihollah, R., & Riley, R. (2010). *Financial Statement Fraud: Prevention and Detection*. (2<sup>nd</sup> ed.). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.



## **CAPÍTULO 2 – FATORES QUE INFLUENCIAM OS HONORÁRIOS DE AUDITORIA: EVIDÊNCIA DE PORTUGAL E ESPANHA**

### **Resumo**

Num contexto em que a profissão de auditoria tem sentido cada vez mais pressões no que respeita à sua postura ética, independência e qualidade, este estudo visa analisar os fatores que influenciam os honorários dos auditores externos nos dois países que formam a Península Ibérica: Portugal e Espanha. Tendo por base uma amostra de 39 empresas cotadas em Portugal e 104 empresas cotadas em Espanha para os anos de 2013 a 2015, utilizou-se a metodologia da regressão dos mínimos quadrados.

Os resultados indicam que em Portugal a dimensão da empresa auditada foi considerado o único fator que contribui para a determinação dos honorários o que poderá indiciar que apesar da eliminação em 2005 da tabela que fixava honorários mínimos baseados em padrões de dimensão da empresa auditada, com o objetivo de liberalizar os honorários dos serviços de auditoria, esta continua a ser utilizada. Em Espanha, os honorários são fixados principalmente em função da dimensão, complexidade e risco da empresa auditada, que estão positivamente correlacionados com os honorários de auditoria. Verificou-se ainda que as *big four* cobram honorários mais elevados e que as empresas que mudam de empresa auditadora pagam honorários mais baixos no ano da rotação.

A comparação de resultados entre ambos os países permite-nos perceber que os honorários de auditoria são determinados de forma diferente nestes dois países.

**Palavras-chave:** auditoria; honorários; independência; Portugal; Espanha.

O presente artigo foi apresentado no XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA), 2017, Aveiro, Portugal e encontra-se em revisão na Revista *Contaduría y Administración*, México (submissão em maio de 2018).

## 2.1. Introdução

A preocupação quanto à credibilidade da informação financeira tem sido crescente ao longo dos últimos tempos. Por um lado, em consequência da crescente importância dos mercados financeiros para a economia mundial e da ocorrência de escândalos financeiros ao longo dos anos, as entidades reguladoras têm sido obrigadas a tomar medidas que aumentem a credibilidade da informação. Por outro lado, os *stakeholders*, em geral, tornaram-se mais exigentes.

Neste contexto, a profissão de auditoria, como atividade cuja principal função é contribuir para a credibilidade da informação, tem sentido fortes pressões sobre a sua postura ética, independência e qualidade. Os honorários de auditoria podem pôr em causa a independência do auditor na medida em que se elevados podem originar indícios de corrupção entre cliente e auditor (pode estar em causa a ética e a independência), mas se demasiado baixos também podem revelar-se indicativos de que o auditor não incorreu nos esforços necessários para emitir uma opinião adequada (a qualidade pode estar em causa), pelo que em ambas as situações a opinião do auditor encontra-se comprometida (Silva & Inácio, 2011).

Collier e Gregory (1996), por sua vez, mencionam que a capacidade dos auditores para identificarem falhas na contabilidade das empresas auditadas dependerá da independência/ liberdade que possuem para determinar as técnicas de auditoria adequadas, assim como a extensão da sua aplicação. O trabalho do auditor não deverá estar limitado ao montante dos seus honorários, mas sim basear-se no julgamento do que é necessário para emitir uma opinião adequada (Collier & Gregory, 1996). De facto, a independência da auditoria é uma característica essencial dos mercados de capitais eficientes e os reguladores preocupam-se bastante com ameaças potenciais à independência do auditor (DeFond, Raghunandan, & Subramanyam, 2002).

Face à importância que os honorários de auditoria assumem, torna-se importante perceber quais os fatores que determinam a fixação dos honorários, tendo esta questão sido muito debatida pela literatura ao longo do tempo, e em todo o mundo, nomeadamente por Campa (2013), no Reino Unido, Fuentes e Pucheta-Martínez (2009), em Espanha, Gonthier-Besacier e Schatt (2007), na França, Kikhia (2015), na Jordânia, entre outros.

De entre os vários fatores apontados pela literatura como determinantes dos honorários de auditoria destacam-se a dimensão e complexidade da empresa auditada, o facto de a empresa de auditoria corresponder, ou não, a uma *big four*, o risco da empresa auditada, os *non-audit fees* cobrados pela empresa auditora e a gestão dos resultados por parte das empresas auditadas (embora este último seja menos debatido), pelo que decidimos analisar a influência que estes fatores exercem nos honorários

de auditoria em Portugal e Espanha. Estes países que formam a Península Ibérica apresentam uma história económica e cultural fortemente relacionada, tendo ainda aderido à União Europeia na mesma data, além de que a matéria dos honorários não tem sido muito estudada nestes países.

Em Portugal, antes de 1 de Janeiro de 2005, os honorários dos auditores externos encontravam-se regulamentados por um limite mínimo baseado em padrões de dimensão da empresa auditada (*Decreto-Lei n.º 487/1999 de 16 de Novembro da Assembleia da República*, 1999). A partir desta data, este limite mínimo de honorários foi eliminado, de forma a permitir a liberalização dos serviços de auditoria. Segundo o artigo 60.º do Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas (EROOC) de 2008 e o artigo 59º do EROOC de 2015, os Revisores Oficiais de Contas (ROC), devem determinar os seus honorários segundo critérios de razoabilidade “que atendam, em especial, à natureza, extensão, profundidade e tempo do trabalho necessário à execução de um serviço de acordo com as normas de auditoria em vigor”. Em termos de divulgação dos honorários de auditoria, o artigo 66.ºA do Código das Sociedades comerciais [CSC](2009) determina que as empresas devem divulgar separadamente: os honorários totais faturados durante o período pelo ROC ou pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

Já em Espanha, a *Ley 44/2002 de 22 de Noviembre de Medidas de Reforma del Sistema Financiero* (2002) veio obrigar os auditores a comunicar anualmente ao *Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas* (ICAC) as horas despendidas e os honorários faturados diferenciando os honorários de auditoria de outros serviços prestados e obrigar as empresas a divulgar nos seus relatórios e contas anuais o montante destes honorários. Por outro lado, Espanha tem sido alvo de uma série de escândalos financeiros que tem abalado o país, nomeadamente os casos da *Pescanova* e da *Let's Gowex*, que colocam os honorários de auditoria no foco principal.

Este estudo está organizado da seguinte forma. A secção dois apresenta a revisão de literatura e formula as hipóteses de investigação. A terceira secção evidencia a metodologia, descrevendo as variáveis, os modelos e a amostra. Na quarta secção são apresentados e analisados os resultados. Por último, são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões de investigação futuras.

## **2.2. Revisão da literatura e hipóteses de investigação**

Nesta secção serão apresentados os fatores que têm sido apontados pela literatura como determinantes dos honorários de auditoria e que nos permitiram desenvolver as hipóteses de investigação, nomeadamente: a dimensão e complexidade da empresa auditada, o tipo de empresa de auditoria (se a empresa auditora é, ou não, uma *big four*), o risco da empresa auditada, os *non-audit fees* cobrados pela empresa auditora e a gestão de resultados da empresa auditada.

### **2.2.1. Dimensão da empresa**

A dimensão da empresa auditada tem sido apontada pela literatura como um dos principais fatores que influencia a determinação dos honorários dos auditores externos. As empresas de grande dimensão são mais complexas, sendo que há uma maior propensão para problemas relativos à assimetria da informação nos processos de transações (Adams, Sherris, & Hossain, 1997). De uma forma geral, empresas de maior dimensão apresentam mais variedade e volume de transações que exigem, consequentemente, mais análise e verificação por parte do auditor, o que se refletirá nos honorários cobrados. Joshi e AL-Bastaki (2000) também mencionaram que os honorários cobrados são mais elevados para empresas de maior dimensão, dado que os auditores despendem mais tempo e esforço na análise das operações dos seus clientes. Naser e Nuseibeh (2007) referiram ainda que *“large firms are more likely to be subject to public scrutiny, higher agency and political costs and are therefore a higher risk for the auditor”* (p.243).

Gerrard, Houghton, e Woodliff (1994) verificaram, através de estudo na Austrália, que o mercado de auditoria é competitivo, pelo que os auditores utilizam recursos que lhes permitem alcançar economias de escala, apesar da elevada dimensão e complexidade da empresa auditada, não sendo assim o aumento do custo da auditoria linear. Desta forma, apesar de os honorários serem elevados face a uma maior dimensão e também complexidade, os auditores externos possuem atualmente ferramentas que lhes permitem reduzir até um determinado nível esse custo evitando que os honorários sejam tão elevados quanto o seriam sem essas ferramentas (ex. utilização de procedimentos eficientes e menos dispendiosos como sejam os procedimentos analíticos).

Assim, apesar de podermos ter ferramentas que diminuem o esforço do auditor relacionado com a dimensão da empresa auditada, vários autores têm verificado um relacionamento positivo entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos (Chan, Ezzamel, & Gwilliam, 1993, no Reino Unido; Crashwell & Francis, 1999, na Austrália; Gul, Chen, & Tsui, 2003, na Austrália; Hassan & Naser, 2013, nos Emirados Árabes Unidos; Joshi & AL-Bastaki, 2000, no Bahrain; Karim & Hasan, 2012, em Bangladesh; Kimeli, 2016, no Quénia; Naser & Nuseibeh, 2007,

na Jordânia; Palmrose, 1986, nos E.U.A; Simunic, 1980, nos E.U.A; Thi & Hong, 2017, no Vietnam; Urhohide & Izedonmi, 2015, na Nigéria; entre outros). Suwaidan e Qasim (2010) também constataram, na Jordânia, que a dimensão da empresa auditada é o fator mais justificativo das oscilações dos honorários dos auditores.

Neste contexto, formulamos a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>1</sub>: Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.

### **2.2.2. Complexidade**

A complexidade da empresa auditada também tem sido apontada como um dos fatores determinantes dos honorários dos auditores externos, na medida em que empresas com maior complexidade exigem um maior esforço dos auditores externos, o que se irá refletir nos seus honorários. A complexidade da empresa auditada associa-se normalmente à diversidade/ dificuldade das suas operações e que exigirá do auditor um maior nível de atenção ou verificação. Por exemplo, empresas com um maior número de subsidiárias ou com subsidiárias localizadas no estrangeiro ou com um maior número de segmentos de negócio estão expostas a uma maior complexidade. Segundo Hay, Knechel, e Ling (2008) "*Organizations that are more diverse and widespread can also face incrementally more risks, and experience higher fees.*" (p.12). Al-Shammari, Al-Yaquot e Al-Hussaini (2008) também verificaram que é exigido ao auditor um maior conhecimento do ambiente da empresa, assim como uma análise mais intensa dos seus ativos quando o ambiente que envolve a empresa é, por si só, um ambiente muito complexo, o que se irá traduzir num aumento dos seus honorários.

Neste sentido, vários autores verificaram uma relação positiva entre a complexidade da empresa auditada e os honorários dos auditores externos (Al-Shammari et al., 2008, no Kuwait; André, Broye, Pong & Schatt, 2016, na França, Reino Unido e Itália; Carcello, Hermanson, Neal, & Riley, 2002, nos E.U.A; Chan et al., 1993, no Reino Unido; Chung & Lindsay, 1988, no Canadá; Gul et al., 2003, na Austrália; Hassan & Naser, 2013, nos Emirados Árabes Unidos; Hay et al., 2008, na Nova Zelândia; Ji-Hong, 2007, na China; Joshi & AL-Bastaki, 2000, no Bahrain; Kimeli, 2016, no Quênia; Simunic, 1980, nos E.U.A; Thi & Hong, 2017, no Vietnam; Urhohide & Izedonmi, 2015, na Nigéria; entre outros).

Formula-se, assim, com base na literatura, a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>2</sub>: Existe uma relação positiva entre a complexidade da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.

### 2.2.3. Empresa de auditoria

Algumas empresas de auditoria, pela sua dimensão, destacaram-se como líderes do setor. Inicialmente, o grupo de empresas consideradas como líderes era constituído por oito grandes empresas de auditoria, denominadas por *big eight*. Ao longo dos anos, o número de empresas que pertencem a este grupo foi diminuindo, por força de processos de fusão, ficando reduzidas a quatro empresas (*big four*), após o escândalo financeiro que envolveu a *Enron* e a *Arthur Anderson* (até então uma das *big five*). Atualmente as *big four* são: a *Delloite*, *Ernest & Young*, *KPMG* e *PricewaterhouseCoopers*. Dada a importância que estas empresas possuem no mercado, a literatura tem-se debruçado sobre a influência que estas exercem nos honorários de auditoria.

Chung e Lindsay (1988) não encontraram, no Canadá, uma relação significativa entre as então denominadas *big eight* e os honorários dos auditores externos. No mesmo sentido, Langendijk (1997), verificou a existência de uma relação negativa entre os honorários dos auditores externos e as *big six*, mas não estatisticamente significativa, pelo que não justifica a baixa de honorários por força das economias de escala nas *big six*. No entanto, provou que as *big six* não cobram nenhum honorário extra pela marca, pelo menos na Holanda. Thinggaard e Kiertzner (2008) também não encontraram, na Dinamarca, efeitos estatisticamente relevantes sobre os honorários de auditoria pelo facto de as duas<sup>1</sup> empresas de auditoria pertencerem ao grupo das *big four*.

Apesar destes estudos não encontrarem evidência significativa, de uma forma geral, os autores têm encontrado uma relação positiva entre os honorários dos auditores externos e aquelas que são consideradas as maiores empresas de auditoria a nível mundial. Assim, são exemplos de estudos que encontraram uma relação positiva, os de Crashwell e Francis (1999) e Francis e Stokes (1986) na Austrália, Palmrose (1986) e Simunic (1980) nos E.U.A, que analisaram o caso das *big eight*, Gul et al. (2003), na Austrália, que analisaram o caso das *big six*, Campa (2013), no Reino Unido, Caneghem (2010), na Bélgica, Ho e Hutchinson (2010), em Hong Kong, Kimeli (2016), no Quênia, UIHaq e Leghari (2015), no Paquistão, que verificaram o caso das *big four*. Estas relações positivas podem significar que estas grandes empresas realizam auditorias com uma qualidade significativamente superior às restantes empresas do setor que resultarão em maiores custos de auditoria e, consequentemente, em honorários mais elevados, ou podem significar que as grandes empresas monopolizam o mercado de auditoria e cobram honorários pela sua marca (Simunic, 1980). Campa (2013) verificou, no Reino Unido, que as *big four* cobram de facto aos seus clientes um “prémio de auditoria”, isto é, um valor adicional de honorários pelo facto de serem uma *big four*, não resultando esta taxa num aumento da qualidade da auditoria, medida pela gestão de resultados, pelo

---

<sup>1</sup> Na Dinamarca as auditorias são efetuadas por duas empresas.

conservadorismo contabilístico e pela relevância do valor dos ganhos. Por sua vez, Caneghem (2010) constatou, para as empresas cotadas na Bélgica, a existência de um prémio de auditoria cobrado pelas *big four* ao utilizar o modelo tradicional dos honorários de auditoria, isto é o modelo inicialmente criado por Simunic (1980). Contudo, ao utilizar coeficientes que variam entre as *big four* e as *non-big four*, concluiu que estes dois grupos de empresas utilizam critérios diferentes na definição dos seus honorários. Kimeli (2016), através de estudo no Quénia, defendeu que as *big four* utilizam os seus recursos financeiros para garantir a qualidade das suas auditorias, investindo em programas de formação adequados e pessoal com um elevado nível de qualificação. Segundo UIHaq e Leghari (2015), no Paquistão as *big four* são vistas como tendo uma qualidade superior às *non-big four*, o que faz com que estas empresas cobrem um prémio de auditoria.

Com base na revisão da literatura, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>3</sub>: As *big four* cobram honorários de auditoria mais elevados do que as *non-big four*.

#### **2.2.4. Risco**

O risco de auditoria consiste na probabilidade de o auditor emitir uma opinião inadequada sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada. O risco de auditoria é composto pelo risco de existência de distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da empresa auditada (risco inerente e risco de controlo) e pelo risco de o auditor não detetar uma distorção materialmente relevante (risco de deteção). O auditor efetua, assim, uma avaliação do risco de distorções materiais nas demonstrações financeiras da empresa auditada, através do conhecimento (entendimento) que faz do ambiente que envolve a empresa, incluindo o seu sistema de controlo interno, por forma a proporcionar uma base para a elaboração e implementação de respostas aos riscos de distorções materiais avaliados (*International Standard Accounting* [ISA] 315, §3). É com base nesta avaliação que o auditor determina a natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos a utilizar ao longo da auditoria.

O risco é, portanto, um importante fator a considerar pelo auditor, uma vez que uma má avaliação do risco da empresa poderá pôr em causa toda a auditoria, assim como a sua reputação no mercado, podendo ainda, como consequência, originar ações legais contra si. Tais perdas para o auditor poderão resultar da análise errada do risco de negócio do cliente ou de outros aspetos, como a falha na deteção de erros materialmente relevantes nas demonstrações financeiras (Pong & Whittington, 1994).

Contudo, a análise entre o risco e os honorários de auditoria é vista pelos diversos autores como sendo muito complexa, uma vez que pode ser medido através de diferentes componentes. Devido à

dificuldade em medir o risco associado ao controlo da empresa e ao seu negócio (Pong & Whittington, 1994), a literatura tem-se debruçado principalmente sobre o risco financeiro. Um elevado risco financeiro poderá originar erros financeiros materialmente relevantes mais difíceis de detetar (Kreutzfeldt & Wallace, 1986), assim como procedimentos legais e perdas financeiras em caso de falência da empresa auditada (Gonthier-Besacier & Schatt, 2007), estando aqui subjacente o risco de negócio do auditor que é tradicionalmente definido como *“the probability that an auditor will suffer loss because of a client relationship. Such loss may arise e.g. from litigation, sanctions imposed by regulatory bodies, impaired reputation capital or failure to collect fees”* (Niemi, 2002, p. 38).

Apesar de alguns autores não terem encontrado uma relação significativa entre o risco financeiro e os honorários de auditoria (Hassan & Naser, 2013, nos Emirados Árabes Unidos; UIHaq & Leghari, 2015 no Paquistão) de uma forma geral a literatura tem verificado que este relacionamento é significativo. UIHaq e Leghari (2015) verificaram, contudo, que a não consideração do risco pelos auditores poderá ter sérias implicações na reputação da empresa de auditoria, agravadas com o fraco regime legal do Paquistão.

Pratt e Stice (1994), realizaram um estudo nos E.U.A, e concluíram que a condição financeira da empresa auditada é o primeiro elemento a ter em consideração na avaliação do risco de litígios, dado que os auditores associam uma fraca posição financeira a um maior nível de risco, o que origina uma maior recolha de prova de auditoria e, consequentemente, honorários mais elevados. De facto, *“an audit firm bears a risk that it will be held legally liable to third parties for losses attributable to misrepresentations in the audited financial statements. The likelihood of the losses being borne by the auditor increases as the ability of the company to bear losses decreases”* (Anderson & Zéghal, 1994, p. 196). Al-Harshani, (2008), no Kuwait, André et al. (2016), na França, Reino Unido e Itália e Bills, Lisic e Seidel (2017), nos E.U.A, também encontraram um relacionamento significativo positivo entre o risco financeiro e os honorários de auditoria. Já Fleischer e Goettsche (2012), na Alemanha, apenas encontraram este relacionamento para as pequenas empresas, já que para as empresas de maior dimensão o risco financeiro não se revelou estatisticamente significativo.

Assim, se a empresa apresenta um risco elevado, o auditor tem de incorrer num maior esforço de modo a reduzir a probabilidade de ele próprio não detetar distorções materiais e, consequentemente, moderar o risco de emitir uma opinião errada sobre as demonstrações financeiras, pelo que é expectável que os auditores externos incorporem esse esforço adicional nos seus honorários ou cobrem um prémio de risco (Pratt & Stice, 1994).



Formulou-se, assim, a seguintes hipótese de investigação:

H<sub>4</sub>: Existe uma relação positiva entre o risco financeiro e os honorários dos auditores externos.

### **2.2.5. *Non-audit fees***

A literatura tem abordado igualmente o relacionamento entre os honorários dos auditores externos e o montante cobrado por estes em outros serviços que não os de auditoria, frequentemente conhecidos como *non-audit fees*, mas não tem sido consensual nesta matéria.

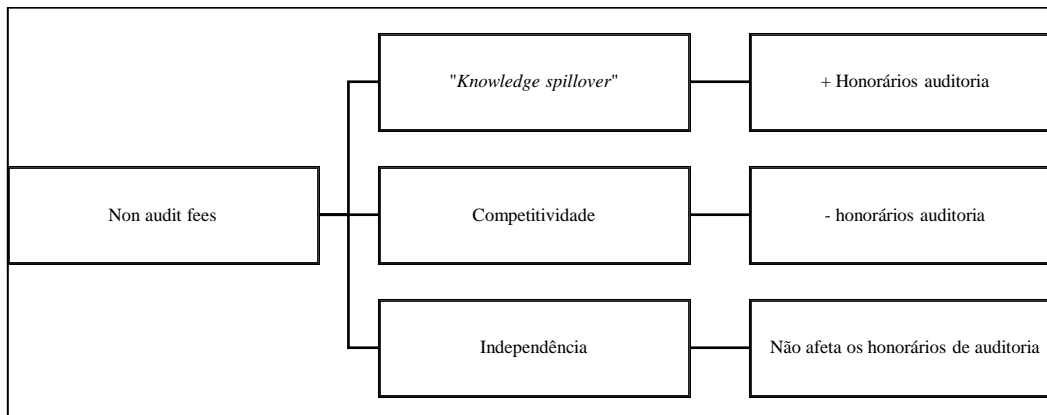
Assim, vários autores não encontraram uma relação significativa entre os honorários dos auditores externos e os *non-audit fees* (Abdel-Khalik, 1990, nos E.U.A; Adelopo, 2009, no Reino Unido; Davis, Ricchiute & Trompeter, 1993, nos E.U.A; Dunmore & Shao, 2006, na Nova Zelândia; O’Keefe, Simunic, & Stein, 1994, nos E.U.A; Sharma & Sidhu, 2001, na Austrália). Dunmore e Shao (2006), por exemplo, justificaram estes resultados afirmando que “*perhaps the market for audit services in New Zealand is not sufficiently competitive to compel auditors to discount their audit fees by the expected profits on ‘tied’ non-audit services* (p.43).

Por outro lado, alguns autores defendem que ao prestarem simultaneamente serviços de auditoria e outro tipo de serviços, por exemplo consultadoria, o auditor transporta conhecimentos de uma área para a outra originando um aumento dos honorários de auditoria (Bills, et al., 2017, nos E.U.A.; Caneghem, 2010, na Bélgica; Crashwell & Francis, 1999, na Austrália; Mayoral & Segura, 2007, em Espanha; Simunic, 1980, nos E.U.A; Thinggaard & Kiertzner, 2008, na Dinamarca). Thinggaard e Kiertzner (2008) verificaram que os *non-audit fees* revelaram-se como o fator mais significativo na determinação dos honorários na Dinamarca. Segundo os autores, os auditores utilizam os serviços de auditoria como forma de conseguirem que os seus clientes lhes solicitem outro tipo de serviços, serviços esses que não resultarão num desconto do preço de auditoria, mas antes num maior empenho por parte dos auditores e, consequentemente, em honorários mais elevados.

Felix, Gramling e Maletta (2001), por sua vez, analisando o mercado dos E.U.A, depararam-se, ao contrário do esperado, com uma relação negativa e significativa entre os honorários de auditoria e os *non-audit fees*. Segundo os autores, estes resultados podem justificar-se pelo aumento da competitividade no mercado de auditoria motivando os auditores a proporcionarem uma redução no valor dos serviços de auditoria que lhes permita obter negócios de consultadoria mais lucrativos.

A figura 2.1 mostra um resumo dos resultados obtidos pela literatura relativamente ao relacionamento entre os *non-audit fees* e os honorários de auditoria.

**Figura 2.1:** Relacionamento entre os *non-audit fees* e os honorários dos auditores externos.



Esperamos, por conseguinte, uma relação significativa entre os *non-audit fees* e os honorários dos auditores externos, formulando-se a seguinte hipótese de investigação, embora não possamos, *à priori* definir o sentido da relação:

H<sub>5</sub>: Existe uma relação significativa entre os *non-audit fees* e os honorários dos auditores externos.

#### 2.2.6. Gestão de resultados

Outro fator que tem ganho importância na determinação dos honorários dos auditores externos é o risco de gestão de resultados por parte dos gestores e que tem sido analisado pela literatura empírica através dos *accruals*<sup>2</sup>.

Após análise da literatura, verificou-se que a utilização dos *accruals* como forma de gestão de resultados é uma prática frequente da gestão, uma vez que aqueles resultam de estimativas facilmente manipuláveis. Segundo Gul et al. (2003), os *accruals* podem ser oportunisticamente geridos pelos gestores para camuflar resultados fracos ou adiar uma parte não usual de ganhos correntes para anos futuros.

Determinados autores como Heninger (2001) optaram por medir a gestão de resultados através dos *discretionary accruals*, também denominados de *abnormal accruals* isto é, aqueles que não resultam do decurso normal da atividade da empresa. Segundo Kaplan (1985), a gestão de resultados normalmente não advém dos *normal accruals*, já que estes resultam da atividade normal da empresa. Balsam (1998) também referiu que os *discretionary accruals* incluem uma série de estimativas e transações cujo efeito no rendimento total contabilizado não é facilmente estimado e divulgado.

<sup>2</sup> Correspondem à variação do fundo de maneo incluindo as amortizações e depreciações (Moreira, 2006).

A gestão de resultados por parte da gestão pode ser movida por um conjunto de incentivos, desde a divulgação de informação da empresa até à satisfação dos seus próprios interesses. Segundo Krishnan (2003), os gestores podem utilizar os *accruals* para comunicar informação interna da empresa e aumentar a capacidade de os ganhos refletirem o seu valor económico, contudo também podem ser utilizados de forma oportuna, distorcendo a informação gerada através dos *accruals* reportados. Bergstresser e Philippon (2006) concluíram de igual forma que um gestor, cuja posição financeira pessoal não seja afetada pelo valor da empresa, irá atuar de forma a diminuir as queixas dos investidores. Já Richardson, Tuna e Wu (2002) mencionaram que o incentivo para inflacionar ganhos é maior para empresas com um desenvolvimento económico maior, uma vez que estas empresas são punidas por não atingirem os ganhos previstos. Balsam (1998) constatou igualmente que através da utilização de *discretionary accruals* positivos, os *Chiefe Executive Officers* (CEO) conseguem afetar as suas compensações, ao contrário do que sucede com *discretionary accruals* negativos.

Espera-se, assim, que elevados montantes de *discretionary accruals* originem um maior risco para os auditores externos, isto é, o risco de validarem *accruals* que poderão não se realizar, pelo que o esforço do auditor será maior e, consequentemente, os seus honorários também (Alali, 2011, nos E.U.A; Gu & Hu, 2015, que utilizaram uma amostra de empresas japonesas cotadas nos E.U.A; Gul et al., 2003, na Austrália). Segundo Gu e Hu (2015), é exigido ao auditor um maior trabalho de revisão e supervisão quando o risco de gestão de resultados é maior, resultando em honorários mais elevados.

Neste contexto, foi formulada a última hipótese de investigação:

H<sub>6</sub>: Existe uma relação positiva entre a gestão de resultados e os honorários dos auditores externos.

## **2.3. Metodologia**

### **2.3.1. Variáveis e Modelo**

O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria, pelo que a variável dependente a considerar será o nível de honorários de auditoria (HON). Contudo, a nossa análise versa sobre os dois países que compõem a Península Ibérica, pelo que consideramos como variável dependente, respetivamente para Portugal e Espanha:

- **Honorários de auditoria para as empresas cotadas em Portugal (HONPORT):**  
Corresponde ao logaritmo do total de honorários de auditoria faturados às empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon*;

- **Honorários de auditoria para as empresas cotadas em Espanha (HONESP):**

Corresponde ao logaritmo do total de honorários de auditoria faturados às empresas com títulos cotados nas bolsas de Valência, Madrid, Bilbao e Barcelona.

As variáveis independentes selecionadas irão permitir-nos testar as hipóteses de investigação formuladas anteriormente.

Várias medidas têm vindo a ser utilizadas para medir a dimensão (DIM) da empresa auditada, nomeadamente o volume de negócios (Chan et al., 1993), o total do ativo corrente (Gerrard et al., 1994) e o número de empregados (Naser & Nuseibeh, 2007). Contudo, de uma forma geral, o logaritmo do total do ativo da empresa auditada tem sido reconhecido pela literatura como a medida que melhor descreve a dimensão da empresa auditada (Crashwell & Francis, 1999; Joshi & AL-Bastaki, 2000; Palmrose, 1986; Simunic, 1980; Thi & Hong, 2017; Urhoghide & Izedonmi, 2015; entre outros). Assim, utilizaremos o logaritmo do total de ativo para medir a dimensão da empresa auditada.

No que diz respeito à complexidade (COMPL), a literatura tem recorrido a várias medidas, nomeadamente o número de diferentes localizações do cliente (Palmrose, 1986), as operações com o estrangeiro (Joshi & AL-Bastaki, 2000), o número de segmentos de negócio (Carcello et al., 2002). No entanto, as medidas mais utilizadas são o número total de subsidiárias da empresa auditada e o número de subsidiárias estrangeiras que a mesma possui face ao número total de subsidiárias (Carcello et al., 2002; Chung & Lindsay, 1988; Gul et al., 2003; Simunic, 1980; Thi & Hong, 2017). Neste contexto, atendendo a que empresas com um elevado número de subsidiárias exigem um maior esforço por parte do auditor no sentido de verificar e validar as transações e operações com estas empresas que poderão existir em elevada quantidade, optamos por medir esta variável através do logaritmo do número de subsidiárias das empresas auditadas à semelhança de André et al. (2016).

É também importante perceber se as empresas que dominam o mercado dos serviços de auditoria, as denominadas *big four*, cobram, ou não, honorários mais elevados. Desta forma, em conformidade com vários autores (Campa, 2013; Kimeli, 2016; UIHaq & Leghari, 2015), considerámos uma variável dicotómica que determina se a empresa é, ou não, auditada por uma *big four* (BIG4). Assim, a variável BIG4 assume o valor 1 caso a empresa seja auditada por uma *big four*, e zero caso contrário.

Quanto ao risco (RISC), este tem sido medido de várias formas nos estudos entretanto levados a cabo. Assim, a literatura tem utilizado rácios de endividamento, tais como o passivo total sobre o capital próprio (Karim & Hasan, 2012; Thinggaard & Kiertzner, 2008), o passivo total sobre o ativo

total (Crashwell & Francis, 1999; Naser & Nuseibeh, 2007), os prejuízos de anos anteriores (Fuentes & Pucheta-Martínez, 2009; Pong & Whittington, 1994). No entanto, o rácio de liquidez reduzida, calculado através do total de ativos correntes menos o total de inventários sobre o passivo corrente tem sido uma das medidas mais utilizadas pela literatura (Al-Harshani, 2008; André et al., 2016; Bills et al., 2017; Fleischer & Goettsche, 2012), pelo que optamos por esta medida.

Quanto aos *non-audit fees* (NAF), a literatura tem medido esta variável através do logaritmo do total de outros serviços prestados pela empresa auditora (Caneghem, 2010; Crashwell & Francis, 1999; Mayoral & Segura, 2007; Simunic, 1980; Thinggaard & Kiertzner, 2008) pelo que optamos por esta medida.

Já a gestão de resultados (GR) é medida através dos *discretionary accruals* (Alali, 2011; Gu & Hu, 2015). O cálculo dos *discretionary accruals* é efetuado de acordo com o modelo de Dechow, Sloan e Sweeney (1995) que veio ajustar e tornar mais eficiente o modelo de Jones (1991). De acordo com estes modelos, os *accruals* são constituídos por *discretionary accruals* (também denominados de *abnormal accruals* isto é, *accruals* anormais ou incomuns) e *non-discretionary accruals* ou seja, *accruals* normais.

Assim:

$$\begin{aligned} \text{Total accruals (TA)} &= \text{Discretionary accruals (DA)} + \text{Non-discretionary accruals (NDA)} \\ \Leftrightarrow \text{DA} &= \text{TA} - \text{NDA} \end{aligned} \quad (1)$$

De acordo com o modelo de Dechow et al. (1995) os *non-discretionary accruals* calculam-se da seguinte forma:

$$\text{NDA}_t = \alpha_1 (1/A_{t-1}) + \alpha_2 (\Delta \text{REV}_t - \Delta \text{REC}_t) + \alpha_3 (\text{PPE}_t) \quad (2)$$

Em que:

$\Delta \text{REV}_t$  = Rendimentos operacionais no ano t – rendimentos operacionais no ano t-1;

$\Delta \text{REC}_t$  = Conta clientes líquida de provisões no ano t – conta clientes líquida de provisões no ano t-1;

$\text{PPE}_t$  = Ativos fixos tangíveis no ano t;

$A_{t-1}$  = Ativo total no ano t-1;

$\alpha_1, \alpha_2, \alpha_3$  = Parâmetros específicos das empresas.

De acordo com Jones (1991), os parâmetros  $\alpha_1$ ,  $\alpha_2$ , e  $\alpha_3$  são normalmente estimados através do modelo dos mínimos quadrados (OLS), utilizando o seguinte modelo:

$$TA_t = a_1 (1/A_{t-1}) + a_2 (\Delta REV_t / A_{t-1}) + a_3 (\Delta PPE_t / A_{t-1}) + u_t \quad (3)$$

Quanto aos TA, estes calcularam-se de acordo com a seguinte fórmula, indicada por Dechow et al. (1995) que remete para os estudos de Healy (1985) e Jones (1991):

$$TA_t = (\Delta CA_t - \Delta CL_t - \Delta cash_t + \Delta STD_t - Dep_t) / A_{t-1} \quad (4)$$

Em que :

$\Delta CA_t$  = Ativo corrente no ano t – ativo corrente no ano t-1;

$\Delta CL_t$  = Passivo corrente no ano t – passivo corrente no ano t-1;

$\Delta Cash_t$  = Meios monetários líquidos no ano t – meios monetários líquidos no ano t-1;

$\Delta STD_t$  = Dívida financeira do passivo corrente no ano t – dívida financeira do passivo corrente no ano t-1;

$Dep_t$  = Depreciações e amortizações no ano t;

$A_{t-1}$  = Ativo total no ano t-1.

Por último, importa abordar a variável de controlo rotação da empresa auditora e a rotação do sócio auditor.

O efeito direto que a rotação do sócio responsável possa vir a ter nos honorários de auditoria só agora começa a ser mais desenvolvido (Stewart, Kent, & Routledge, 2016). Bedard e Johnstone (2010), nos E.U.A, verificaram que no ano de rotação do auditor responsável, há um aumento do esforço depositado no planeamento da auditoria de modo a que este possa obter o conhecimento do negócio do cliente, contudo esse custo não passa para o cliente. Litt, Sharma, Simpson, e Tanyi (2014) também mostraram, nos E.U.A, que a qualidade da informação financeira baixa com a rotação do sócio responsável. Contudo, segundo os autores, para as empresas de grande dimensão auditadas por *big four* esta baixa qualidade está limitada ao primeiro ano pós rotação, enquanto para as empresas auditadas pelas *non-big four*, quer sejam de pequena ou grande dimensão, este efeito negativo permanece durante os 3 anos subsequentes à rotação do auditor. Já Stewart et al. (2016) encontraram, na Austrália, uma relação positiva entre a rotação do sócio responsável e os honorários de auditoria no ano da rotação e no ano subsequente, sendo este relacionamento mais fraco no segundo ano

subsequente. Os autores defenderam ainda que a passagem direta dos custos para o cliente como consequência da rotação do sócio varia conforme os diferentes segmentos do mercado de auditoria.

Por outro lado, a rotação do sócio auditor é obrigatória em Portugal para as entidades de interesse público ao fim de 7 anos (EROOC, 2015). Da mesma forma, em Espanha, segundo a *Ley 12/2010 de 1 de julio de Auditoría de Cuentas* (2010), as entidades de interesse público ou sociedades que possuam um volume de negócios superior a 50 000 000 euros também serão obrigadas a mudar de sócio responsável ao fim de 7 anos, tendo a *Ley 22/2015 de 20 de julio de Auditoría de Cuentas* (2015) reduzido esta obrigatoriedade para 5 anos. Por este motivo, testámos a significância na nossa amostra de uma variável dicotómica que indicasse, para cada ano do nosso estudo, se o sócio responsável da empresa auditora mudou. Os resultados obtidos mostraram que o relacionamento entre a mudança do sócio responsável e os honorários de auditoria é negativo mas não é significativo para o nosso período de análise, quer para Portugal quer para Espanha.

De salientar que, apesar de não existir obrigatoriedade, no período em análise, quer em Portugal quer Espanha quanto à rotação da empresa de auditoria, em Portugal esta obrigatoriedade foi estabelecida para 8 ou 9 anos, caso os mandatos sejam, respetivamente, de 4 ou 3 anos, extensíveis a 10 anos no máximo pelo artigo 54º, n.º 3 e n.º 4 do EROOC (2015) e em Espanha para 10 anos de acordo com a *Ley 22/2015 de 20 de julio de Auditoría de Cuentas* (2015). A literatura tem vindo a demonstrar que quando há mudança de empresa de auditoria os honorários de auditoria alteram-se significativamente, pelo que esta variável não poderá deixar de ser considerada no nosso estudo. Por exemplo, Corbella, Florio, Giotti, e Mastrolia (2015), através de estudo em Itália, país em que a rotação da empresa auditora é obrigatória, verificaram que os honorários de auditoria reduzem com a rotação da empresa auditora. Contudo, esta diminuição apenas se verifica nas *big four*, já que para as *non-big four* os honorários mantem-se inalteráveis. De igual forma, Bills et al. (2017) também verificaram, através de estudo nos E.U.A., que as empresas auditadas pagam honorários mais baixos quando a empresa auditora está a exercer as suas funções nos seus três primeiros anos de mandato.

Optámos por utilizar como variável de controlo a influência que a rotação da empresa auditora exerce nos honorários de auditoria no nosso modelo. Assim, a variável (RE) corresponde a uma variável dicotómica, assumindo o valor 1 quando se verifica que existiu rotação da firma de auditoria para cada um dos anos de estudo (2013, 2014 e 2015) e zero, caso contrário.

Considerando a insuficiência de estudos nesta matéria torna-se difícil definir, *a priori*, o relacionamento esperado entre a rotação da empresa auditora (RE) e os honorários de auditoria.

A Tabela 2.1 apresenta o resumo das variáveis, medidas utilizadas e o sinal esperado.

**Tabela 2.1:** Descrição das variáveis.

Variável	Medida	Sinal Previsto
HONPORT	Logaritmo natural do montante total de honorários de auditoria das empresas cotadas em Portugal;	
HONESP	Logaritmo natural do montante total de honorários de auditoria das empresas cotadas em Espanha;	
DIM	Logaritmo natural do montante total de ativo da empresa auditada;	+
COMPL	Logaritmo natural do número de subsidiárias detidas pela empresa auditada;	+
BIG4	Variável dicotómica: igual a 1 se a empresa de auditoria é uma <i>big four</i> ; 0, caso contrário;	+
RISC	Rácio de liquidez: (ativo corrente – inventários) /passivo corrente;	- <sup>3</sup>
NAF	Logaritmo natural do montante total de outros serviços prestados pela empresa auditada que não os de auditoria;	?
GR	<i>Discretionary accruals</i> calculados de acordo com Dechow et al. (1995);	+
RE	Variável dicotómica: igual a 1 se existiu rotação da empresa auditada; 0, caso contrário;	?

Para procedermos à análise dos fatores determinantes dos honorários de auditoria em Portugal e Espanha, testámos as nossas hipóteses de investigação utilizando a OLS, recorrendo ao programa Gretl. O modelo de regressão que definimos para averiguar a relação entre as variáveis independentes e os honorários dos auditores é o seguinte:

$$HON = \beta_0 + \beta_1 DIM + \beta_2 COMPL + \beta_3 BIG4 + \beta_4 RISC + \beta_5 NAF + \beta_6 GR + \beta_7 RE + \epsilon \quad (5)$$

Em que HON corresponderá aos honorários dos auditores externos para Portugal (HONPORT) e para Espanha (HONESP) e  $\epsilon$  é o termo de erro.

### 2.3.2. Amostra

A fim de aplicar o modelo de regressão com o intuito de analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria na Península Ibérica, foram recolhidos dados dos relatórios de contas das empresas com títulos cotados na bolsa de valores portuguesa (*Euronext Lisbon*) e nas quatro bolsas de valores espanholas (Valência, Madrid, Bilbao e Barcelona) para os anos de 2013, 2014 e 2015. Os relatórios de contas foram obtidos através dos *sites* oficiais da Comissão do Mercado de Valores

<sup>3</sup> Quando o risco é medido através do rácio de liquidez reduzido é, expectável, uma relação negativa entre a liquidez reduzida e os honorários de auditoria porque quanto menor a liquidez maior o risco e, consequentemente, os honorários de auditoria.



Mobiliários (CMVM, Portugal)<sup>4</sup> e da *Comisión Nacional del Mercado de Valores* (CNMV, Espanha)<sup>5</sup>.

Partindo do conjunto total de empresas com títulos cotados nas bolsas de valores indicadas anteriormente (amostra inicial), foram excluídas as empresas para as quais não se conseguiu obter os dados necessários para testar as hipóteses formuladas, as que não tenham estado na bolsa pelo menos durante dois anos do período em análise e as empresas que prestam serviços financeiros, pois são empresas com características muito específicas e com um grau de alavancagem financeira que pode enviesar os dados (Fuentes & Pucheta-Martínez, 2009). Daqui resultou uma amostra final de um total de 143 empresas, das quais 39 são portuguesas e 104 são espanholas. A tabela 2.2 apresenta a construção da amostra atendendo a estes filtros. Torna-se importante salientar que apesar da reduzida dimensão da amostra final, principalmente no caso português, traduz, respetivamente para Portugal e Espanha, 76% e 59% do total das empresas cotadas em bolsa e 85% e 68% das não financeiras.

**Tabela 2.2:** Descrição da amostra.

<b>Empresas com títulos cotados</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>
Amostra inicial	51	175
Filtros:		
Insuficiência de dados	-7	-34
Empresas que não estejam cotadas na bolsa durante 2 anos do período em análise	0	-14
Serviços financeiros	-5	-23
Amostra final	39	104
<b>Amostra total</b>	<b>143</b>	

## **2.4. Apresentação e discussão dos resultados**

Nesta parte do trabalho serão apresentados e discutidos os resultados do estudo. Para cada um dos países será apresentada primeiramente uma análise descritiva seguida dos resultados obtidos e da análise dos testes de robustez.

### **2.4.1. Estatística descritiva: empresas cotadas em Portugal**

A tabela 2.3 apresenta, por setor, o número de empresas, total de honorários de auditoria e total do ativo da amostra das empresas portuguesas.

<sup>4</sup> <http://www.cmvm.pt/pt/Pages/home.aspx>

<sup>5</sup> <https://www.cnmv.es/portal/home.aspx>

**Tabela 2.3:** Classificação das empresas cotadas em Portugal por setor.

Setor	N.º empresas	Honorários de auditoria	Ativo
Agricultura, pesca, pecuária, silvicultura, mineração, caça	0	-	-
Indústria, construção, gás, água e eletricidade	7	1 174 127,00 €	68 564 872 615,58 €
Comércio e serviços	32	6 435 460,44 €	88 439 913 414,05 €
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>7 609 587,44 €</b>	<b>157 004 786 029,63 €</b>

Através da tabela 2.3 pode verificar-se que a maioria das empresas se dedica ao comércio e serviços, enquadrando-se as restantes empresas (apenas 7) no setor secundário. Este estudo engloba um total de ativo no valor de 157,005 mil milhões de euros, tendo sido cobrados a estas empresas um total de 7,610 milhões de euros relativos a honorários de auditoria externa de 2013 a 2015.

A tabela 2.4 apresenta, para a amostra portuguesa, os honorários de auditoria e os *non-audit fees* cobrados pelas *big four* e pelas *non-big four*.

Empresas de auditoria	<i>Big four</i>	%	<i>Non-big four</i>	%	Total	%
Honorários de auditoria	6 282 303,44 €	74%	1 327 284,00 €	48%	7 609 587,44 €	68%
<i>Non-audit fees</i>	2 209 825,60 €	26%	1 414 381,00 €	52%	3 624 206,60 €	32%
<b>Total</b>	<b>8 492 129,04 €</b>	<b>100%</b>	<b>2 741 665,00 €</b>	<b>100%</b>	<b>11 233 794,04 €</b>	<b>100%</b>

**Tabela 2.4:** Serviços prestados pelas *big four* e *non-big four* às empresas cotadas em Portugal.

Como se pode verificar na tabela 2.4, as empresas com títulos cotados na bolsa portuguesa pagam às empresas de auditoria um maior montante por serviços de auditoria (68%) do que por outros serviços (32%). Verifica-se ainda que o peso que os *non-audit fees* representam no total de serviços prestados é muito diferente para as *big four* (26%) e *non-big four* (52%).

A análise descritiva das variáveis utilizadas para o modelo português está apresentada na tabela 2.5.

**Tabela 2.5:** Estatística descritiva para as empresas cotadas em Portugal.

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
HONPORT	10,46	10,55	6,91	14,02	1,14
DIM	19,74	19,52	16,59	23,83	1,50
COMPL	2,62	2,48	0,00	6,02	1,64
BIG4	0,82	1,00	0,00	1,00	0,39
RISC	3,09	0,60	0,02	97,82	12,26
NAF	5,11	7,31	0,00	13,31	5,04
GR	0,01	0,00	-0,63	0,72	0,14
RE	0,08	0,00	0,00	1,00	0,27

A variável COMPL corresponde ao logaritmo do número de subsidiárias da empresa auditada cujo valor absoluto varia entre 0 e 411 subsidiárias, existindo uma maior concentração de empresas que

possuem entre 1 e 20 subsidiárias. Por sua vez, a variável BIG4 mostra que o mercado dos serviços de auditoria em Portugal é dominado pelas *big four* (82%) e a variável RISC indica que a liquidez reduzida média destas empresas é razoável (3,09). Quanto à rotação da empresa auditora, apenas 8% das empresas efetuaram esta mudança entre 2013 e 2015. Da análise da tabela 2.5 verifica-se ainda que a variável que apresenta uma menor dispersão dos dados é a GR (desvio padrão = 0,14) e a variável que apresenta uma maior dispersão dos dados é o RISC (desvio padrão = 12,26).

#### 2.4.2. Estatística descritiva: empresas cotadas em Espanha

A tabela 2.6 apresenta, por setor, o número de empresas, total de honorários de auditoria e total do ativo da amostra das empresas espanholas.

Sector	N.º empresas	Honorários de auditoria	Ativo
Agricultura, pesca, pecuária, silvicultura, mineração, caça	2	324 322,16 €	1 303 427 374,06 €
Indústria, construção, gás, água e eletricidade	36	25 947 049,06 €	210 812 139 974,27 €
Comércio e serviços	66	62 831 915,28 €	831 239 229 150,41 €
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>89 103 286,50 €</b>	<b>1 043 354 796 498,74 €</b>

**Tabela 2.6:** Classificação das empresas cotadas em Espanha por setor.

Pode observar-se, na tabela 2.6, que apenas 2 empresas pertencem ao setor primário, 36 ao setor secundário e a maioria das empresas ao setor terciário. O montante total de ativo analisado neste estudo para as empresas cotadas na bolsa espanhola para os anos de 2013, 2014 e 2015 correspondeu a 1,043 mil milhões de euros, tendo sido cobrados a estas empresas um total de 89,103 milhões de euros relativos a honorários de auditoria externa.

A tabela 2.7 apresenta, para a amostra espanhola, os honorários de auditoria e os *non-audit fees* cobrados pelas *big four* e pelas *non-big four*.

**Tabela 2.7:** Serviços prestados pelas *big four* e *non-big four* às empresas cotadas em Espanha.

Empresas de auditoria	<i>Big four</i>	%	<i>Non-big four</i>	%	Total	%
Honorários de auditoria	88 030 071,06 €	65%	1 073 215,44 €	95%	89 103 286,50 €	65%
<i>Non-audit fees</i>	47 455 549,05 €	35%	51 000,00 €	5%	47 506 549,05 €	35%
<b>Total</b>	<b>135 485 620,11 €</b>	<b>100%</b>	<b>1 124 215,44 €</b>	<b>100%</b>	<b>136 609 835,55 €</b>	<b>100%</b>

Através da tabela 2.7 pode-se verificar que do total de honorários cobrados pelas empresas auditoras às empresas cotadas nas bolsas espanholas, 65% correspondem a serviços de auditoria e 35% correspondem a outros serviços. Observa-se ainda que do total de serviços prestados pelas *non-big four*, apenas 5% correspondem a *non-audit fees*, enquanto para as *big four* a faturação de *non-audit fees* representa 35% do total de serviços prestados.

A análise descritiva das variáveis utilizadas para o modelo espanhol está apresentada na tabela 2.8.

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
HONESP	11,52	11,46	7,75	15,52	1,40
DIM	19,91	19,97	11,77	25,18	2,24
COMPL	3,12	2,86	0,00	7,14	1,59
BIG4	0,88	1,00	0,00	1,00	0,32
RISC	1,98	0,89	0,00	60,14	5,38
NAF	7,98	10,52	0,00	14,81	5,31
GR	-0,68	-0,06	-20,86	7,26	2,73
RE	0,13	0,00	0,00	1,00	0,34

**Tabela 2.8:** Estatística descritiva para as empresas cotadas em Espanha.

Da análise descritiva apresentada na tabela 2.8, verifica-se que a variável COMPL, correspondente ao logaritmo do número de subsidiárias da empresa auditada, em termos absolutos, varia entre 0 e 1 257. Pela análise da variável BIG4 conclui-se que 88% das empresas cotadas na bolsa espanhola são auditadas por empresas que pertencem ao grupo *big four* o que significa que, em Espanha, as *big four* dominam fortemente o mercado de auditoria para as empresas cotadas em bolsa. Por sua vez, a variável RISC indica que a liquidez reduzida média destas empresas é razoável (1,98). Relativamente à variável RE, a média indica que apenas 13% das empresas cotadas em Espanha mudaram de empresa auditora, enquanto 87% permaneceram com a mesma empresa de auditoria. De uma forma geral, estes resultados indicam uma baixa rotação da empresa auditora ao longo dos 3 anos analisados. Através da tabela 2.8 verifica-se ainda que a variável BIG4 é aquela que apresenta uma menor dispersão dos dados (desvio padrão = 0,32) e que a variável RISC é aquela que apresenta uma maior dispersão dos dados (desvio padrão = 5,38).

#### 2.4.3. Análise da regressão: empresas cotadas em Portugal

A matriz de correlação das variáveis independentes e de controlo está presente na tabela 2.9.

**Tabela 2.9:** Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Portugal.

VARIÁVEIS	DIM	COMPL	BIG4	RISC	NAF	GR	RE
DIM	1	0,45	0,30	0,08	0,19	-0,03	0,06
COMPL		1	0,05	0,11	-0,27	0,07	-0,06
BIG4			1	0,08	0,30	0,10	-0,03
RISC				1	0,07	0,19	-0,04
NAF					1	-0,05	-0,01
GR						1	0
RE							1

De acordo com a tabela 2.9 a correlação mais forte verifica-se entre a variável DIM e a variável COMPL que corresponde a 0,45. O teste à colinearidade não revela, contudo, problemas deste tipo.

Foram também efetuados testes à heteroscedastidade (teste de *White*) e à normalidade dos resíduos que também não revelaram preocupações com a dispersão dos dados e a distribuição do erro.

A tabela 2.10 mostra os resultados obtidos para as empresas cotadas na bolsa portuguesa através da utilização do modelo *pooled OLS*, já que este se revelou mais adequado do que o modelo dos efeitos fixos e o dos efeitos aleatórios, sendo o  $R^2$  ajustado obtido superior ao dos restantes modelos referidos, o que significa que este modelo é o mais explicativo dos honorários dos auditores externos.

**Tabela 2.10:** Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Portugal.

Variáveis	Coefficiente	Rácio - t	Valor p
CONST	3,43	2,49	0,02**
DIM	0,37	4,76	0,00***
COMPL	-0,08	-1,24	0,22
BIG4	-0,41	-1,52	0,13
RISC	-0,00	0,37	0,71
NAF	0,04	1,64	0,10
GR	-0,56	-0,75	0,46
RE	-0,33	0,93	0,35
Média var. dependente:			10,47
D.P. var. dependente:			1,15
Soma resíd. quadrados:			112,54
E.P. da regressão:			1,02
R <sup>2</sup> ajustado:			0,21
F (7, 108):			5,26
Valor P (F):			0,00

**Legenda:** \*\*\*: p-value <0,01, \*\*: 0,01 <p-value <0,05, \*: 0,05<p-value <0,10.

Os resultados indicam que a dimensão da empresa auditada (DIM) é a única variável que se mostra significativa para o período de 2013 a 2015, o que significa que a dimensão da empresa auditada é o principal fator a considerar pelos auditores externos na determinação dos seus honorários. Dado que esta variável apresenta um sinal positivo e estatisticamente significativo, a evidência permite suportar a hipótese de que existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos ( $H_1$ ), o que é consistente com os resultados obtidos por Joshi e AL-Bastaki (2000), Kimeli (2016), Urhoghide e Izedonmi (2015), entre outros.

O modelo apresentado explica apenas 21% dos honorários de auditoria para o período de análise do nosso estudo. Este baixo poder explicativo do modelo pode indicar que, em Portugal, embora a tabela dos honorários mínimos não seja obrigatória desde 2005, os auditores continuam a ser fortemente influenciados pelo fator de construção de sua base: a dimensão da empresa auditada. Estes resultados também podem indiciar que há outros fatores, não estudados, que podem na realidade portuguesa influenciar mais os honorários ou, ainda pode resultar, simplesmente, da reduzida dimensão da amostra.

Podemos concluir que os resultados obtidos apenas permitem não rejeitar a hipótese de investigação 1, conforme ilustrado na tabela 2.11.

**Tabela 2.11:** Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Portugal.

Hipóteses	Descrição	Evidência de suporte à hipótese
Hipótese 1	Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.	<b>Não Rejeitada</b>
Hipótese 2	Existe uma relação positiva entre a complexidade da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 3	As <i>big four</i> cobram honorários de auditoria mais elevados do que as <i>non-big four</i> .	Rejeitada
Hipótese 4	Existe uma relação positiva entre o risco financeiro e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 5	Existe uma relação significativa entre os <i>non-audit fees</i> e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 6	Existe uma relação positiva entre a gestão de resultados e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada

#### 2.4.4. Análise adicional e testes de robustez: empresas cotadas em Portugal

Com o objetivo de validar os resultados entretanto obtidos, efetuamos testes de robustez, considerando diferentes formas de medir o risco. Assim, em alternativa ao rácio de liquidez reduzida, consideramos como *proxy* para o risco o rácio de endividamento, calculado pelo quociente entre o passivo total e o capital próprio, e o passivo total dividido pelo ativo total. Adicionalmente, consideramos o rácio de autonomia financeira, calculado através da divisão entre o capital próprio e o ativo total.

Os resultados alcançados são similares, pelo que as conclusões obtidas anteriormente se mantêm, tal como evidenciados no Anexo I.

#### 2.4.5. Análise da regressão: empresas cotadas em Espanha

A tabela 2.12 mostra a matriz de correlação das variáveis independentes e de controlo.

**Tabela 2.12:** Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Espanha.

VARIÁVEIS	DIM	COMPL	BIG4	RISC	NAF	GR	RE
DIM	1,00	0,67	0,38	-0,32	0,45	-0,17	-0,16
COMPL		1,00	0,27	-0,08	0,47	-0,11	-0,15
BIG4			1,00	-0,04	0,47	-0,11	-0,07
RISC				1,00	-0,16	0,00	0,05
NAF					1,00	-0,06	-0,18
GR						1,00	0,05
RE							1,00

A matriz de correlação mostra que as correlações mais fortes se verificam para as variáveis DIM e COMPL, com uma correlação de 0,67. Contudo, foi efetuado o teste à colinearidade, não revelando os resultados qualquer problema deste tipo. Foram também efetuados testes à heterocedastidade

(teste de *White*) e à normalidade dos resíduos, revelando os resultados que não há uma forte dispersão dos dados e que o erro tem uma distribuição normal.

A tabela 2.13 apresenta os resultados obtidos para as empresas cotadas na bolsa espanhola através da utilização da *pooled OLS* pelos mesmos motivos apresentados para o modelo português.

**Tabela 2.13:** Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Espanha.

Variáveis	Coefficiente	Rácio - t	Valor p
CONST	3,80	7,26	0,00 ***
DIM	0,34	10,92	0,00 ***
COMPL	0,17	3,83	0,00 ***
BIG4	0,71	3,96	0,00 ***
RISC	-0,03	-3,35	0,00 ***
NAF	-0,01	-0,87	0,38
GR	-0,03	-1,66	0,10*
RE	-0,29	-1,99	0,04 **
Média var. dependente:			11,52
D.P. var. dependente:			1,40
Soma resíd. quadrados:			219,01
E.P. da regressão:			0,86
R <sup>2</sup> ajustado:			0,62
F (7, 299):			73,66
Valor P (F):			0,00

**Legenda:** \*\*\*: p-value <0,01, \*\*: 0,01 <p-value <0,05, \*: 0,05<p-value <0,10.

De acordo com os resultados, verifica-se que a dimensão (DIM), complexidade (COMPL) e risco (RISC) da empresa auditada e o tipo de empresa de auditoria (BIG4) influenciam significativamente e ao nível de 1% os honorários de auditoria.

As variáveis DIM e COMPL encontram-se positivamente relacionadas com os honorários dos auditores externos, estando em concordância com estudos previamente realizados, como sejam os de Joshi e AL-Bastaki (2000), Kimeli (2016), Urhoghide e Izedonmi (2015), entre outros que mostram que quanto maior a dimensão e a complexidade da empresa auditada, mais elevados serão os honorários de auditoria, possivelmente devido ao trabalho de auditoria e ao tempo despendido.

Quanto à variável RISC, esta foi medida pelo rácio de liquidez reduzida das empresas auditadas, daí termos obtido uma relação negativa e significativa entre este rácio e os honorários dos auditores externos, refletindo assim uma relação positiva entre o risco e os honorários dos auditores. De facto, quanto menor a liquidez, maior o nível de risco financeiro e, consequentemente, maior o montante de honorários a cobrar. Estes resultados estão em concordância com os de Al-Harshani (2008), André et al. (2016) e Bills et al. (2017). Segundo Al-Harshani (2008) “*when the audit client has a higher liquidity ratio, the expected cost of the audit risk becomes less, and thus, audit firms appear to be willing to charge lower audit fees*” (p.692).

Relativamente à variável BIG4 os resultados revelam que as *big four* cobram honorários mais elevados, o que corrobora os resultados de Fuentes e Pucheta-Martínez (2009), através de estudo também realizado em Espanha.

Quanto aos *non-audit fees* (NAF), os nossos resultados são consistentes com os de Adelopo (2009) e Dunmore e Shao (2006), que também não encontraram uma relação significativa entre ambas as variáveis. Fuentes e Pucheta-Martínez (2009) elaboraram um estudo em Espanha sobre esta matéria e tentaram mostrar que os honorários de auditoria e os *non-audit fees* se influenciam mutuamente, contudo também não conseguiram obter resultados neste sentido.

Por outro lado, os resultados obtidos para a gestão de resultados (GR) são contrários aos obtidos pela literatura. Apesar de estar pouco desenvolvida a literatura quanto ao relacionamento entre os honorários de auditoria e a gestão de resultados, Alali (2011) e Gul et al. (2003) evidenciaram uma relação positiva e significativa entre a gestão de resultados, medida pelos *discretionary accruals* e os honorários de auditoria. Os nossos resultados evidenciam a existência de um relacionamento negativo entre a gestão de resultados e os honorários de auditoria, contrariamente ao relacionamento positivo esperado. Embora os resultados sejam significativos apenas ao nível de 10% não suportam a hipótese de investigação 6.

Quanto à rotação da empresa auditora (RE), os resultados estão em conformidade com os de Corbella et al. (2015) isto é, a rotação da empresa faz com que os honorários de auditoria baixem, sendo esta variável significativa ao nível de 5%.

De uma forma geral podemos concluir que o modelo utilizado explica 62% dos honorários dos auditores externos como se pode verificar através do  $R^2$  ajustado indicado na tabela 2.13.

A tabela 2.14 apresenta um resumo acerca da validação das diferentes hipóteses formuladas.

**Tabela 2.14:** Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Espanha.

Hipóteses	Descrição	Evidência de suporte à hipótese
Hipótese 1	Existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.	Não rejeitada
Hipótese 2	Existe uma relação positiva entre a complexidade da empresa auditada e os honorários dos auditores externos.	Não rejeitada
Hipótese 3	As <i>big four</i> cobram honorários de auditoria mais elevados do que as <i>non-big four</i> .	Não rejeitada
Hipótese 4	Existe uma relação positiva entre o risco financeiro e os honorários dos auditores externos.	Não rejeitada
Hipótese 5	Existe uma relação significativa entre os <i>non-audit fees</i> e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 6	Existe uma relação positiva entre a gestão de resultados e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada



Como podemos verificar através da referida tabela apenas rejeitamos as hipóteses de investigação 5 e 6.

#### **2.4.6. Análise adicional e testes de robustez: empresas cotadas em Espanha**

A fim de testar os resultados obtidos, levamos igualmente a cabo alguns testes de robustez para o caso de Espanha.

Começámos, tal como no caso anterior, por considerar outras formas de medir o risco, já mencionadas anteriormente. Como na amostra portuguesa, os resultados obtidos são similares aos obtidos anteriormente exceto para uma variável, pelo que, de um modo geral, as conclusões se mantêm.

Relativamente ao tipo de indústria, também efetuamos vários tipos de testes de robustez, utilizando a Classificação Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE) que engloba 21 classificações diferentes: agricultura, silvicultura e pesca (A), mineração (B), manufaturação (C), fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado (D), abastecimento de água, esgoto, gestão de resíduos e atividades de despoluição (E), construção (F), comércio por grosso e retalho, reparação de veículos motorizados e motociclos (G), transporte e armazenamento (H), atividades de alojamento e serviços de alimentação (I), informação e comunicação (J), atividades financeiras e de seguros (K), atividades imobiliárias (L), atividades profissionais, científicas e técnicas (M), atividades administrativas e de assistência (N), administração pública e defesa e segurança social obrigatória (O), educação (P), atividades de saúde humana e trabalho social (Q), artes, entretenimento e recreação (R), outras atividades de serviço (S), atividades relacionadas com tarefas domésticas e atividades de produção de bens e serviços diferenciados relacionados com tarefas domésticas para uso próprio (T) e atividades de organizações e corpos extraterritoriais (U). Desta forma, foram criadas várias variáveis dicotómicas que nos permitissem controlar estas atividades económicas. Os testes de robustez ao tipo de indústria só foram realizados para a amostra espanhola devido ao facto da amostra portuguesa ser muito reduzida.

Contrariamente ao estudo de Kikhia (2015) que mostrou que as indústrias de manufaturação pagam honorários mais elevados na Jordânia, em Espanha este tipo de indústria não influencia o montante de honorários pagos. Por outro lado, as atividades de fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado pagam significativamente honorários mais elevados, enquanto as atividades de construção e as atividades de comércio por grosso e retalho, reparação de veículos motorizados e motociclos, pagam significativamente honorários de auditoria mais reduzidos. Contudo, estes resultados encontram-se muito condicionados pela quantidade de empresas aí englobadas, já que

apenas 4, 8 e 7 empresas respetivamente se enquadram nestas nomenclaturas económicas. Constatou-se, ainda, que as empresas imobiliárias (14 empresas) também pagam significativamente honorários mais baixos que as restantes empresas.

Os resultados dos testes de robustez encontram-se evidenciados no Anexo II.

## 2.5. Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar os honorários cobrados pelos auditores externos às empresas com títulos cotados nas bolsas de Portugal (*Euronext Lisbon*) e Espanha (Bilbao, Valência, Barcelona e Madrid).

Comparando o mercado de auditoria português com o espanhol, verifica-se que 18% das empresas cotadas na bolsa portuguesa são auditadas por *non-big four*, enquanto em Espanha 12% das empresas cotadas em bolsa são auditadas por *non-big four*. Estes dados indicam que em ambos os países há um domínio das *big four* no mercado de auditoria das empresas cotadas.

Os resultados indicam que os determinantes dos honorários dos auditores externos em Portugal são diferentes dos que se verificam em Espanha.

Em Portugal, a única variável considerada com capacidade para influenciar o valor dos honorários de auditoria foi a dimensão da empresa auditada. Estes resultados indicam que em Portugal, apesar da tabela de honorários não ser obrigatória desde 2005, os auditores continuam a ser fortemente influenciados pela tabela ou pelo fator base de construção desta, isto é, a dimensão. Contudo, pode também significar que há outros fatores, não estudados, que podem na realidade portuguesa influenciar mais os honorários ou, ainda pode resultar, simplesmente, da dimensão reduzida da amostra.

Já em Espanha, os honorários são fixados principalmente em função da dimensão, complexidade e risco de auditoria, sendo que quanto maior a dimensão, a complexidade e o risco da empresa auditada, maiores os honorários de auditoria. Os resultados indicam ainda que em Espanha as *big four* cobram honorários mais elevados e que as empresas que mudam de empresa de auditoria pagam honorários mais baixos no ano da rotação.

A maior limitação do presente estudo centra-se na reduzida dimensão da amostra principalmente na amostra portuguesa, embora essa limitação resulte diretamente da própria dimensão do mercado de capitais português, já que se incluíram todas as empresas não financeiras que estiveram cotadas pelo menos em dois dos anos do período em análise.

Em termos de investigação futura, como neste estudo não há divisão entre grandes e pequenas e médias empresas, e a dimensão da empresa auditada é um dos fatores mais justificativos dos honorários de auditoria, seria interessante analisar a influência que os restantes fatores exercem nos honorários de auditoria, consoante estivessem em causa grandes e pequenas e médias empresas. Por exemplo, o impacto que o risco financeiro tem nos honorários de auditoria das grandes empresas poderá ser diferente do impacto que terá nos honorários das pequenas e médias empresas auditadas.

## Bibliografia

- Abdel-Khalik, A. R. (1990). The Jointness of Audit Fees and Demand for MAS: A Self-Selection Analysis. *Contemporary Accounting Research* 1, 6(2), 295–322. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1990.tb00760.x>
- Adams, M., Sherris, M., & Hossain, M. (1997). The Determinants of External Audit Costs in the New Zealand Life Insurance Industry. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 8(1), 69–86. <https://doi.org/10.1111/1467-646X.00018>
- Adelopo, I. (2009). Modelling issues in the relationship between audit and non-audit fees. *Journal of Applied Accounting Research*, 10(2), 96–108. <https://doi.org/10.1108/09675420910984664>
- Alali, F. (2011). Audit Fees and Discretionary Accruals: Compensation Structure Effect. *Managerial Auditing Journal*, 26(2), 90–113. <https://doi.org/10.1108/02686901111094994>
- Al-Harshani, M. O. (2008). The pricing of audit services: evidence from Kuwait. *Managerial Auditing Journal*, 23(7), 685–696. <https://doi.org/10.1108/02686900810890643>
- Al-Shammari, B., Al-Yaquot, A., & Al-Hussaini, A. (2008). Determinants of audit fees in Kuwait. *Journal of the Academy of Business and Economics*, 8(1), 140. Retrieved from <http://jabe-journal.org>
- Anderson, T., & Zéghal, D. (1994). The Pricing of Audit Services: Further Evidence From the Canadian Market. *Accounting and Business Research*, 24(95), 195–207. <https://doi.org/10.1080/00014788.1994.9729479>
- André, P., Broye, G., Pong, C., & Schatt, A. (2016). Are Joint Audits Associated with Higher Fees? *European Accounting Review*, 25(2), 245–274. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.998016>
- Balsam, S. (1998). Discretionary Accounting Choices and CEO Compensation. *Contemporary Accounting Research*, 15(3), 229–252. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1998.tb00558.x>
- Bedard, J. C., & Johnstone, K. M. (2010). Audit partner tenure and audit planning and pricing. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 29(2), 45–70. <https://doi.org/10.2308/aud.2010.29.2.45>
- Bergstresser, D., & Philippon, T. (2006). CEO incentives and earnings management. *Journal of Financial Economics*, 80(3), 511–529. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2004.10.011>
- Bills, K. L., Lisic, L. L., & Seidel, T. A. (2017). Do CEO succession and succession planning affect stakeholders' perceptions of financial reporting risk? evidence from audit fees. *Accounting Review*, 92(4), 27–52. <https://doi.org/10.2308/accr-51567>
- Campa, D. (2013). "Big 4 fee premium" and audit quality: latest evidence from UK listed companies. *Managerial Auditing Journal*, 28(8), 680–707. <https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2012-0784>
- Caneghem, T. Van. (2010). Audit pricing and the Big4 fee premium: evidence from Belgium. *Managerial Auditing Journal*, 25(2), 122–139. <https://doi.org/10.1108/02686901011008945>
- Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2002). Board Characteristics and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 365–384. <https://doi.org/10.1506/CHWK-GMQ0-MLKE-K03V>
- Chan, P., Ezzamel, M., & Gwilliam, D. (1993). Determinants of Audit Fees for Quoted UK Companies. *Journal of Business Finance and Accounting*, 20(6), 765–786.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1993.tb00292.x>

- Chung, D. Y., & Lindsay, W. D. (1988). The pricing of audit services: The Canadian perspective. *Contemporary Accounting Research*, 5(1), 19–46. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1988.tb00693.x>
- CSC (2009). Decreto-Lei n.º 262/1986 de 2 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 201 (1986).
- Collier, P., & Gregory, A. (1996). Audit committee effectiveness and the audit fee. *European Accounting Review*, 5(2), 177–198. <https://doi.org/10.1080/09638189600000012>
- Corbella, S., Florio, C., Gotti, G., & Mastrolia, S. A. (2015). Audit firm rotation, audit fees and audit quality: The experience of Italian public companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 25, 46–66. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2015.10.003>
- Crashwell, A., & Francis, J. (1999). Pricing Initial Audit Engagements: A Test of Competing Theories. *The Accounting Review*, 74(2), 201–216. <https://doi.org/10.2308/accr.1999.74.2.201>
- Davis, L., Ricchiute, D., & Trompeter, G. (1993). Audit effort, audit fees, and the provision of nonaudit services to audit clients. *The Accounting Review*, 68(1), 135–150. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/248370>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting Earnings Management. *The Accounting Review*, 70(2), 193–225. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/248303>
- Decreto- Lei n.º 487/1999 de 16 de Novembro da Assembleia da República. Diário da República: I-A série, No 267 (1999). Accessed 20 jan 2017. Retrieved from <https://www.dre.pt>.
- DeFond, M. L., Raghunandan, K., & Subramanyam, K. R. (2002). Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research*, 40(4), 1247–1274. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00088>
- Dunmore, P. V, & Shao, Y. S. (2006). Audit and Non-Audit Fees: New Zealand Evidence. *Pacific Accounting Review*, 18(2), 32–46. <https://doi.org/10.1108/01140580610732804>
- EROc (2015). Decreto-Lei n.º 140/2015 de 12 de Agosto da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 174. Accessed 20 jan 2017. Retrieved from <https://www.dre.pt>.
- EROc (2008). Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 226. Accessed 20 jan 2017. Retrieved from <https://www.dre.pt>.
- Felix, W. L. J., Gramling, A. A., & Maletta, M. J. (2001). The Contribution of Internal Audit as a Determinant of External Audit Fees and Factors Influencing This Contribution. *Journal of Accounting Research*, 39(3), 513–534. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00026>
- Fleischer, R., & Goettsche, M. (2012). Size effects and audit pricing: Evidence from Germany. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 21(2), 156–168. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2012.07.005>
- Francis, J. R., & Stokes, D. J. (1986). Audit Prices, Product Differentiation, and Scale Economies: Further Evidence from the Australian Market. *Journal of Accounting Research*, 24(2), 383–393. <https://doi.org/10.2307/2491141>
- Fuentes, C. De, & Pucheta-Martínez, M. C. (2009). Auditor independence, joint determination of

audit and non-audit fees and the incidence of qualified audit reports. *Revista Latinoamericana de Administración*, 43(2.<sup>o</sup> semestre), 63–92. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71612112005>

- Gerrard, I., Houghton, K., & Woodliff, D. (1994). Audit Fees: The Effects of Auditee, Auditor and Industry Differences. *Managerial Auditing Journal*, 9(7), 3–11. <https://doi.org/10.1108/02686909410067534>
- Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2007). Determinants of audit fees for French quoted firm. *Managerial Auditing Journal*, 22(2), 139–160. <https://doi.org/10.1108/02686900710718654>
- Gu, J., & Hu, D. (2015). Audit Fees, Earnings Management, and Litigation Risk: Evidence from Japanese Firms Cross-Listed on U.S. Markets. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 19(3), 125–139. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Gul, F., Chen, C., & Tsui, J. (2003). Discretionary Accounting Accruals, Managers' Incentives, and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*, 20(3), 441–464. <https://doi.org/10.1506/686E-NF2J-73X6-G540>
- Hassan, Y., & Naser, K. (2013). Determinants of Audit Fees: Evidence from an Emerging Economy. *International Business Research*, 6(8), 13–25. <https://doi.org/10.5539/ibr.v6n8p13>
- Hay, D., Knechel, W., & Ling, H. (2008). Evidence on the Impact of Internal Control and Corporate Governance on Audit Fees. *International Journal of Auditing*, 12(1), 9–24. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2008.00367.x>
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1-3), 85–107. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(85\)90029-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(85)90029-1)
- Heninger, W. G. (2001). The association between auditor litigation and abnormal accruals. *The Accounting Review*, 76(1), 111–126. <https://doi.org/10.2308/accr.2001.76.1.111>
- Ho, S., & Hutchinson, M. (2010). Internal audit department characteristics/activities and audit fees: Some evidence from Hong Kong firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), 121–136. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2010.07.004>
- ISA 315: Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement Through Understanding the Entity and its Environment (2010). Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurances, and Related Services Pronouncements.
- Ji-Hong, L. (2007). On Determinants of Audit Fee: New Evidence from China. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 3(4), 60–64. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193–228. <https://doi.org/10.2307/2491047>
- Joshi, P. L., & AL-Bastaki, H. (2000). Determinants of Audit Fees: Evidence from the Companies Listed in Bahrain. *International Journal of Auditing*, 4(2), 129–138. <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00308>
- Kaplan, R. S. (1985). Comments on Paul Healy: Evidence on the Effect of Bonus Schemes on Accounting Procedure and Accrual Decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1-3), 109–113. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(85\)90030-8](https://doi.org/10.1016/0165-4101(85)90030-8)
- Karim, A., & Hasan, T. (2012). The market for audit services in Bangladesh. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 2(1), 50–66. <https://doi.org/10.1108/20421161211196120>

- Kikhia, H. Y. (2015). Determinants of Audit Fees: Evidence from Jordan. *Accounting and Business Research*, 4(1), 42–53. <https://doi.org/10.5430/afr.v4n1p42>
- Kimeli, E. (2016). Determinants of Audit Fees Pricing : Evidence from Nairobi Securities Exchange ( NSE ). *International Journal of Research in Business Studies and Management*, 3(1), 23–35. Retrieved from <http://www.ijrbsm.org/>
- Kreutzfeldt, R., & Wallace, W. (1986). Error Characteristics in Audit Populations: Their Profile and Relationships to Environmental Factors. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 6(1), 20–43. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Ley, G. V. (2003). Audit quality and the pricing of discretionary accruals. *Auditing*, 22(1), 109–126. <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.1.109>
- Langendijk, H. (1997). The Market for Audit Services in the Netherlands. *The European Accounting Review*, 6(2), 253–264. <https://doi.org/10.1080/713764721>
- Ley 44/2002 de 22 de Noviembre de Medidas de Reforma del Sistema Financiero. Boletín Oficial del Estado, No 281 (2002). Accessed 20 jan 2017. Retrieved from [https://www.boe.es/diario\\_boe/](https://www.boe.es/diario_boe/)
- Ley 12/2010 de 1 de Julio de Auditoría de Cuentas. Boletín Oficial del Estado No 159 (2010). Accessed 20 jan 2017. Accessed 20 jan 2017. Retrieved from [https://www.boe.es/diario\\_boe/](https://www.boe.es/diario_boe/)
- Ley 22/2015 de 20 de Julio de Auditoría de Cuentas. Boletín Oficial del Estado n.o 173 (2015). Accessed 20 jan 2017. Retrieved from [https://www.boe.es/diario\\_boe/](https://www.boe.es/diario_boe/)
- Litt, B., Sharma, D. S., Simpson, T., & Tanyi, P. N. (2014). Audit partner rotation and financial reporting quality. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 33(3), 59–86. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50753>
- Mayoral, J. M., & Segura, A. S. (2007). Un estudio empírico de los honorarios del auditor. *Cuadernos de Economía Y Dirección de La Empresa*, 10(32), 81–109. [https://doi.org/10.1016/S1138-5758\(07\)70092-0](https://doi.org/10.1016/S1138-5758(07)70092-0)
- Moreira, J. (2006). “Accruals” Discricionários: o Erro de Estimacão Induzido pelo Conservantismo. Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. Retrieved from <https://www.fep.up.pt/investigacao/cete/papers/>
- Naser, K., & Nuseibeh, R. (2007). Determinants of audit fees: empirical evidence from an emerging economy. *International Journal of Commerce and Management*, 17(3), 239–254. <https://doi.org/10.1108/10569210710833635>
- Niemi, L. (2002). Do Firms Pay for Audit Risk? Evidence on Risk Premiums in Audit Fees after Direct Control for Audit Effort. *International Journal of Auditing*, 6(1), 37–51. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2002.tb00004.x>
- O’Keefe, T. B., Simunic, D. a, & Stein, M. T. (1994). The Production of Audit Services: Evidence from a Major Public Accounting Firm. *Journal of Accounting Research*, 32(2), 241–261. <https://doi.org/10.2307/2491284>
- Palmrose, Z. (1986). Audit Fees and Auditor Size: Further Evidence. *Journal of Accounting Research*, 24(1), 97–110. <https://doi.org/10.2307/2490806>
- Pong, C. M., & Whittington, G. (1994). The Determinants of Audit Fees : Some Empirical Models. *Journal of Business Finance and Accounting*, 21(8), 1071–1095. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1994.tb00365.x>

- Pratt, J., & Stice, J. D. (1994). The Effects of Client Characteristics on Auditor Litigation Risk Judgments, Required Audit Evidence, and Recommended Audit Fees. *The Accounting Review*, 69(4), 639–656. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/248435>
- Richardson, S. A., Tuna, A. I., & Wu, M. (2002). *Predicting Earnings Management: The Case of Earnings Restatements*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.338681>
- Sharma, D. S., & Sidhu, J. (2001). Professionalism vs. commercialism: The association between nonaudit services (NAS) and audit independence. *Journal of Business Finance & Accounting*, 28(5-6), 563–594. <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00386>
- Silva, A., & Inácio, H. (2011). Fatores que Influenciam os Honorários dos Auditores Externos. In ACIM (Ed.), *XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria*. Porto.
- Simunic, D. (1980). The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 161. <https://doi.org/10.2307/2490397>
- Stewart, J., Kent, P., & Routledge, J. (2016). The Association between Audit Partner Rotation and Audit Fees: Empirical Evidence from the Australian Market. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 35(1), 181–197. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51173>
- Suwaidean, M., & Qasim, A. (2010). External auditors' reliance on internal auditors and its impact on audit fees. *Managerial Auditing Journal*, 25(6), 509–525. <https://doi.org/10.1108/02686901011054845>
- Thi, N., & Hong, P. (2017). The Determinants of Audit Fees for Companies in Vietnam. *Journal of Economics and Development*, 19(2), 68–88. Retrieved from <http://jed.neu.edu.vn/>
- Thinggaard, F., & Kiertzner, L. (2008). Determinants of Audit Fees: Evidence from a Small Capital Market with a Joint Audit Requirement. *International Journal of Auditing*, 12, 141–158. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2008.00377.x>
- UlHaq, A., & Leghari, M. K. (2015). Determinants of Audit Fee in Pakistan. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6(9), 176–189. Retrieved from <https://www.iiste.org/>
- Urhoghide, R., & Izedonmi, F. (2015). An Empirical Investigation of Audit Fee Determinants in Nigeria. *International Journal of Business and Social Research*, 5(8), 48–58. Retrieved from <https://thejournalofbusiness.org/index.php/site>



## **Anexo I – Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Portugal**

**Tabela 1:** Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Portugal: risco.

<b>Variáveis</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Rácio - t</b>	<b>Valor p</b>	<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	<b>Valor P(F):</b>
PASSIVO/CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,39	0,70	0,20	0,00
PASSIVO/ ATIVO	0,25	1,39	0,17	0,21	0,00
AUTONOMIA FINANCEIRA	-0,08	-0,48	0,63	0,20	0,00

## Anexo II – Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Espanha

**Tabela 1:** Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Espanha: risco.

Variáveis	Coefficiente	Rácio - t	Valor p	R <sup>2</sup> ajustado	Valor P(F):
PASSIVO/CAPITAL PRÓPRIO	-0,00	-1,68	0,09*	0,61	0,00
PASSIVO/ ATIVO	0,03	1,83	0,07*	0,61	0,00
AUTONOMIA FINANCEIRA	-0,03	-1,83	0,07*	0,61	0,00

**Tabela 2:** Resultados dos testes de robustez para as empresas cotadas em Espanha: tipo de indústria.

Variáveis <sup>6</sup>	Coefficiente	Rácio - t	Valor p	R <sup>2</sup> ajustado	Valor P(F):
CLASSE A	-	-	-	-	-
CLASSE B	0,16	0,41	0,68	0,62	0,00
CLASSE C	-0,08	-0,63	0,53	0,62	0,00
CLASSE D	1,05	4,10	0,00***	0,64	0,00
CLASSE E	0,06	0,12	0,91	0,62	0,00
CLASSE F	-0,62	-3,30	0,00***	0,64	0,00
CLASS G	-0,34	-1,75	0,08*	0,63	0,00
CLASS H	-0,59	-1,50	0,13	0,63	0,00
CLASS I	-0,08	-0,27	0,78	0,62	0,00
CLASS J	0,20	0,77	0,44	0,62	0,00
CLASS K	-	-	-	-	-
CLASS L	0,45	-3,00	0,00	0,63	0,00
CLASS M	0,20	0,96	0,34	0,62	0,00
CLASS N	0,18	0,36	0,72	0,62	0,00
CLASS O	-	-	-	-	-
CLASS P	-	-	-	-	-
CLASS Q	0,16	0,33	0,75	0,62	0,00
CLASS R	-	-	-	-	-
CLASS S	0,55	1,09	0,28	0,62	0,00
CLASS T	-	-	-	-	-
CLASS U	-	-	-	-	-

<sup>6</sup> As classes A, K, O, P, R, T e U não apresentam dados por nenhuma empresa da amostra se enquadrar nestas classificações económicas.

## **CAPÍTULO 3 – OS HONORÁRIOS DOS AUDITORES EXTERNOS E OS MECANISMOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES: EVIDÊNCIA DE PORTUGAL E ESPANHA**

### **Resumo**

Considerando a relevância e papel do governo das sociedades nas medidas de fiscalização e supervisão das entidades pretende-se com este artigo analisar o efeito que as medidas de governo das sociedades exercem nos honorários dos auditores externos dos dois países que formam a Península Ibérica: Portugal e Espanha. A análise inclui uma amostra de 38 empresas cotadas na bolsa de valores de Portugal e 104 empresas cotadas nas bolsas de valores de Espanha para os anos de 2013 a 2015, utilizando um modelo de regressão OLS. Para a amostra espanhola, os resultados mostram que o capital detido pelo Conselho de Administração influencia negativamente os honorários de auditoria externa. Esses resultados estão de acordo com a perspectiva do fornecedor (auditor) que defende que melhores práticas de governo das sociedades diminuem o risco de controlo e, consequentemente, os honorários de auditoria. Por outro lado, a diligência do Conselho de Administração também afetou os honorários de auditoria externa, mas positivamente, ou seja, quanto maior o número de reuniões, maior a procura por uma auditoria com qualidade que resulta num maior preço do trabalho de auditoria (perspetiva da procura). Para a amostra portuguesa, pode-se observar que as características dos mecanismos do governo das sociedades não afetam os honorários de auditoria externa.

**Palavras-chave:** auditoria; honorários; independência; Portugal; Espanha.

O presente capítulo, numa fase mais embrionária, foi apresentado no XIX Congresso da *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas* (AECA), 2017, Santiago de Compostela, Espanha, estando esta versão final, aceite para publicação como capítulo do livro “*Organizational Auditing and Assurance in the Digital Age*” da *IGI Global Disseminator of Knowledge*.

### 3.1. Introdução

A profissão de auditoria como uma atividade cuja função principal é contribuir para a credibilidade da informação está a sofrer uma forte pressão sobre a sua posição ética, independência e qualidade. Os honorários de auditoria podem colocar em risco a independência do auditor na medida em que, se forem elevados, podem levar à evidência de corrupção entre cliente e auditor, mas se forem muito baixos, também podem ser indicativos de que o auditor não realizou os esforços necessários para emitir a sua opinião. Em geral, os honorários de auditoria externa são definidos considerando três aspetos importantes: características do cliente, características do auditor e características do governo das sociedades (Kikhia, 2014). Com os vários escândalos financeiros que resultaram em uma instabilidade económica global, o conceito de governo das sociedades ganhou uma importância crescente no mundo dos negócios.

A implementação da lei *Sarbanes - Oxley* (SOX) considerada como a mudança mais extremista das leis de mercado de valores mobiliários nos E.U.A (Calder, 2008) veio fomentar a importância do governo das sociedades com a criação de um conjunto de medidas e de mecanismos de auditoria, supervisão e controlo. Essa regeneração no governo das sociedades permite evitar atividades intoleráveis e aumentar a transparência quanto ao comportamento das empresas (Ghafran & O’ Sullivan, 2017). Este estudo pretende, assim, focar-se na relação entre os mecanismos e medidas de governo das sociedades e os honorários de auditoria dada a relevância e interesse que estes dois temas têm suscitado no mundo atual e, em particular, na União Europeia, da qual fazem parte Portugal e Espanha.

A maior parte dos estudos que se têm focado na relação entre os mecanismos de governo das sociedades e os honorários de auditoria apresentam um modelo de governo das sociedades anglo-saxónico, aplicado em países tais como os E.U.A, Reino Unido e Austrália que se caracterizam por uma forte proteção legal e transparência na divulgação de informação.

Ao contrário dos países anglo-saxónicos, as empresas cotadas em Portugal e Espanha caracterizam-se por apresentarem uma estrutura acionista concentrada. Em Espanha, esta estrutura concentrada origina conflitos de interesses entre acionistas majoritários e minoritários (Castells, Sanz, & Chiner, 2013). A redução dos custos de agência originados pela separação entre propriedade e gestão é proporcionada pela elevada presença de acionistas com poder de controlo (majoritários) no Conselho de Administração (Cristobal, Ucieda, & Navallas, 2011). Também “*the ownership in portuguese listed firms is highly concentrated. This feature can influence the earnings management activity, because highly concentrated ownership determines the nature of the agency problem in Portuguese firms*” (Alves, 2012, p. 59).

Em Espanha, à medida que o código de bom governo foi sofrendo atualizações, a Comissão de Auditoria tem sobressaído reforçando-se o seu papel de Órgão de Fiscalização.

Em Portugal, a estrutura da administração e da fiscalização é mais complexa do que em Espanha já que o Código das Sociedades Comerciais (CSC) permite que as empresas optem pelo modelo latino, anglo-saxónico ou germânico (dualista), dependendo do que mais lhes convém ou que considerem adequado. Deste modo, de acordo com o CSC a administração e a fiscalização das sociedades podem ser estruturadas segundo uma de três modalidades: a) Conselho de Administração e Conselho Fiscal; b) Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e Revisor Oficial de Contas (ROC); c) Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e ROC.

A análise do governo das sociedades de uma empresa implica a verificação de todo um conjunto de órgãos e mecanismos que a envolvem. Neste estudo, iremos focar, principalmente, no Conselho de Administração e no Órgão de Fiscalização como medidas de governo das sociedades que nos permitirão analisar o relacionamento entre este e os honorários de auditoria externa.

Este estudo está organizado da seguinte forma. A secção dois apresenta a revisão de literatura e formula as hipóteses de investigação. A terceira secção evidencia a metodologia, descrevendo as variáveis, os modelos e a amostra. Na quarta secção são apresentados e analisados os resultados. Por último, são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões de investigações futuras.

### **3.1. Revisão da literatura e hipóteses de investigação**

#### **3.1.1. Governo das sociedades – enquadramento**

O governo das sociedades surge como um mecanismo de proteção dos interesses dos acionistas e redução dos custos de agência podendo ser definido como *“a set of relationships between a company’s management, its board, its shareholders and other stakeholders. Corporate governance also provides the structure through which the objectives of the company are set, and the means of attaining those objectives and monitoring performance are determined. The presence of an effective corporate governance system, within an individual company and across an economy as a whole, helps to provide a degree of confidence that is necessary for the proper functioning of a market economy. As a result, the cost of capital is lower and firms are encouraged to use resources more efficiently, thereby underpinning growth”* (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2004, p. 11).

A relação entre os mecanismos de governo das sociedades e os honorários de auditoria tem sido bastante controversa pois a literatura defende duas perspetivas distintas: a perspetiva da procura e a perspetiva do fornecedor (auditor) que presta um serviço.

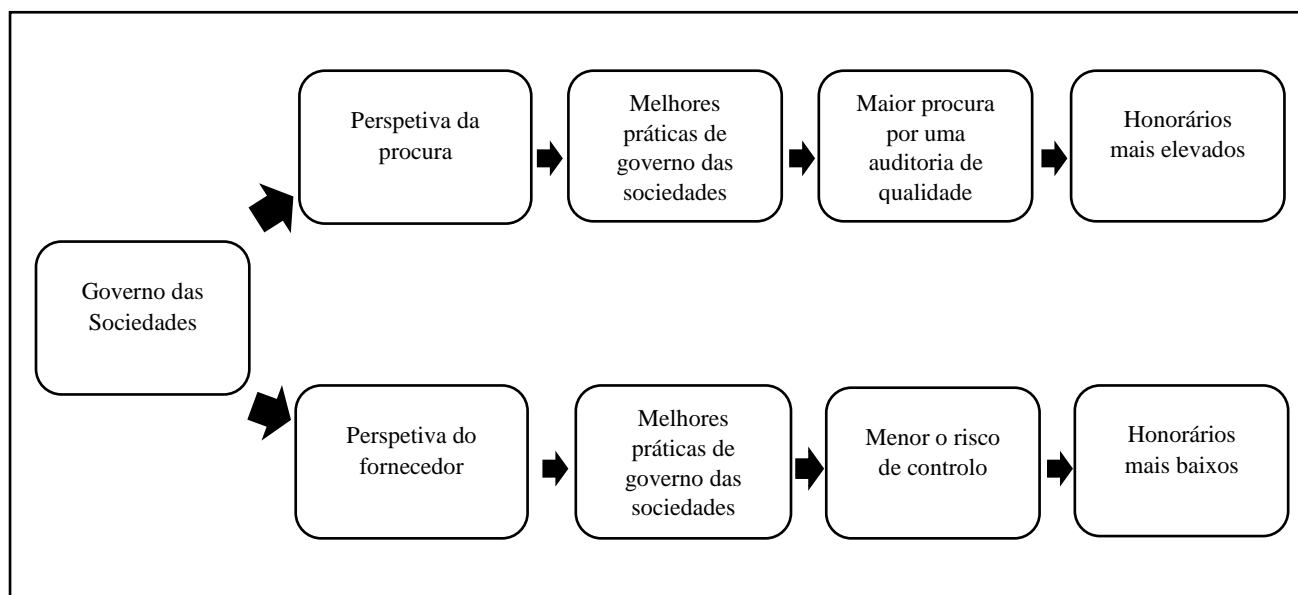
De acordo com a perspectiva da procura a relação entre os honorários de auditoria e as práticas de governo das sociedades é positiva, isto é, empresas com mecanismos e práticas de governo das sociedades mais eficientes e eficazes originam uma maior procura por uma auditoria de qualidade que se reflete num maior esforço por parte do auditor e, consequentemente, em honorários mais elevados. De acordo com esta perspectiva os honorários de auditoria serão mais elevados para garantir a fiabilidade e legitimidade das demonstrações financeiras (Farooq, Kazim, Usman & Latif, 2018).

A perspectiva do fornecedor mostra-nos uma relação negativa entre os honorários e as práticas de governo das sociedades. De acordo com esta perspectiva, melhores práticas de governo das sociedades permitem reduzir o risco de controlo da empresa, o que leva a uma diminuição do risco de auditoria, isto é, o risco de o auditor emitir uma opinião errada sobre as demonstrações financeiras. A redução do risco de auditoria permitirá ao auditor, mantendo a qualidade da auditoria, reduzir até um determinado nível a quantidade de testes substantivos o que se vai refletir numa redução nos honorários cobrados. Farooq et al. (2018) também verificaram, através de estudo no Paquistão, que as empresas podem moderar os custos de agência ao melhorar a qualidade das Comissões de Auditoria, pois os auditores externos consideram que as empresas com Comissões de Auditoria com elevada qualidade apresentam um nível de risco menor e, por isso, cobram honorários de auditoria mais baixos.

De acordo com Hines, Masli, Mauldin e Peters (2015) estas relações tornam-se complexas uma vez que, por exemplo, uma Comissão de Auditoria exigente, normalmente resultante de boas práticas de governo das sociedades, é vista pelos auditores como um forte mecanismo de controlo interno, contudo comissões com este tipo de exigência procuram auditorias igualmente exigentes. Por outro lado, *“company boards often purchase additional or higher quality auditing services (outside or internal) to effect better corporate governance, which in turn influences how auditors audit”* (Griffin, Lont, & Sun, 2008, p. 19). Griffin et al. (2008) elaboraram um estudo nos E. U.A que abrange a passagem para a SOX e que reflete estas duas teorias. Por um lado, os autores constataram que, de facto, empresas que apresentam melhores práticas de governo das sociedades, como uma Comissão de Auditoria e um Conselho de Administração independentes, e têm maior necessidade de uma auditoria com qualidade, pagam honorários mais elevados. Os autores justificam estes resultados pelo facto de a própria auditoria constituir um mecanismo de governo das sociedades. Por outro lado, verificaram que melhores práticas de governo das sociedades provocam uma redução no risco de auditoria e, consequentemente, nos honorários dos auditores. Os autores concluíram, ainda, que a auditoria afeta a relação entre o risco de auditoria e o governo das sociedades, porque ela própria constitui um mecanismo de governo das sociedades, e não porque a auditoria a influencia.

Através da figura 3.1 pode-se observar um resumo esquemático destas duas perspectivas em conformidade com a literatura.

**Figura 3.1:** Relacionamento entre o governo das sociedades e os honorários dos auditores externos.



### 3.1.2. Governo das sociedades – mecanismos e medidas

Ao se analisar a literatura de governo das sociedades verifica-se que a maioria dos estudos que analisam a relação entre honorários de auditoria e o governo das sociedades dedicam-se essencialmente ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, onde habitualmente a Comissão de Auditoria é referida, pelo que optamos por relacionar os honorários de auditoria com as características destes dois organismos. São exemplo disso os estudos de Carcello, Hermanson, Neal e Riley (2002), nos E.U.A, Conheady, McIlkenny, Opong, e Pignatell (2015), no Canadá, Farooq, et al. (2018), no Paquistão, Ghafran e O' Sullivan (2017), no Reino Unido, Kikhia (2014), na Jordânia, Goodwin-Stewart e Kent (2006), na Austrália, entre outros.

#### 3.1.2.1. Conselho de Administração

Escolhemos o Conselho de Administração para ser analisado neste estudo como um mecanismo de governo das sociedades por vários motivos. Em primeiro lugar, o papel do Conselho de Administração é muito mais profundo porque, conforme apontado por Rioux (2012), os valores mais fortes da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração. Segundo, como pode ser visto pela literatura, a sua eficiência é um fator importante na determinação da qualidade da auditoria e, conseqüentemente, nos honorários dos auditores externos. Desta forma, a capacidade do Conselho de Administração de cumprir os seus deveres, monitorizar os Administradores executivos e proteger os interesses dos acionistas assume particular importância (Conheady et al., 2015). De acordo com

Carcello et al. (2002) a qualidade da auditoria está relacionada com o Conselho de Administração não só porque por ele pode passar, dependendo da legislação e regulamentação aplicável, a decisão de seleção do auditor mas também porque o auditor incorrerá num maior esforço se perceber por parte do Conselho de Administração uma maior exigência na qualidade da auditoria. Uma estrutura de governo das sociedades bem definida ajuda a garantir que a gestão reporte de forma justa a condição financeira e o desempenho operacional da empresa e que atue de acordo com os interesses dos acionistas (Lin & Hwang, 2010). Nesse sentido, o Conselho de Administração, bem como as comissões que lhe são designadas, são os principais responsáveis pela supervisão da gestão (Lin & Hwang, 2010). A OCDE (2004) também referiu que a integridade dos sistemas contabilísticos e financeiros da empresa, o que inclui a auditoria externa, deve ser garantida pelo Conselho de Administração.

Alguns autores (Carcello et al., 2002, nos E.U.A; Kikhia, 2014, na Jordânia) defenderam que as características do Conselho de Administração podem afetar a relação entre as características da Comissão de Auditoria e os honorários de auditoria. Carcello et al. (2002) não encontraram uma relação significativa entre as características da Comissão de Auditoria e os honorários dos auditores ao incluir no mesmo modelo características do Conselho de Administração. Os autores verificaram, contudo, que um Conselho de Administração mais independente, diligente e especializado exige uma maior segurança e qualidade da auditoria externa, com o objetivo de proteger a sua reputação, evitar responsabilidades legais e promover os interesses dos acionistas. Kikhia (2014) também analisou a relação entre os honorários de auditoria e a Comissão de Auditoria e as características do Conselho de Administração tendo verificado que as características do Conselho de Administração estão positivamente relacionadas, mas no que diz respeito às características da Comissão de Auditoria apenas a independência está significativamente relacionada.

Os próximos pontos analisam as seguintes características do Conselho de Administração: independência, diligência e dimensão do Conselho de Administração e, ainda, o capital detido pelos respetivos membros na empresa auditada. Face à dificuldade em obter informação dos relatórios de governo das sociedades no que diz respeito à especialização do Conselho de Administração optamos por excluir esta característica da nossa investigação.

#### **3.1.2.1.1. Independência do Conselho de Administração**

Um Conselho de Administração é independente quando os seus membros não exercem funções executivas na empresa e, por isso, desempenham um papel de supervisão da gestão livre de qualquer pressão e interesse profissional ou pessoal. Um Conselho de Administração independente proporciona divulgações mais transparentes o que exigirá um maior esforço por parte da equipa de



auditoria que se refletirá nos seus honorários (Kikhia, 2014, na Jordânia). Por outro lado, há também a questão da sua reputação pois membros independentes preocupam-se com a sua própria exposição pessoal exigindo uma auditoria mais profunda no sentido de minimizar o risco suscitado pela gestão. Os Administradores executivos preocupam-se com o custo da auditoria, pelo contrário os Administradores não executivos demonstram uma maior preocupação com a qualidade da auditoria já que estão mais focados no controlo, identificação e correção de erros cometidos propositadamente, ou não, pela gestão (O'Sullivan, 2000, nos E.U.A). Beasley (1996), nos E.U.A, verificou que as empresas com demonstrações financeiras fraudulentas apresentavam uma menor proporção de membros independentes no Conselho de Administração quando comparadas com empresas que não apresentam demonstrações financeiras fraudulentas.

Vários autores concluíram que um Conselho de Administração mais independente influencia positivamente os honorários dos auditores externos (Abbott, Parker, Peters, & Raghunandan, 2003, nos E.U.A.; Bliss, 2011, na Austrália; Carcello et al., 2002, nos E.U.A.; Goodwin-Stewart & Kent, 2006, na Austrália; Knechel & Willekens, 2006, na Bélgica; Kikhia, 2014, na Jordânia; Yatim, Kent, & Clarkson, 2006, na Malásia). O'Sullivan (2000) também verificou, no Reino Unido, que a proporção de Administradores não executivos no Conselho de Administração influencia positivamente os honorários dos auditores externos uma vez que utilizam a função de auditoria como complemento à sua monitorização.

Formulou-se, assim, a seguinte hipótese:

H<sub>1</sub>: Existe uma relação significativa entre a independência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.

#### **3.1.2.1.2. Diligência do Conselho de Administração**

A diligência do Conselho de Administração relaciona-se com o cuidado da sua atuação. Assim, determinar a atividade do mesmo é importante para verificar se estamos perante um Conselho de Administração mais ou menos ativo, que influencia, ou não, o comportamento do auditor e, consequentemente, os seus honorários.

Apesar de alguns estudos como o de Yatim et al. (2006), na Malásia, não terem verificado um relacionamento significativo entre a diligência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos, de uma forma geral a literatura tem constatado que este relacionamento é positivo (Abbott et al., 2003, nos E.U.A.; Carcello et al., 2002, nos E.U.A.; Goodwin-Stewart e Kent, 2006, na Austrália; Krishnan e Visvanathan, 2009, nos E.U.A.; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011, no Reino Unido). Xie, Davidson e DaDalt (2003), nos E.U.A, verificaram que o nível de *discretionary*

*accruals*<sup>7</sup> é menor quando o Conselho de Administração se reúne com mais frequência. Segundo os autores, Conselhos de Administração mais ativos conseguem desempenhar de forma mais eficiente o seu papel de monitorização e debruçarem-se sobre questões como a gestão de resultados. De acordo com Conger, Finegold e Lawler (1998) a avaliação da adequação do tempo disponibilizado para as reuniões em grupo e do uso eficiente desse tempo para deliberarem sobre matérias importantes é fundamental num Conselho de Administração.

Neste contexto, formulou-se a seguinte hipótese:

H<sub>2</sub>: Existe uma relação significativa entre a diligência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.

#### **3.1.2.1.3. Dimensão do Conselho de Administração**

A literatura também tem atribuído importância à dimensão do Conselho de Administração, embora não seja consensual. Por um lado, verifica-se a existência de estudos que não encontraram relações significativas entre a dimensão do Conselho de Administração e os honorários de auditoria (Knechel & Willekens, 2006, na Bélgica; Yatim et al., 2006, na Malásia). Por outro lado, outros estudos verificaram que este relacionamento é positivo. Segundo Kikhia (2014), na Jordânia, a possibilidade de existência de fraude nas demonstrações financeiras aumenta perante um Conselho de Administração com um grande número de membros. Desta forma, perante um elevado número de membros do Conselho de Administração há uma maior perceção de risco pelas empresas de auditoria e, conseqüentemente honorários mais elevados (Bliss, 2011, na Austrália). Al-Najjar (2018), no Reino Unido, apresentou ainda uma perspetiva diferente referindo que este relacionamento é positivo porque há uma maior probabilidade de Conselhos de Administração maiores exercerem uma maior pressão para que o relatório de auditoria apresente uma maior qualidade.

Formulou-se, assim, a hipótese seguinte:

H<sub>3</sub>: Existe uma relação significativa entre a dimensão do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.

#### **3.1.2.1.4. Detenção de capital pelo Conselho de Administração**

A separação entre “propriedade” e “controlo” que ocorre quando o proprietário delega determinados poderes de tomada de decisões a gestores (agentes) faz com que os proprietários tenham de incorrer em custos de agência. Estes custos têm como objetivo desincentivar/ reduzir o risco de a gestão atuar contra os interesses dos acionistas em seu próprio benefício. Esta é a base da teoria da agência, que

---

<sup>7</sup> Os *accruals* que não resultam do curso normal da atividade da empresa, também conhecidos como *abnormal accruals* (Kaplan, 1985)

defende que quando os gestores têm acesso a informação que não é a mesma que a dos acionistas, podem agir de acordo com os seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos acionistas (Jermias & Gani, 2014). Para atenuar os conflitos que resultam da separação entre acionistas e gestores, os acionistas atribuem incentivos à gestão, incorrem em custos de monitorização das atividades da gestão e em custos que evitam que a gestão incorra em atividades que os prejudiquem ou que os proteja em situações que lhes sejam prejudiciais (Jensen & Meckling, 1976).

Quando a própria gestão é também acionista o risco de a gestão incorrer em atividades oportunas é menor (Jensen & Meckling, 1976), pelo que esta separação de interesses é menor. Assim, quanto mais significativa for a percentagem de capital detida pela gestão menor o risco de fraude e de manipulação de resultados, conduzindo a um menor esforço por parte do auditor e, consequentemente, em honorários mais baixos. O'Sullivan (2000), através de estudo nos E.U.A, concluiu que o auditor não tem necessidade de realizar testes adicionais durante a auditoria quando os gestores detêm uma percentagem significativa do capital já que estes possuem menos incentivos para alterar as informações emitidas aos acionistas. O'Sullivan (2000) verificou, assim, que quanto maior a percentagem de capital detida pelos Administradores executivos menor a procura por uma auditoria mais profunda e, consequentemente, menor o montante de honorários dos auditores. O autor verificou, ainda, a existência de uma relação negativa significativa entre a percentagem de capital detida pelos Administradores não executivos e os honorários dos auditores externos o que poderá indicar a existência de ligações familiares ou comerciais com a empresa. Mitra, Hossain, e Deis (2007), nos E.U.A, também constataram que quanto maior a proporção de capital detido pela gestão menor serão os problemas de agência, assim como o prémio de risco e/ou o esforço despendido pelo auditor originando honorários mais baixos.

Contudo, Oktorina e Wedari (2015) encontraram, através de estudo realizado na Indonésia, uma relação positiva entre a percentagem de gestores que se tornaram proprietários e os honorários dos auditores, estando estes resultados em concordância com a perspetiva da procura isto é, há uma maior motivação por parte da gestão em produzir informação financeira com qualidade quando detém capital da empresa que gere. Segundo os autores, os gestores procuram por esta qualidade na auditoria para que os investidores tenham confiança na informação contabilística elaborada e, consequentemente, no seu trabalho.

Alguns estudos analisaram também a relação entre a estrutura acionista e os honorários dos auditores externos, nomeadamente se o facto de a detenção de capital estar mais concentrada ou menos concentrada numa pessoa ou num grupo influencia os honorários de auditoria e que tipo de grupo ou pessoa detém esse capital. Desender, Aguilera, Crespi, e García-Cestona (2013) verificaram uma

relação positiva significativa entre a proporção de membros não executivos do Conselho de Administração face ao total de membros do mesmo e os honorários dos auditores externos para as empresas cotadas na bolsa de valores de Paris e de Madrid<sup>8</sup>. Os autores verificaram ainda que quando o presidente desempenha também a função de *Chief Executive Officer* (CEO), quer os Administradores não executivos quer o auditor externo enfrentam mais limitações na execução de uma auditoria mais profunda. Contudo, quando a estrutura acionista das empresas é concentrada estas relações são insignificativas. Os autores consideraram as empresas com estrutura acionista concentrada como aquelas que são detidas no mínimo em 20% por pessoa, grupo familiar ou empresa. Desender et al. (2013) defendem que a composição do Conselho de Administração está intrinsecamente ligada ao objetivo primordial da mesma, isto é, a sua composição será dispersa ou concentrada consoante a preocupação principal do Conselho de Administração seja a monitorização da gestão ou assegurar/ proporcionar o sucesso da empresa através da capacidade e experiência dos seus membros. Desta forma, há uma maior monitorização e procura pela qualidade da auditoria quando a estrutura acionista é dispersa, pois os acionistas procuram uma maior proteção dos seus interesses, enquanto se a estrutura for concentrada os acionistas já exercem uma maior influência no Conselho de Administração e acedem mais facilmente à informação (Desender et al., 2013).

Khan, Hossain, e Siddiqui (2011) analisaram a relação entre os honorários de auditoria e o tipo de “grupo” que detém o capital da empresa no Bangladesh, uma economia em que há uma forte concentração de empresas familiares. Os autores verificaram uma relação negativa significativa entre os honorários de auditoria quando o capital das empresas é dominado pelos “proprietários familiares” e por acionistas institucionais. Segundo Khan et al. (2011) o mercado em economias emergentes não é tão eficiente pelo que a procura pela qualidade dos serviços de auditoria em empresas em que o capital se concentra em famílias ou um indivíduo será menor.

Formulou-se, assim, a seguinte hipótese:

H<sub>4</sub>: Existe uma relação significativa entre a detenção de capital pelos membros do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.

### **3.1.2.2. Órgão de Fiscalização**

Na análise dos honorários de auditoria externa não nos podemos esquecer da importância do Órgão de Fiscalização por diversos motivos. O Órgão de Fiscalização é um organismo independente da empresa que tem por objetivos, entre outros, fiscalizar a Administração da sociedade, a preparação e divulgação da informação financeira e a auditoria externa, assegurando a qualidade da mesma. Tal

---

<sup>8</sup> Os dados foram testados em conjunto e separadamente (para cada país).

como referido anteriormente, em Espanha o Órgão de Fiscalização das empresas é a Comissão de Auditoria para as empresas cotadas, assim exigido pela legislação espanhola, contudo, em Portugal, o Órgão de Fiscalização pode assumir três modalidades diferentes: o Conselho Fiscal, a Comissão de Auditoria ou o Conselho Geral e de Supervisão. A Comissão de Auditoria é aquela que é mais utilizada no universo das empresas a nível mundial e por este mesmo motivo em matéria de governo das sociedades a literatura debruça-se essencialmente sobre a figura da Comissão de Auditoria como Órgão Fiscalizador.

Com os vários escândalos financeiros que tem abalado a economia mundial, o papel da Comissão de Auditoria como mecanismo de governo das sociedades tem recebido especial atenção (Krishnan & Visvanathan, 2009). A Comissão de Auditoria desempenha um papel relevante na qualidade dos serviços de auditoria externa uma vez que pode colaborar com a Administração na escolha do auditor externo e rever o plano de auditoria e os honorários propostos, além de que ao assumir uma postura de “exigência de qualidade da auditoria” o auditor poderá realizar a auditoria com uma qualidade superior (Carcello et al., 2002).

Contudo, a mera presença da Comissão de Auditoria não significa que esta seja eficiente pelo que a maioria dos autores debruça-se sobre o efeito que as características da Comissão de Auditoria exercem nos honorários dos auditores externos. Neste sentido, Abbott et al. (2003) referiram que são as características da Comissão de Auditoria que determinam a eficiência com que as suas tarefas são realizadas. Já Knechel e Willekens (2006), através de estudo na Bélgica, verificaram que a existência de uma Comissão de Auditoria influencia por si só os honorários de auditoria.

As características da Comissão de Auditoria têm sido muito debatidas pela literatura. Por exemplo, Zaman et al. (2011) verificaram a existência de um relacionamento positivo entre a eficácia da Comissão de Auditoria e os honorários de auditoria através do UK FTSE-350, um índice bolsista que compreende empresas cotadas principalmente no Reino Unido. A eficácia da Comissão de Auditoria, foi medida através de uma variável composta que determina que a Comissão de Auditoria é eficaz quando se verifica que é, simultaneamente, independente, especializada, diligente e tem uma dimensão mínima (pelo menos três membros). Contudo, ao analisar o relacionamento entre estas características e os honorários de auditoria de forma independente os autores verificaram que a especialização da Comissão de Auditoria não constitui um atributo relevante na determinação dos honorários de auditoria.

Outros estudos focaram-se em aspetos de natureza diferentes na análise que efetuaram à qualidade da Comissão de Auditoria. Engel, Hayes, e Wang (2010) constatarem, através de estudo nos E.U.A, que

a atribuição de compensações elevadas à Comissão de Auditoria reflete-se numa maior qualidade do desempenho da mesma e, conseqüentemente, no aumento da qualidade da auditoria e dos honorários dos auditores. Por sua vez, Ittonen, Miettinen, e Sami (2010), também através de estudo realizado nos E.U.A, analisaram a presença do sexo feminino na Comissão de Auditoria, concluindo que essa presença permite aumentar a eficácia da Comissão, reduzindo a necessidade de segurança fornecida pela auditoria e os honorários de auditoria ao afetarem a avaliação de risco por parte dos auditores externos. Num estudo mais recente, Karim, Robin, e Suh (2015) analisaram, através da base de dados *Compustat* que inclui empresas a nível mundial, a relação entre a sobreposição da Comissão de Auditoria (número de Administradores que são simultaneamente membros da Comissão de Auditoria e da Comissão de Remuneração) e os honorários de auditoria. Karim et al. (2015) verificaram que esta relação é negativa afirmando que a presença de membros comuns a ambas as comissões desincentiva a monitorização.

Das características do Órgão de Fiscalização aquelas que são mais debatidas pela literatura são a independência, especialização e diligência. Ora, a especialização do Órgão de Fiscalização está relacionada com o conhecimento e experiência dos seus membros e esta informação é difícil de obter nos relatórios de governo das sociedades, principalmente no que diz respeito às empresas cotadas em Espanha. Por este motivo decidimos excluir esta característica do nosso estudo e analisar a independência e diligência do Órgão de Fiscalização.

#### **3.1.2.2.1. Independência do Órgão de Fiscalização**

A independência dos membros do Órgão de Fiscalização é muito importante uma vez que estes devem ser imparciais na avaliação que fazem e na pressão que exercem na qualidade da auditoria. Quanto mais independente for o Órgão de Fiscalização mais focado e concentrado estará em assegurar a transparência e fiabilidade da informação financeira e por consequência a qualidade da auditoria externa. Owens-Jackson, Robinson, e Shelton (2009) verificaram, nos E.U.A, que em empresas com Comissões de Auditoria totalmente independentes a probabilidade de existência de fraude nas demonstrações financeiras é menor quando há um maior número de reuniões por parte da Comissão de Auditoria e uma maior concentração de capital. Klein (2002), através de estudo nos E.U.A., encontrou uma relação significativa e negativa entre os *discretionary accruals* e a independência da Comissão de Auditoria e do Conselho de Administração. Segundo Zaman et al. (2011) os membros da Comissão de Auditoria estão mais aptos a exercer pressão junto da gestão para uma maior garantia da qualidade da auditoria quando todos os membros da Comissão são não executivos.

A literatura também não tem sido consensual nesta matéria. Por um lado, alguns autores não encontraram uma relação significativa entre a independência da Comissão de Auditoria e os honorários de auditoria (Goodwin-Stewart & Kent, 2006, na Austrália; Krishnan & Visvanathan, 2009, nos E.U.A.; Yatim et al., 2006, na Malásia). Por outro lado, alguns estudos verificaram que este relacionamento é significativo e positivo (Abbott et al., 2003, nos E.U.A.; Kikhia, 2014, na Jordânia; Vafeas & Waagelein, 2007, nos E.U.A; Zaman et al., 2011, no Reino Unido).

Neste contexto, formulou-se a seguinte hipótese:

H<sub>5</sub>: Existe uma relação significativa entre a independência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.

#### **3.1.2.2.2. Diligência do Órgão de Fiscalização**

A diligência do Órgão de Fiscalização está relacionada com o próprio trabalho que a mesma desenvolve pelo que, face à insuficiência de dados, a literatura tem analisado esta característica através da frequência com que o mesmo se reúne. O número de reuniões realizadas pelo Órgão de Fiscalização indica se estamos perante um Órgão de Fiscalização mais, ou menos, ativo, podendo ainda indicar se estamos perante um órgão mais, ou menos, dedicado e concentrado nas matérias que lhe competem. Segundo Zaman et al. (2011) “*For an audit committee to be effective, it must be active*” (p. 171). É através destas reuniões que a Comissão de Auditoria debate e se informa sobre as questões contabilísticas e de controlo permitindo ainda passar a “imagem” de que a Comissão de Auditoria permanece ativa (McMullen & Raghunandan, 1996).

Alguns autores não encontraram uma relação significativa entre os honorários dos auditores externos e a frequência com que a Comissão de Auditoria se reúne (Abbott et al., 2003, nos E.U.A; Kikhia, 2014, na Jordânia) o que poderá significar que o número de reuniões realizadas pela Comissão de Auditoria não significa por si só que a mesma seja diligente. Contudo, de uma forma geral, a literatura tem constatado a existência de uma relação positiva e significativa entre a frequência com que a Comissão de Auditoria se reúne e os honorários de auditoria (Goodwin-Stewart & Kent, 2006, na Austrália; Krishnan & Visvanathan, 2009, nos E.U.A.; Oktorina & Wedari, 2015, na Indonésia; Yatim et al., 2006, na Malásia; Zaman et al., 2011, no Reino Unido). Uma Comissão de Auditoria ativa exige um maior esforço e qualidade por parte da auditoria externa o que se irá refletir nos seus honorários (Krishnan & Visvanathan, 2009).

Formulamos, assim, a última hipótese:

H<sub>6</sub>: Existe uma relação significativa entre a diligência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.

## 3.2. Metodologia

### 3.2.1. Variáveis e modelo

Relativamente às variáveis, torna-se importante identificar as variáveis dependentes, as independentes e as de controlo.

O estudo tem como objetivo analisar a influência que determinadas características do governo das sociedades exercem nos honorários de auditoria, então a variável dependente a considerar corresponde ao nível de honorários de auditoria (HON). Contudo, a nossa análise versa sobre os dois países que compõem a Península Ibérica, pelo que consideramos como variável dependente, respetivamente para Portugal e Espanha:

- **Honorários de auditoria para as empresas cotadas em Portugal (HONPORT):** Corresponde ao logaritmo do total de honorários de auditoria faturados às empresas cotadas na bolsa portuguesa.
- **Honorários de auditoria para as empresas cotadas em Espanha (HONESP):** Corresponde ao logaritmo do total de honorários de auditoria faturados às empresas cotadas na bolsa em Espanha.

A fim de testar as hipóteses entretanto formuladas, consideramos as seguintes variáveis independentes:

- **Independência dos membros do Conselho de Administração (INCA):** a literatura tem medido esta variável através da percentagem (proporção) de membros não executivos (Carcello et al., 2002; Goodwin-Stewart & Kent, 2006; Yatim et al., 2006) e a percentagem (proporção) de membros independentes (Abbot et al., 2003; Bliss, 2011; Kikhia, 2014). Para o nosso estudo consideramos a proporção de membros independentes uma vez que são membros que não estão associados a qualquer grupo de interesses na empresa estando mais aptos para emitirem opiniões isentas;
- **Diligência do Conselho de Administração (DLCA):** Tem sido medida através do número de reuniões anuais realizadas pelo mesmo (Carcello et al., 2002; Goodwin-Stewart & Kent, 2006; Krishnan & Visvanathan, 2009; entre outros), pelo que escolhemos esta medida;
- **Dimensão do Conselho de Administração (DCA):** É medida através do número de membros que fazem parte do Conselho de Administração (Bliss, 2011);
- **Detenção de capital pelo Conselho de Administração (CCA):** O'Sullivan (2000) analisou a relação entre a percentagem de capital detida por Administradores executivos e a percentagem de capital detida por Administradores não executivos e os honorários dos



auditores externos. Por sua vez, Desender et al. (2013) utilizaram a percentagem de capital detida pelos membros não executivos do Conselho de Administração. Neste estudo, optamos por medir a detenção de capital através do peso total que o Conselho de Administração detém no capital da empresa com o objetivo de perceber a influência que os acionistas que são igualmente membros do Conselho de Administração exercem no desenrolar da auditoria e, consequentemente, no custo da mesma;

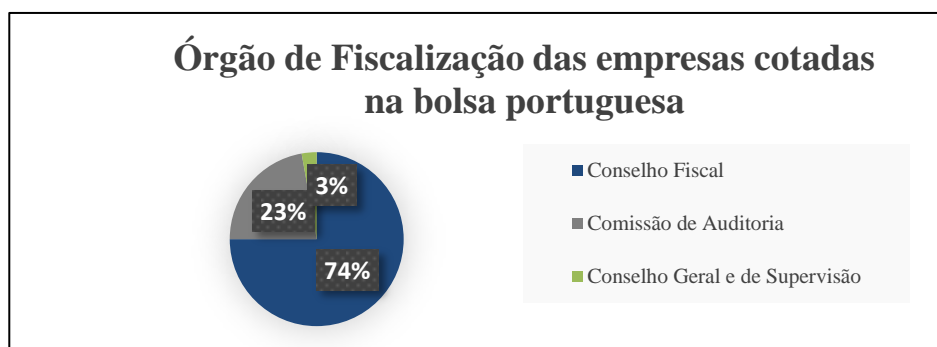
- **Independência do Órgão de Fiscalização (INOF):** Utilizamos a percentagem (proporção) de membros independentes que fazem parte do órgão em questão (Kikhia, 2014; Zaman et al., 2011);
- **Diligência do Órgão de Fiscalização (DOF):** Utilizamos o número de reuniões anuais realizadas pelo mesmo (Goodwin-Stewart & Kent, 2006; Krishnan & Visvanathan, 2009; Oktorina & Wedari, 2015; Yatim et al., 2006; Zaman et al., 2011).

Como variáveis de controlo, utilizamos a dimensão da empresa auditada (DIM), medida pelo logaritmo natural do montante total do ativo, a complexidade da empresa auditada (COMPL), medida pelo logaritmo do número de subsidiárias detidas pelas empresas auditadas, o tipo de empresa de auditoria (BIG4), medida por variável dicotómica que indica se a empresa é, ou não, uma *big four* e o risco da empresa auditada, medida pelo rácio de liquidez reduzida (RISC). Estes fatores têm sido apontados como fatores fundamentais na determinação dos honorários de auditoria (Al-Harshani, 2008; Campa, 2013; Fleischer & Goettsche, 2012; Kimeli, 2016; Palmrose, 1996; Simunic, 1980; UIHaq & Leghari, 2015; Urhoghide & Izedonmi, 2015). É, assim, expectável que empresas com uma maior dimensão e complexidade apresentem honorários mais elevados e que as *big four* cobrem igualmente honorários mais elevados. Por outro lado, espera-se um relacionamento negativo entre a liquidez reduzida e os honorários de auditoria porque quanto menor a liquidez maior o risco e, consequentemente, os honorários de auditoria.

Considerando que as empresas portuguesas podem optar por um entre três Órgãos de Fiscalização, tornou-se importante controlar se a adoção de diferentes estruturas de fiscalização afeta, ou não, os honorários de auditoria. Através da figura 3.2 pode-se verificar que 74% das empresas cotadas na bolsa portuguesa (correspondente a 28 empresas) adotaram como Órgão de Fiscalização o Conselho Fiscal, 23% das empresas (correspondente a 9 empresas) optaram pela Comissão de Auditoria e 3% das empresas (correspondente a 1 empresa) optaram pelo Conselho Geral e de Supervisão. O Conselho Geral e de Supervisão foi adotado por apenas 1 empresa (o que constitui um número insignificante) pelo que decidimos introduzir apenas para o modelo português uma variável dicotómica que controla se a empresa adotou ou, não, como Órgão de Fiscalização a Comissão de

Auditoria (CA). Para o caso espanhol esta variável não é necessária já que todas as empresas têm como Órgão de Fiscalização a Comissão de Auditoria.

### 3.2: Órgão de Fiscalização pelas empresas bolsa



**Figura**

adotado cotadas na portuguesa.

A tabela 3.1 mostra um resumo de todas as variáveis introduzidas nos modelos formulados e os respetivos sinais esperados.

**Tabela 3.1:** Descrição das variáveis.

Variável	Medida	Sinal Previsto
HONPORT	Logaritmo natural do montante total de honorários de auditoria das empresas cotadas em Portugal;	
HONESP	Logaritmo natural do montante total de honorários de auditoria das empresas cotadas em Espanha;	
INCA	Percentagem de membros independentes do Conselho de Administração;	?
DLCA	Número de reuniões anuais do Conselho de Administração;	?
DCA	Número de membros do Conselho de Administração;	?
CCA	Percentagem de capital detida pelos membros do Conselho de Administração;	?
INOF	Percentagem de membros independentes do Órgão de Fiscalização;	?
DLOF	Número de reuniões anuais do Órgão de Fiscalização;	?
DIM	Logaritmo natural do montante total de ativo da empresa auditada;	+
COMPL	Logaritmo natural do número de subsidiárias detidas pela empresa auditada;	+
BIG4	Variável dicotómica: igual a 1 se a empresa de auditoria é uma <i>big four</i> ; 0, caso contrário;	+
RISC	Rácio de liquidez: (ativo corrente – inventários) /passivo corrente;	-
CA	Variável dicotómica: igual a 1 se a Comissão de Auditoria é o Órgão de Fiscalização da empresa auditada; 0, caso contrário;	?

Para procedermos à análise dos fatores determinantes dos honorários de auditoria em Portugal e Espanha testamos as nossas hipóteses de investigação utilizando a regressão dos mínimos quadrados (OLS), através do programa Gretl. Os modelos de investigação a testar são os seguintes:

$$\text{HONPORT} = \beta_0 + \beta_1 \text{INCA} + \beta_2 \text{DLCA} + \beta_3 \text{DCA} + \beta_4 \text{CCA} + \beta_5 \text{INOF} + \beta_6 \text{DLOF} + \beta_7 \text{DIM} + \beta_8 \text{COMPL} + \beta_9 \text{BIG4} + \beta_{10} \text{RISC} + \beta_{11} \text{CA} + \epsilon. \quad (1)$$

$$\text{HONESP} = \beta_0 + \beta_1 \text{INCA} + \beta_2 \text{DLCA} + \beta_3 \text{DCA} + \beta_4 \text{CCA} + \beta_5 \text{INOF} + \beta_6 \text{DLOF} + \beta_7 \text{DIM} + \beta_8 \text{COMPL} + \beta_9 \text{BIG4} + \beta_{10} \text{RISC} + \epsilon. \quad (2)$$

Em que HONPORT corresponderá aos honorários dos auditores externos para Portugal e HONESP aos honorários dos auditores externos para Espanha e  $\epsilon$  é o termo de erro.

### 3.2.2. Amostra

A fim de aplicar o modelo de regressão com o intuito de analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria na Península Ibérica, foram recolhidos dados dos relatórios de contas das empresas com títulos cotados na bolsa de valores portuguesa (*Euronext Lisbon*) e nas quatro bolsas de valores espanholas (Valência, Madrid, Bilbao e Barcelona) para os anos de 2013, 2014 e 2015. Os relatórios de contas foram obtidos através dos *sites* oficiais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM, Portugal)<sup>9</sup> e da *Comisión Nacional del Mercado de Valores* (CNMV, Espanha)<sup>10</sup>.

Partindo do conjunto total de empresas cotadas nas bolsas de valores indicadas anteriormente (amostra inicial), foram excluídas as empresas para as quais não se conseguiu obter os dados necessários para testar as hipóteses formuladas, as que não tenham estado na bolsa pelo menos durante dois anos do período em análise e as empresas que prestam serviços financeiros, pois são empresas com características muito específicas e com um grau de alavancagem financeira que pode enviesar os dados (Fuentes & Pucheta-Martínez, 2009). Daqui resultou uma amostra final de um total de 142 empresas, das quais 38 são portuguesas e 104 são espanholas. A tabela 3.2 apresenta a construção da amostra atendendo a estes filtros. Torna-se importante salientar que apesar da reduzida dimensão da amostra principalmente no caso português, esta resulta de uma amostra inicial que representa todas as empresas cotadas nas bolsas de valores analisadas. A amostra final, após as

<sup>9</sup> <http://www.cmvm.pt/pt/Pages/home.aspx>

<sup>10</sup> <https://www.cnmv.es/portal/home.aspx>

eliminações necessárias explicadas anteriormente, traduz respetivamente para Portugal e Espanha, 74% e 59% do total das empresas com valores cotados em bolsa e 83% e 68% das não financeiras.

**Tabela 3.2:** Descrição da amostra.

<b>Empresas com títulos cotados</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>
Amostra inicial	51	175
Filtros:		
Insuficiência de dados	-8	-34
Empresas que não estejam cotadas na bolsa durante 2 anos do período em análise	0	-14
Serviços financeiros	-5	-23
Amostra final	38	104
<b>Amostra total</b>	<b>142</b>	

### 3.3. Apresentação e discussão de resultados

Neste ponto serão apresentados e discutidos os resultados do estudo. Num primeiro momento apresentam-se as estatísticas descritivas de cada país e de seguida os respetivos resultados obtidos.

#### 3.3.1. Estatística descritiva: empresas cotadas em Portugal

Através da tabela 3.3 pode-se verificar a divisão por setores das empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa.

**Tabela 3.3:** Classificação das empresas cotadas em Portugal por setor.

<b>Setor</b>	<b>N.º empresas</b>	<b>Honorários de auditoria</b>	<b>Ativo</b>
Agricultura, pesca, pecuária, silvicultura, mineração, caça	0	-	-
Indústria, construção, gás, água e eletricidade	7	1 174 127,00 €	68 564 872 615,58 €
Comércio e serviços	31	6 408 460,44 €	88 338 660 249,05 €
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>7 582 587,44 €</b>	<b>156 903 532 864,63 €</b>

Como se pode observar na referida tabela a maioria das empresas dedica-se ao comércio e serviços (setor terciário), enquadrando-se as restantes empresas no setor secundário, isto é, apenas 7 empresas. Este estudo engloba um total de ativo no valor de 156,904 mil milhões de euros, tendo sido cobrados a estas empresas um total de 7,583 milhões de euros relativos a honorários de auditoria externa de 2013 a 2015.

A análise descritiva das variáveis utilizadas para o modelo português está apresentada na tabela 3.4.

**Tabela 3.4** Estatística descritiva para as empresas cotadas em Portugal.

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
HONPORT	10,51	10,59	6,91	14,02	1,15
INCA	0,19	0,20	0,00	0,60	0,17
DLCA	12,30	11,00	1,00	59,00	7,55
DCA	8,71	8,00	3,00	22,00	4,33
CCA	0,18	0,01	0,00	0,80	0,27
INOF	0,93	1,00	0,50	1,00	0,13
DLOF	6,52	5,00	0,00	17,00	3,60
DIM	19,80	19,56	16,59	23,83	1,47
COMPL	2,69	2,71	0,00	6,02	1,61
BIG4	0,84	1,00	0,00	1,00	0,37
RISC	3,16	0,60	0,02	97,82	12,42
CA	0,23	0,00	0,00	1,00	0,42

A tabela 3.4 mostra que, em média, 19% dos membros do Conselho de Administração são independentes (INCA) e que o Conselho de Administração realiza, uma média de 12 reuniões anuais (DLCA). Verifica-se, ainda, que o número de membros do Conselho de Administração das empresas cotadas em Portugal (DCA) corresponde, em média, a 9 Administradores, sendo formados por um mínimo de 3 Administradores e um máximo de 22 Administradores. Em média, os membros do Conselho de Administração possuem 18% do capital da empresa auditada (CCA). Relativamente ao Órgão de Fiscalização, em média, 93% dos seus membros são independentes (INOF) e reúnem-se, 7 vezes por ano (DLOF), reunindo-se com uma frequência inferior ao do Conselho de Administração.

Da análise da tabela 3.4 verifica-se que, em média, 84% das empresas são auditadas por empresas *big four* (BIG4) e que a liquidez (RISC) das empresas auditadas é, em média, razoável (3,16). Por outro lado, apenas 23% das empresas auditadas tem como Órgão de Fiscalização a Comissão de Auditoria. Da análise da tabela 3.4 verifica-se ainda que a variável que apresenta uma menor dispersão dos dados é a INOF (desvio padrão = 0,13) e a variável que apresenta uma maior dispersão dos dados é o RISC (desvio padrão = 12,42).

### **3.3.2. Estatística descritiva: empresas cotadas em Espanha**

A classificação do negócio por empresa foi efetuada tendo em consideração o tipo de setor em que se enquadra a atividade da empresa auditada (tabela 3.5).

**Tabela 3.5:** Classificação das empresas cotadas em Espanha por setor.

Setor	N.º empresas	Honorários de auditoria	Ativo
Agricultura, pesca, pecuária, silvicultura, mineração, caça	2	324 322,16 €	1 303 427 374,06 €
Indústria, construção, gás, água e eletricidade	36	25 947 049,06 €	210 812 139 974,27 €
Comércio e serviços	66	62 831 915,28 €	831 239 229 150,41 €
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>89 103 286,50 €</b>	<b>1 043 354 796 498,74 €</b>

Assim, como se pode observar na tabela 3.5, apenas 2 empresas pertencem ao setor primário, 36 ao setor secundário e a maioria das empresas ao setor terciário. O montante total de ativo analisado neste estudo para as empresas cotadas na bolsa espanhola para os anos de 2013, 2014 e 2015 correspondeu a 1,043 mil milhões de euros, tendo sido cobrados a estas empresas um total de 89,103 milhões de euros relativos a honorários de auditoria externa.

A análise descritiva dos dados obtidos para as empresas cotadas em Espanha encontra-se presente na tabela 3.6.

**Tabela 3.6** Estatística descritiva para as empresas cotadas em Espanha.

Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
HONESP	11,52	11,46	7,75	15,52	1,40
INCA	0,37	0,33	0,00	1,00	0,18
DLCA	10,26	10,00	0,00	45,00	4,77
DCA	9,85	10,00	1,00	21,00	3,69
CCA	0,25	0,19	0,00	1,00	0,25
INOF	0,58	0,67	0,00	1,00	0,25
DLOF	6,36	6,00	0,00	16,00	2,89
DIM	19,91	19,97	11,77	25,18	2,24
COMPL	3,12	2,86	0,00	7,14	1,59
BIG4	0,88	1,00	0,00	1,00	0,32
RISC	1,98	0,89	0,00	60,14	5,38

De acordo com a tabela 3.6 verifica-se que, em média, 37% dos membros do Conselho de Administração são independentes (INCA) e que o Conselho de Administração realiza, uma média de 10 reuniões anuais (DLCA). Verifica-se ainda que o número de membros do Conselho de Administração das empresas cotadas em Espanha (DCA) corresponde, em média, a 10 Administradores, sendo formados por um mínimo de 1 Administrador e no máximo por 21 Administradores. Verifica-se também que, em média, os membros do Conselho de Administração possuem 25% do capital da empresa auditada (CCA). Quanto ao Órgão de Fiscalização, em média, 58% dos seus membros são independentes (INOF) e reúnem-se 6 vezes por ano (DLOF) reunindo-se, portanto, com uma frequência inferior ao do Conselho de Administração. A análise descritiva mostra ainda que 88% das empresas cotadas nas bolsas de valores espanholas são auditadas pelas *big four* (BIG4) e a liquidez (RISC) das empresas auditadas é razoável (1,98). Por último, a variável que

apresenta uma menor dispersão dos dados é a INCA (desvio padrão = 0,18) e a variável que apresenta uma maior dispersão dos dados é o RISC (desvio padrão = 5,38).

### 3.3.3. Análise da regressão: empresas cotadas em Portugal

A tabela 3.7 apresenta a matriz de correlação das variáveis independentes e de controlo.

**Tabela 3.7:** Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Portugal.

VARIÁVEIS	INCA	DLCA	DCA	CCA	INOF	DLOF	DIM	COMPL	BIG4	RISC	CA
INCA	1,00	-0,21	0,36	-0,18	-0,12	0,34	0,32	0,28	-0,04	0,03	-0,41
DLCA		1,00	0,01	-0,07	-0,11	0,38	0,08	0,09	-0,15	-0,10	-0,12
DCA			1,00	-0,26	-0,04	0,42	0,55	0,18	-0,01	-0,14	-0,37
CCA				1,00	0,12	-0,28	-0,29	-0,11	-0,14	-0,05	-0,13
INOF					1,00	-0,42	-0,11	-0,03	-0,17	0,03	-0,53
DLOF						1,00	0,43	0,04	0,09	-0,04	-0,45
DIM							1,00	0,41	0,23	0,04	0,18
COMPL								1,00	-0,05	0,12	0,10
BIG4									1,00	0,07	0,06
RISC										1,00	-0,03
CA											1,00

Através da matriz de correlação observa-se que as correlações mais fortes se verificam entre as variáveis DIM e DCA, com uma correlação de 0,55, e entre as variáveis CA e INOF, com uma correlação de -0,53. Contudo, foi efetuado teste à colinearidade e os resultados não revelaram qualquer problema deste tipo. Foram também efetuados testes à heteroscedasticidade (teste de *White*) e à normalidade dos resíduos, que não revelaram preocupações com a dispersão dos dados e a distribuição do erro.

A tabela 3.8 mostra os resultados obtidos para as empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa, através da utilização do modelo *pooled OLS*, já que este se revelou mais adequado do que o modelo dos efeitos fixos e o dos efeitos aleatórios, sendo o  $R^2$  ajustado obtido superior ao dos restantes modelos referidos, o que significa que este modelo é o mais explicativo dos honorários dos auditores externos.

**Tabela 3.8:** Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Portugal.

Variáveis	Coefficiente	Rácio - t	Valor p
CONST	4,02	2,20	0,00***
INCA	0,95	1,42	0,18
DLCA	0,02	1,46	0,17
DCA	0,02	0,46	0,60
CCA	-0,31	-0,86	0,35
INOF	1,13	1,25	0,26
DLOF	0,06	1,47	0,16
DIM	0,26	2,87	0,01***
COMPL	-0,19	-2,84	0,01***
BIG4	-0,31	-1,15	0,23
RISC	0,00	0,08	0,51
CA	-0,43	1,40	0,21
Média var. dependente:			10,51
D.P. var. dependente:			1,15
Soma resíd. quadrados:			93,25
E.P. da regressão:			0,96
R <sup>2</sup> ajustado:			0,30
F(11, 102)			5,48
valor P(F):			0,00

**Legenda:** \*\*\*: p-value <0, 01, \*\*: 0, 01 <p-value <0, 05, \*: 0, 05<p-value <0,10.

O R<sup>2</sup> ajustado indica que o modelo apresentado explica aproximadamente 30% dos honorários dos auditores externos.

Relativamente às variáveis de controlo, os resultados indicam que apenas a dimensão (DIM) e a complexidade (COMPL) da empresa auditada influenciam os honorários de auditoria, ao nível de 1%, sendo que a complexidade apresenta um sinal contrário ao esperado. As restantes variáveis de controlo, assim como as variáveis experimentais não exercem qualquer influência nos honorários de auditoria. À semelhança de Hassan e Naser (2013), Palmrose (1986), Urhoghide e Izedonmi (2015) também verificamos um relacionamento positivo entre a dimensão da empresa auditada e os honorários dos auditores externos. Este baixo poder explicativo do modelo pode indicar que, em Portugal, embora a tabela dos honorários mínimos não seja obrigatória desde 2005, os auditores continuam a ser fortemente influenciados pelo fator de construção de sua base: a dimensão. Estes resultados também podem indiciar que há outros fatores, não estudados, que podem na realidade portuguesa influenciar mais os honorários ou, pode ainda resultar, simplesmente, da dimensão reduzida da amostra.

Tal como se pode verificar através da tabela 3.9, os resultados mostram que todas as hipóteses de investigação foram rejeitadas para o modelo português.



**Tabela 3.9:** Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Portugal.

Hipóteses	Descrição	Evidência de Suporte à Hipótese
Hipótese 1	Existe uma relação significativa entre a independência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 2	Existe uma relação significativa entre a diligência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 3	Existe uma relação significativa entre a dimensão do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 4	Existe uma relação significativa entre a detenção de capital pelos membros do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 5	Existe uma relação significativa entre a independência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 6	Existe uma relação significativa entre a diligência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada

### 3.3.4. Análise da regressão: Empresas cotadas em Espanha

A matriz de correlação das variáveis independentes e controlo está presente na tabela 3.10.

**Tabela 3.10:** Matriz de correlação entre as variáveis independentes e de controlo para as empresas cotadas em Espanha.

VARIÁVEIS	INCA	DLCA	DCA	CCA	INOF	DLOF	DIM	COMPL	BIG4	RISC
INCA	1,00	0,01	-0,05	-0,20	0,61	0,12	0,11	0,10	0,01	0,20
DLCA		1,00	0,04	-0,22	0,10	0,42	0,15	0,20	0,07	-0,06
DCA			1,00	-0,10	-0,01	0,34	0,67	0,48	0,39	-0,10
CCA				1,00	0,01	-0,14	-0,12	-0,06	-0,06	0,00
INOF					1,00	0,16	0,04	0,04	0,01	0,07
DLOF						1,00	0,42	0,35	0,22	-0,01
DIM							1,00	0,68	0,37	-0,15
COMPL								1,00	0,27	-0,14
BIG4									1,00	-0,16
RISC										1,00

Os dados obtidos mostram que as correlações mais fortes se verificam para as variáveis COMPL e DIM, com uma correlação de 0,68, para as variáveis DIM E DCA, com uma correlação de 0,67, e para as variáveis INOF e INCA, com uma correlação de 0,61. Contudo, foi efetuado teste à colinearidade e os resultados não revelaram qualquer problema deste tipo. Foram também efetuados testes à heteroscedasticidade (teste de *White*) e à normalidade dos resíduos que também não revelaram preocupações com a dispersão dos dados e a distribuição do erro.

Para testar o modelo espanhol utilizamos a *pooled OLS* pelos mesmos motivos apresentados para o modelo português, obtendo-se os resultados indicados na tabela 3.11.

**Tabela 3.11:** Resumo dos resultados obtidos para as empresas cotadas em Espanha.

Variáveis	Coefficiente	Rácio - t	Valor p
CONST	3,34	5,78	0,000 ***
INCA	0,14	0,41	0,68
DLCA	0,02	1,69	0,09*
DCA	0	-0,41	0,68
CCA	-0,75	-3,77	0,00***
INOF	-0,08	-0,35	0,73
DOF	0,03	1,28	0,2
DIM	0,36	10,05	0,00 ***
COMPL	0,12	2,97	0,00***
BIG4	0,67	4,23	0,00 ***
RISC	-0,03	-3,55	0,00***
Média var. dependente:			11,51
D.P. var.dependente:			1,39
Soma resíd. quadrados:			193,44
E.P. da regressão :			0,81
R <sup>2</sup> ajustado:			0,66
F(10, 294):			60,49
Valor P(F):			0,00

**Legenda:** \*\*\*: p-value <0,01, \*\*: 0,01 <p-value <0,05, \*: 0,05<p-value <0,10.

O R<sup>2</sup> ajustado indica que o modelo apresentado explica 66% dos honorários dos auditores externos.

Tal como esperado as variáveis de controlo dimensão (DIM), complexidade (COMPL) e a variável dicotómica que indica se a empresa auditora é uma *big four* (BIG4) estão positivamente relacionadas com os honorários de auditoria. Relativamente ao risco (RISC), os resultados indicam que quanto menor a liquidez maior o montante de honorários de auditoria a cobrar ou seja, quanto menor a liquidez, maior o risco da empresa auditada e maior o montante dos honorários de auditoria. Estes resultados estão em concordância com os de Campa (2013), Fleischer e Goettsche (2012), Kimeli (2016), UIHaq e Leghari (2015), Urhoghide e Izedonmi (2015), entre outros.

Relativamente às variáveis experimentais, os resultados permitem-nos concluir que apenas a diligência do Conselho de Administração (DLCA) com uma significância ao nível de 10% e a percentagem de capital detida pelo Conselho de Administração (CCA) com uma significância ao nível de 1% estão significativamente relacionadas com os honorários dos auditores externos. Estes resultados indicam assim que quanto maior a diligência do Conselho de Administração, medida pelo número de reuniões realizadas pelo mesmo, maior a exigência de qualidade de auditoria que se reflete num aumento do preço da auditoria, pelo que estão em concordância com os de Carcello et al. (2002), Goodwin-Stewart e Kent (2006) e Zaman et al. (2011), entre outros. Por outro lado, quanto maior a percentagem de capital detida pelos membros do Conselho de Administração, maior a influência de acionistas no Conselho de Administração e maior o acesso à informação (Desender et

al., 2013). Há, portanto, neste caso, uma menor preocupação em monitorizar a gestão, uma menor preocupação com a exigência da auditoria pois os próprios membros do Conselho de Administração sendo também eles acionistas já fazem essa monitorização o que resulta numa menor exigência de esforço ao auditor e, consequentemente, em honorários mais baixos.

Outra conclusão importante é a de que o Órgão de Fiscalização das empresas auditadas não se revela importante na determinação da qualidade da auditoria (variáveis INOF e DOF) e, consequentemente, nos honorários dos auditores externos para as empresas cotadas em Espanha. Este resultado está em concordância com os de Carcello et al. (2002) que demonstraram que as características da Comissão de Auditoria não se revelaram importantes na determinação dos honorários dos auditores externos perante a presença de características do Conselho de Administração. No mesmo sentido, Kikhia (2014) verificou que apenas a independência da Comissão de Auditoria se encontrava significativamente relacionada com os honorários de auditoria. Estes resultados denotam a influência que o Conselho de Administração exerce no modo como a auditoria se realizará e, consequentemente, nos honorários dos auditores externos. Contudo, a independência do Conselho de Administração (INCA), e a dimensão do Conselho de Administração (DCA) não se revelaram significativas na determinação dos honorários de auditoria.

Por último, a tabela 3.12 mostra que, no caso de Espanha, apenas duas hipóteses de investigação não foram rejeitadas (2 e 4).

**Tabela 3.12:** Resumo das hipóteses de investigação para as empresas cotadas em Espanha.

Hipóteses	Descrição	Evidência de Suporte à Hipótese
Hipótese 1	Existe uma relação significativa entre a independência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 2	Existe uma relação significativa entre a diligência do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	<b>Não rejeitada</b>
Hipótese 3	Existe uma relação significativa entre a dimensão do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 4	Existe uma relação significativa entre a detenção de capital pelos membros do Conselho de Administração e os honorários dos auditores externos	<b>Não rejeitada</b>
Hipótese 5	Existe uma relação significativa entre a independência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada
Hipótese 6	Existe uma relação significativa entre a diligência do Órgão de Fiscalização e os honorários dos auditores externos.	Rejeitada

### 3.4. Conclusão

Este estudo analisou o efeito que os mecanismos de governo das sociedades exercem nos honorários de auditoria para as empresas cotadas na bolsa de valores portuguesa (*Euronext Lisbon*) e nas quatro

bolsas de valores espanholas (Bilbao, Valencia, Barcelona e Madrid) para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Os resultados obtidos são muito diferentes para Portugal e Espanha sendo que, de uma forma geral, as características de governo das sociedades influenciam os honorários de auditoria para Espanha mas não para Portugal.

Para Portugal, os resultados mostram que as características do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização analisadas no presente estudo não exercem qualquer influência nos honorários de auditoria.

Para Espanha as características do Órgão de Fiscalização, nomeadamente a independência e diligência do mesmo, não exercem um efeito significativo nos honorários de auditoria. Pelo contrário, o Conselho de Administração é um órgão importante na determinação dos mesmos. A percentagem de capital detida pelos membros do Conselho de Administração encontra-se negativa e significativamente relacionada com os honorários de auditoria. Estes resultados indicam que quanto maior a percentagem de capital detido pelo Conselho de Administração maior a monitorização exercida pelo mesmo e menor a exigência para com a auditoria externa. O custo da auditoria a suportar pela empresa será, conseqüentemente, menor. Por outro lado, a diligência do Conselho de Administração encontra-se positiva e significativamente relacionada com os honorários de auditoria. Estes resultados mostram que um maior número de reuniões origina uma maior exigência na qualidade da auditoria que se reflete em honorários mais elevados.

As limitações do presente estudo estão relacionadas principalmente com a amostra pois a amostra portuguesa é muito reduzida quando comparada com a amostra espanhola. Tal acontece porque apenas utilizamos as empresas cotadas nas bolsas de valores portuguesas e espanholas o que limita a amostra. Contudo, a inclusão de outras empresas que não as cotadas em bolsa seria bastante complicado uma vez que determinado tipo de informações como, por exemplo, o montante de honorários cobrados pelas empresas de auditoria não são de divulgação obrigatória para as empresas não cotadas em bolsa. Por outro lado, foi excluída do nosso estudo a especialização do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização que corresponde essencialmente ao conhecimento e experiência dos seus membros. Esta informação é difícil de obter nos relatórios de governo das sociedades, principalmente no que diz respeito às empresas cotadas em Espanha pelo que optamos pela exclusão desta característica.

Em termos de investigação futura se as empresas divulgassem este tipo de informação seria bastante interessante alargar a amostra. Adicionalmente, seria interessante a exploração do relacionamento

dos honorários de auditoria com outras medidas de governo das sociedades tal como a estrutura do capital da empresa auditada (se é mais concentrada ou dispersa e o tipo de grupo ou pessoa detentora do capital), assim como a análise da influência da auditoria interna nos honorários, uma vez que esta se apresenta como um elo de ligação entre o governo das sociedades e a auditoria externa.

## Bibliografia

- Abbott, L. J., Parker, S., Peters, G. F., & Raghunandan, K. (2003). The Association between Audit Committee Characteristics and Audit Fees. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 22(2), 17–32. <http://doi.org/10.2308/aud.2003.22.2.17>
- Al-Harshani, M.O., 2008. The pricing of audit services: evidence from Kuwait. *Managerial Auditing Journal*, 23(7), pp.685–696. <http://dx.doi.org/10.1108/02686900810890643>
- Al-Najjar, B. (2018). Corporate governance and audit features: SMEs evidence. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 25(1), 163-179. <https://doi.org/10.1108/JSBED-08-2017-0243>
- Alves, S. (2012). Ownership Structure and Earnings Management: Evidence from Portugal. *Australasian Accounting Business and Finance*, 6(1), 57–74. Retrieved from <http://ro.uow.edu.au/aabfj/vol6/iss1/12/>
- Beasley, M. S. (1996). An Empirical Analysis of the Relation Between the Board of Director Composition and Financial Statement Fraud. *The Accounting Review*, 71(4), 443–465. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/248566>
- Bliss, M. A. (2011). Does CEO Duality Constrain Board Independence? Some Evidence From Audit Pricing. *Accounting and Finance*, 51(2), 361–380. <http://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2010.00360.x>
- Calder, A. (2008). *Governo das sociedades: A Pratical Guide to the Legal Frameworks and International Codes of Practice*. London: Kogan Page Limited.
- Campa, D. (2013). Big 4 fee premium” and audit quality: latest evidence from UK listed companies. *Managerial Auditing Journal*, 28(8), 680–707. <http://doi.org/10.1108/MAJ-11-2012-0784>
- Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2002). Board Characteristics and Audit Fees. *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 365–384. <http://doi.org/10.1506/CHWK-GMQ0-MLKE-K03V>
- Castells, A. R., Sanz, F. L., & Chiner, N. L. (2013). Corporate Boards in Spain. In P. Davies, K. J. Hopt, R. Nowak, & G. Van Solinge (Eds.), *Corporate Boards in Law and Practice: A Comparative Analysis in Europe* (pp. 549–616). New York: Oxford University Press.
- Conger, J. A., Finegold, D., & Lawler, E. E. (1998). Appraising boardroom performance. *Harvard Business Review*, 76(1), 136–148. Retrieved from <https://hbr.org/1998/01/appraising-boardroom-performance>
- Conheady, B., McIlkenny, P., Opong, K. K., & Pignatelli, I. (2015). Board effectiveness and firm performance of Canadian listed firms. *British Accounting Review*, 47(3), 290–303. <http://doi.org/10.1016/j.bar.2014.02.002>
- CSC (2009). Decreto-Lei n.º 262/1986 de 2 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, No 201 (1986).
- Cristobal, E. de las H., Ucieda, J. L., & Navallas, B. (2011). Law, Corporate Governance, and Accounting: European Perspectives. In Victoria Krivorgosky (Ed.). New York: Routledge.
- Desender, K. A., Aguilera, R. V., Crespi, R., & García-Cestona, M. (2013). When Does Ownership Matter? Board Characteristics and Behavior. *Strategic Management Journal*, 34(7), 823–842. <http://doi.org/10.1002/smj>

- Engel, E., Hayes, R. M., & Wang, X. (2010). Audit Committee Compensation and the Demand for Monitoring of the Financial Reporting Process. *Journal of Accounting and Economics*, 49(1-2), 136–154. <http://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.08.001>
- Farooq, M., Kazim, I., Usman, M. & Latif, I. (2018). Corporate Governance and Audit Fees: Evidence from a Developing Country. *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*, 12 (1), 94-110. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Fleischer, R., & Goettsche, M. (2012). Size effects and audit pricing: Evidence from Germany. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 21(2), 156–168. <http://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2012.07.005>
- Fuentes, C. De, & Pucheta-Martínez, M. C. (2009). Auditor independence, joint determination of audit and non-audit fees and the incidence of qualified audit reports. *Revista Latinoamericana de Administración*, 43(2.o semestre), 63–92. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71612112005>
- Ghafran, C. & O' Sullivan, N. (2017). The impact of audit committee expertise on audit quality: Evidence from UK audit fees. *The British Accounting Review*, 49, 578-593. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.09.008>
- Goodwin-Stewart, J., & Kent, P. (2006). Relation between external audit fees, audit committee characteristics and internal audit. *Accounting and Finance*, 46(3), 387–404. <http://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2006.00174.x>
- Griffin, P. a., Lont, D. H., & Sun, Y. (2008). Corporate Governance and Audit Fees: Evidence of Countervailing Relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(1), 18–49. [http://doi.org/10.1016/S1815-5669\(10\)70028-X](http://doi.org/10.1016/S1815-5669(10)70028-X)
- Hassan, Y., & Naser, K. (2013). Determinants of Audit Fees: Evidence from an Emerging Economy. *International Business Research*, 6(8), 13–25. <https://doi.org/10.5539/ibr.v6n8p13>
- Hines, C. S., Masli, A., Mauldin, E. G., & Peters, G. F. (2015). Board risk committees and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 34(4), 59–84. <http://doi.org/10.2308/ajpt-51035>
- Ittonen, K., Miettinen, J., & Sami, V. (2010). Does Female Representation on Audit Committees Affect Audit Fees? *Quarterly Journal of Finance and Accounting*, 49(3-4), 113. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/23074633>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm : Managerial Behavior , Agency Costs and Ownership Structure Theory of the Firm : Managerial Behavior , Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [http://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](http://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jermias, J., & Gani, L. (2014). The impact of board capital and board characteristics on firm performance. *British Accounting Review*, 46(2), 135–153. <http://doi.org/10.1016/j.bar.2013.12.001>
- Kaplan, R. S. (1985). Comments on Paul Healy: Evidence on the Effect of Bonus Schemes on Accounting Procedure and Accrual Decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1-3), 109–113. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(85\)90030-8](https://doi.org/10.1016/0165-4101(85)90030-8)
- Karim, K., Robin, A., & Suh, S. (2015). Board Structure and Audit Committee Monitoring: Effects of Audit Committee Monitoring Incentives and Board Entrenchment on Audit Fees. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 31(2), 249–276. <http://doi.org/10.1177/0148558X15583412>

- Khan, A. R., Hossain, D. M., & Siddiqui, J. (2011). Corporate ownership concentration and audit fees: The case of an emerging economy. *Advances in Accounting*, 27(1), 125–131. <http://doi.org/10.1016/j.adiac.2011.04.007>
- Kikhia, H. Y. (2014). Board Characteristics, Audit Committee Characteristics, and Audit Fees: Evidence from Jordan. *International Business Research*, 7(12), 98–111. <http://doi.org/10.5539/ibr.v7n12p98>
- Kimeli, E. K. (2016). Determinants of Audit Fees Pricing: Evidence from Nairobi Securities Exchange (NSE). *International Journal of Research in Business Studies and Management*, 3(1), 23–35. Retrieved from <http://www.ijrbsm.org/>
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 375–400. [http://doi.org/10.1016/S0165-4101\(02\)00059-9](http://doi.org/10.1016/S0165-4101(02)00059-9)
- Knechel, W. R., & Willekens, M. (2006). The role of risk management and governance in determining audit demand. *Journal of Business Finance and Accounting*, 33(9-10), 1344–1367. <http://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2006.01238.x>
- Krishnan, G., & Visvanathan, G. (2009). Do Auditors Price Audit Committee's Expertise? The Case of Accounting versus Nonaccounting Financial Experts. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 28(1), 241–261. <http://doi.org/10.1177/0148558X0902400107>
- Lin, W. & Hwang I. (2010). Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis. *International Journal of Auditing*, 14, 57-77). <http://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2009.00403.x>
- McMullen, D. a, & Raghunandan, K. (1996). Enhancing Audit Committee Effectiveness. *Journal of Accountancy*, 182(2), 79–81. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Mitra, S., Hossain, M., & Deis, D. R. (2007). The empirical relationship between ownership characteristics and audit fees. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 28(3), 257–285. <http://doi.org/10.1007/s11156-006-0014-7>
- OCDE (2004). OECD Principles of Corporate Governance. Paris: OECD.
- O'Sullivan. (2000). The Impact of Board Composition and Ownership on Audit Quality: Evidence From Large Uk Companies. *The British Accounting Review*, 32(4), 397–414. <http://doi.org/10.1006/bare.2000.0139>
- Oktorina, M., & Wedari, L. K. (2015). An Empirical Investigation on Ownership Characteristics, Activities of the Audit Committee, and Audit Fees in Companies Listed on Indonesia Stock Exchange. *Applied Finance and Accounting*, 1(1), 20–29. <http://doi.org/10.11114/afa.v1i1.639>
- Owens-Jackson, L. A., Robinson, D., & Shelton, S. W. (2009). The association between audit committee characteristics and the financial reporting process. *American Journal of Business*, 24(1), 57–66. <https://doi.org/10.1108/19355181200900005>
- Palmrose, Z.-V., 1986. Audit Fees and Auditor Size: Further Evidence. *Journal of Accounting Research*, 24(1), pp.97–110. <http://doi.org/10.2307/2490806>
- Rioux, Glenn (2012). Board Directors and Corporate Social Responsibility. In Sabri Boubaker and Duc Khuong Nguyen (Ed.). New York: Palgrave Macmillan.
- Simunic, D. A. (1980). The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. *Journal of Accounting*



*Research*, 18(1), 161. <http://doi.org/10.2307/2490397>

- UlHaq, A., & Leghari, M. K. (2015). Determinants of Audit Fee in Pakistan. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6(9), 176–189. Retrieved from <https://www.iiste.org/>
- Urhoghide, R. O., & Izedonmi, F. O. . (2015). An Empirical Investigation of Audit Fee Determinants in Nigeria. *International Journal of Business and Social Research*, 5(8), 48–58. Retrieved from <https://thejournalofbusiness.org/index.php/site/article/view/785>
- Vafeas, N., & Waagelein, J. F. (2007). The association between audit committees, compensation incentives, and corporate audit fees. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 28(3), 241–255. <http://doi.org/10.1007/s11156-006-0012-9>
- Xie, B., Davidson, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings Management and Governo das sociedades: The Role of the Board and the Audit Committee. *Journal of Corporate Finance*, 9(3), 295–316. [http://doi.org/10.1016/S0929-1199\(02\)00006-8](http://doi.org/10.1016/S0929-1199(02)00006-8)
- Yatim, P., Kent, P., & Clarkson, P. (2006). Governance Structures, Ethnicity, and Audit Fees of Malaysian Listed Firms. *Managerial Auditing Journal*, 21(7), 757–782. <http://doi.org/10.1108/02686900610680530>
- Zaman, M., Hudaib, M., & Haniffa, R. (2011). Corporate governance quality, audit fees and non-audit services fees. *Journal of Business Finance and Accounting*, 38(1-2), 165–197. <http://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2010.02224.x>



## **CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA EXTERNA NOS HONORÁRIOS: EVIDÊNCIA EM PORTUGAL E ESPANHA**

### **Resumo**

A auditoria interna tem muitas vantagens que podem ser utilizadas pela auditoria externa para melhorar a sua eficácia. O objetivo principal deste estudo é analisar a relação entre a auditoria interna e externa e em que medida esta relação influencia os honorários de auditoria externa. Para o efeito elaborou-se um questionário dirigido aos auditores externos de Portugal e Espanha. Foram obtidas 137 respostas para Portugal e 149 respostas para a Espanha. De acordo com os resultados as competências e características dos auditores internos, assim como o tipo de atividades por eles realizadas e a comunicação entre os auditores internos e externos, têm influência significativa na decisão de utilizar o trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos. Os auditores externos portugueses não consideram, contudo, que esta influência seja de tal forma significativa que afete a quantidade de testes substantivos a aplicar, a qualidade da auditoria externa e, consequentemente os honorários cobrados. No entanto, segundo a perceção dos auditores espanhóis, a utilização do trabalho da auditoria interna influencia as horas planeadas, o número de testes de controlo e substantivos e a qualidade da auditoria externa, mas não se reflete nos honorários de auditoria cobrados ao cliente. Assim, os resultados evidenciam a existência de influência, mas não evidenciam efeito nos honorários de auditoria externa.

**Palavras – chave:** Auditoria interna, auditoria externa, honorários, Portugal, Espanha.

O presente capítulo encontra-se aceite para publicação como capítulo do livro “Organizational Auditing and Assurance in the Digital Age” IGI Global Disseminator of Knowledge.

## 4.1. Introdução

A auditoria interna exerce importantes funções numa organização que variam entre a verificação de procedimentos de controlo até à avaliação de matérias relacionadas com a auditoria externa. Este trabalho desenvolvido pela auditoria interna pode ser aproveitado pela auditoria externa já que “*a well-defined interface between internal and external audit necessarily ensures a better coverage of the audit universe, improves the risk oriented focus of audited activities, avoids redundant audit activities and saves costs*” (European Confederation of Institutes of Internal Audit, 2007). Os auditores externos devem, contudo, efetuar uma adequada avaliação do trabalho do auditor interno que lhes permita decidir sobre a utilização, ou não, do trabalho deste último e, caso optem por essa utilização, definir ainda o nível de confiança a depositar nesse trabalho, preservando assim a sua independência. Neste sentido, a *International Standard Auditing* [ISA] 610, §11, estabelece que para que possam utilizar o trabalho desenvolvido pelos auditores internos, os auditores externos devem avaliá-lo e realizar procedimentos com o objetivo de determinarem o seu nível de adequação.

Os auditores internos e externos têm, portanto, forças diferentes que se combinam para aumentar a eficácia da auditoria externa (Wood, 2004). A combinação destes dois tipos de auditoria pode, de facto, permitir uma melhoria na eficácia da auditoria externa, mas para que essa combinação resulte, é necessário que o auditor externo tenha a perceção (após as devidas avaliações) de que o departamento de auditoria interna é credível, competente, objetivo, devidamente qualificado e que haja uma boa coordenação entre auditores externos e internos, o que nem sempre é fácil.

É neste contexto que este estudo pretende analisar o relacionamento da auditoria interna e externa identificando as características que os auditores externos consideram mais relevantes na decisão de utilização do trabalho da auditoria interna. Pretende-se ainda verificar se a utilização da auditoria interna afeta o desempenho do auditor externo no que diz respeito ao tempo despendido, à quantidade de testes aplicados, à qualidade e, consequentemente, ao custo da auditoria externa. Desta forma, procedeu-se à elaboração de um questionário dirigido aos auditores externos da Península Ibérica. A relação entre a auditoria interna e externa não tem sido muito desenvolvida em Portugal e Espanha e considerando que estes dois países têm uma história económica e cultural fortemente relacionada, torna-se relevante e interessante analisar esses países e verificar se os auditores externos têm diferentes perceções.

Este estudo está organizado da seguinte forma. A secção dois apresenta a revisão de literatura e formula as hipóteses de investigação. A terceira secção evidencia a metodologia, descrevendo a recolha e tratamento dos dados e a caracterização da amostra. Na quarta secção são apresentados e

analisados os resultados. Por último, são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões de investigação futuras.

## **4.2. Revisão da literatura e hipóteses de investigação**

### **4.2.1. Atividades desenvolvidas pela auditoria interna**

O tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna é uma questão importante na decisão e extensão de utilização do trabalho daquela, uma vez que há matérias que se tornam mais importantes do que outras para o trabalho da auditoria externa.

Ao analisarem o mercado de Hong Kong, Ho e Hutchinson (2010) verificaram que a confiança que os auditores externos depositam no trabalho da auditoria interna está relacionada com o tempo que a auditoria interna depende em atividades que reduzem o risco de distorções materiais nas demonstrações financeiras e na recolha de prova por parte dos auditores externos. Os autores constataram, assim, que o esforço despendido pelos auditores internos na análise das demonstrações financeiras e em matérias relacionadas com a auditoria externa, no desenvolvimento e manutenção de sistemas, na investigação de fraudes, na revisão da eficiência e eficácia operacional incluindo controlos internos permitem reduzir o esforço dos auditores externos ao longo da auditoria e, conseqüentemente, os seus honorários. Por sua vez, Pestrascu e Tieanu (2014) evidenciaram os benefícios da auditoria no combate à fraude e Goodwin e Seow (2002) verificaram, através de estudo realizado na Singapura, que a auditoria externa utiliza preferencialmente a auditoria interna como mecanismo de deteção de fragilidades nos procedimentos de controlo e na prevenção de fraude.

Neste contexto, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>1</sub>: O tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.

### **4.2.2. Características da auditoria interna**

Várias características têm sido debatidas pela literatura como fundamentais na decisão do nível de confiança que a auditoria externa deposita no trabalho da interna nomeadamente a competência, a dimensão, objetividade e zelo profissional da auditoria interna (Abbass & Aleqab, 2013, no Egipto; Lee & Park, 2016, na Coreia do Sul; Suwaidan & Qasim, 2010, na Jordânia; Zain, Zaman & Mohamed, 2015, na Malásia; entre outros).

#### **4.2.2.1. Competências e dimensão da auditoria interna**

As competências e qualificações dos auditores internos permitem credibilizar o seu trabalho. Quanto mais competentes e qualificados forem os auditores internos maior será o seu desempenho e, conseqüentemente, a qualidade do seu trabalho. É neste contexto que os auditores externos avaliam até que ponto os auditores internos têm qualificações necessárias, e experiência que lhes permitam confiar no seu trabalho e, conseqüentemente o seu trabalho possa ser utilizado pela auditoria externa.

O estudo de Lee e Park (2016) na Coreia do Sul mostra que a existência de auditores internos com elevada experiência contabilística e jurídica permite reduzir as horas da auditoria externa. Na Malásia os estudos sobre esta matéria mostram a importância que os auditores externos atribuem à experiência (Zain et al., 2015) e ao programa de formação dos auditores internos que certifica a sua competência (Haron, Chambers, Ramsi & Ismail, 2004), contribuindo estas características, assim como a certificação dos auditores internos em contabilidade e auditoria, para a redução dos honorários dos auditores externos (Mohamed, Zain, Subramaniam & Yusoff, 2012). As competências dos auditores internos em tecnologias de informação não permitiram, contudo, contribuir para uma redução do custo da auditoria externa (Mohamed et al., 2012). Pelo contrário, Ho e Hutchinson (2010), não verificaram, na análise efetuada ao mercado em Hong Kong, qualquer relacionamento entre os honorários de auditoria e as qualificações dos auditores internos.

A literatura também tem salientado a relevância da dimensão do departamento de auditoria interna e dos recursos que a empresa disponibiliza para a eficiência e eficácia da auditoria interna. Os departamentos de auditoria interna com mais recursos humanos, tecnológicos e financeiros conseguem estender de forma competente o seu trabalho às mais diversas áreas. A credibilidade da auditoria interna está, assim, intimamente dependente da gestão pois mesmo que a gestão não envolva ou não tente envolver a auditoria interna nas suas questões, é importante que demonstre preocupação em investir no departamento de auditoria interna e canalize uma parte dos recursos da empresa para o tornar devidamente qualificado.

Al-Twaijry, Brierley e Gwilliam (2004) concluíram, através de um estudo realizado na Arábia Saudita, que não existe uma tendência por parte dos auditores externos de apoiar a auditoria interna. Este baixo nível de confiança no trabalho dos auditores internos e o baixo nível de colaboração entre estes dois tipos de auditores está principalmente relacionado com a reduzida existência de auditores internos devidamente qualificados e com a reduzida dimensão dos departamentos de auditoria interna pois limitam o âmbito e o alcance das funções exercidas (Al-Twaijry et al., 2004). Assim, segundo os autores, as empresas devem empreender mais recursos no sentido de estabelecerem departamentos de

auditoria competentes e independentes, para que os auditores externos possam confiar no trabalho dos internos. Zain et al. (2015) também verificaram que a contribuição dada pela auditoria interna à auditoria externa é maior quanto maior a dimensão da auditoria interna. Goodwin e Kent (2006) confirmaram que, na Austrália, empresas com um departamento de auditoria interna com funções mais amplas, medido através do número de empregados desse departamento, tem uma maior necessidade de monitorização e uma maior exigência na auditoria externa. De igual forma, o estudo de Ho e Hutchinson (2010), mostra que os honorários de auditoria externa são mais baixos quando os departamentos de auditoria interna apresentam uma maior dimensão. Contudo, Gerrard, Houghton e Woodliff (1994), através de estudo realizado na Austrália, mediram a auditoria interna através do número de empregados a trabalhar no departamento de auditoria interna não tendo verificado qualquer relacionamento significativo entre este fator e os honorários dos auditores externos.

Tendo por base os resultados obtidos nos estudos anteriormente referidos, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>2</sub>: As competências e características da auditoria interna influenciam a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.

#### **4.2.2.2. Objetividade da auditoria interna**

A objetividade da auditoria interna proporciona a segurança de que esta não está sujeita a limitações, imposições ou qualquer tipo de constrangimentos que possam limitar o alcance do seu trabalho.

Vários fatores têm sido identificados como muito importantes na avaliação que os auditores externos fazem da objetividade dos auditores internos, nomeadamente a liberdade de implementar os procedimentos internos necessários e a independência dos outros departamentos da empresa, (Suwaidan & Qasim, 2010, na Jordânia) e o reporte obrigatório à Comissão de Auditoria (Abbass & Aleqab, 2013, no Egipto). Tendo por base os critérios definidos na *Egyptian Auditing Standard* (EAS) n.º 610, Abbass e Aleqab (2013) analisaram o relacionamento entre a objetividade da auditoria interna e os honorários dos auditores externos. Os autores encontraram um relacionamento negativo e significativo entre estes critérios e os honorários de auditoria, nomeadamente o apoio aos auditores internos por parte da gestão de topo, a não existência de restrições/imposições da gestão ao trabalho da auditoria interna e os auditores internos terem de reportar à Comissão de Auditoria.

Relativamente ao relacionamento entre a Comissão de Auditoria e a auditoria interna, a literatura defende que quando esta conexão é elevada a auditoria externa deposita uma maior confiança no trabalho dos auditores internos (Munro & Stewart, 2011, na Austrália). A responsabilidade da Comissão de Auditoria de nomear e destituir o diretor do departamento de auditoria interna também

foi considerado como um dos fatores mais importantes na avaliação que os auditores externos fazem da qualidade da auditoria interna (Al-Twaijry, 2017, na Arábia Saudita). Neste sentido Jiang, André e Richard (2017) evidenciaram, através da base de dados *Worldscope*, que inclui empresas a nível mundial, que a qualidade da auditoria interna está negativamente associada ao poder do *Chief Executive Officer* (CEO) e positivamente associada à diligência da Comissão de Auditoria.

Face aos resultados expostos anteriormente formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>3</sub>: A objetividade da auditoria interna influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.

#### **4.2.2.3. Zelo profissional da auditoria interna**

O zelo profissional da auditoria interna está intimamente relacionado com a forma como os auditores internos realizam o seu trabalho. Os auditores externos avaliam o trabalho dos auditores internos e depositam mais ou menos confiança dependendo da forma como estes desenvolvem o seu trabalho, através de um adequado planeamento e supervisão das suas atividades, documentação de suporte e recolha suficiente de evidência. Quando os auditores externos têm a perceção de uma fraca qualidade do trabalho desenvolvido pelo auditor interno, a confiança no seu trabalho reduz significativamente (Desai, Roberts, & Srivasta, 2010).

Suwaidan e Qasim (2010) evidenciaram que, na Jordânia, a decisão do auditor externo de confiar no trabalho do auditor interno está dependente da existência, no departamento de auditoria interna, de um eficiente sistema de documentação, da existência de um plano anual de auditoria que englobe diversas áreas, da verificação de outros sistemas de controlo e da utilização do sistema de contabilidade da empresa. De acordo com Abbass e Aleqab (2013) outros critérios como a eficiência no planeamento e supervisão da auditoria interna, a adequação da documentação de suporte ao trabalho do auditor interno e suficiência de prova por parte dos auditores internos, mostraram-se importantes na determinação do zelo profissional do auditor interno e, consequentemente, nos honorários da auditoria externa, no Egipto.

Haron et al. (2004) verificaram que a realização satisfatória de procedimentos de acompanhamento relativos às deficiências no sistema da empresa e os métodos e procedimentos observados em auditorias anteriores que demonstram o trabalho desenvolvido pelos auditores internos foram dos fatores considerados mais importantes na avaliação dos auditores internos por parte dos externos, na Malásia.

Com base na revisão da literatura apresentada formulou-se a presente hipótese de investigação:



H<sub>4</sub>: O zelo profissional dos auditores internos influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos.

#### **4.2.3. Comunicação entre auditores internos e externos**

A questão da comunicação e coordenação entre auditores internos e externos também se revela importante na análise do relacionamento entre a auditoria interna e externa. Se não existir uma coordenação adequada entre os auditores externos e os internos pode existir duplicação de trabalho, originando um aumento dos honorários dos primeiros, sem que se verifique o correspondente aumento da eficácia da auditoria (Wood, 2004).

A literatura tem evidenciado vários obstáculos à comunicação entre os dois tipos de auditores, identificando nomeadamente: distorção ou omissão de informação solicitada, percepção por parte dos auditores externos da falta de credibilidade dos auditores internos, tendência por parte destes dois grupos de auditores para não se escutarem, resistência por parte dos auditores externos às opiniões de mudança/melhoria/ inovação dadas pelos auditores internos e insuficiência por parte dos auditores internos de conhecimentos contabilísticos que exigem a cooperação entre ambos os auditores (Golen, 2008). Outros obstáculos como a falta de feedback e de confiança, a distância física na comunicação, resistência à mudança e preconceito também têm sido referenciados como principais barreiras na comunicação entre auditores externos e internos (Paino, Razali & Jabar, 2015). Felix, Gramling e Maletta (2001) não verificaram, contudo, através de estudo nos E.U.A. que a coordenação entre auditores internos e externos tem uma relevância significativa para a contribuição da auditoria interna na externa. Porém, à medida que o risco inerente é maior, esta importância aumenta.

Por outro lado, a disponibilidade demonstrada pelos auditores internos, assim como o livre acesso à sua documentação revela-se vantajosa para a auditoria externa. Felix et al. (2001) concluíram que quanto maior a disponibilidade dos auditores internos para ajudar os auditores externos no decorrer da auditoria externa, maior a contribuição dada à auditoria externa e a importância desta disponibilidade diminui à medida que o risco inerente aumenta. Já Ho e Hutchinson (2010) verificaram que os honorários dos auditores externos de Hong Kong são mais baixos quando estes têm acesso ilimitado aos papéis de trabalho dos auditores internos.

Formulou-se, assim, a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>5</sub>: A comunicação entre auditores internos e externos influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos.

#### **4.2.4. Contribuição dada pela auditoria interna à externa**

##### **4.2.4.1. No trabalho desenvolvido pela auditoria externa**

A auditoria interna pode tornar-se uma ferramenta muito útil para a auditoria externa uma vez que, ao optar por utilizar o trabalho que o auditor interno desenvolve ao longo do ano, o auditor externo poderá efetuar um bom aproveitamento do conhecimento que aquele possui da empresa em questão, e reduzir a realização de determinados procedimentos de auditoria, assim como o tempo despendido.

Os auditores internos apresentam um maior conhecimento do negócio, dos procedimentos e das políticas da empresa auditada (Schneider, 2009), podendo proporcionar prova de auditoria relativamente a várias contas do balanço ou classes de transações e à eficácia operacional das políticas e procedimentos de controlo da empresa (Whittington & Winters, 1990). Desta forma, ao confiarem no trabalho da auditoria interna, os auditores externos podem evitar a duplicação de determinados procedimentos de auditoria (Schneider, 2009) e até mesmo substituir a realização de determinados testes substantivos pelos auditores externos (Ho & Hutchinson, 2010).

A literatura tem ainda vindo a mostrar que a utilização do trabalho da auditoria interna não só permite reduzir o tempo despendido com a auditoria externa como também aumentar a sua qualidade. Lee e Park (2016) analisaram o mercado da Coreia do Sul, tendo verificado que o número de horas despendidas pela auditoria externa está positivamente associado com a proporção de número de auditores internos face ao número total de funcionários da empresa auditada. Segundo os autores, estes resultados sugerem que *“the greater the availability of internal auditors, the greater their contribution will be to the financial statement audit, resulting in greater audit efficiency”* (p.1). Ao analisarem o mercado dos E.U.A, Pizzini, Lin e Ziegenfuss (2015) verificaram que quanto maior a qualidade da auditoria interna, menor o tempo de atraso da auditoria externa. Segundo os autores estes resultados sugerem que empresas com uma função de auditoria interna de qualidade apresentam um menor risco de controlo. Os autores verificaram ainda que *“competence and fieldwork quality are consistently associated with significant reductions in audit delay”* (p. 27).

Com base na literatura apresentada formularam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H<sub>6</sub>: A Auditoria interna é vantajosa para a auditoria externa.

H<sub>7</sub>: A utilização do trabalho do auditor interno influencia as horas de auditoria externa planeadas.

H<sub>8</sub>: A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes de controlo aplicados por parte dos auditores externos.

H<sub>9</sub>: A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes substantivos aplicados por parte dos auditores externos.

H<sub>10</sub>: A utilização do trabalho do auditor interno influencia a qualidade da auditoria externa.

#### **4.2.4.2. No custo da auditoria externa**

O efeito que a auditoria interna exerce no custo da auditoria externa também tem sido bastante debatido na literatura, embora os resultados não sejam consensuais. Neste sentido, alguns autores verificaram que a auditoria interna e a externa se complementam, isto é, há uma maior exigência na qualidade da auditoria externa pois pretende-se um elevado nível de fiabilidade da informação. Por outro lado, outros autores verificaram que a auditoria interna e a auditoria externa são substitutas uma da outra, permitindo ao auditor externo incorrer num menor esforço, o que se reflete numa redução dos honorários de auditoria externa.

Vários estudos encontraram um relacionamento positivo entre a existência de um departamento de auditoria interna nas empresas auditadas e os honorários dos auditores externos nomeadamente, Walker e Casterella (2000), nos E.U.A, Hay, Knechel e Ling (2008), na Nova Zelândia e Singh e Newby (2010), na Austrália. Segundo Singh e Newby (2010) estes resultados mostram que as empresas utilizam a auditoria interna para incrementar o seu sistema de monitorização. Anderson e Zéghal (1994), através de estudo realizado no Canadá, verificaram a existência de um relacionamento significativo e positivo entre os custos suportados pela empresa auditada com atividades de auditoria interna e os honorários dos auditores externos nas grandes empresas. Na Austrália, Goodwin e Kent (2006) verificaram que as empresas que incorrem num maior custo com os honorários dos auditores externos apresentam uma auditoria interna (medida pelo número de empregados do departamento de auditoria) com maior qualidade.

Pelo contrário, estudos como os de Abbass e Aleqab (2013), no Egipto, Felix et al. (2001), nos E.U.A e Mohamed et al. (2012) e Zain et al. (2015), na Malásia, constataram que quanto maior for a contribuição dada pela auditoria interna à auditoria externa, menor será o custo incorrido com os honorários dos auditores externos. Segundo Felix et al. (2001), o cliente pode influenciar essa contribuição ao proporcionar um aumento da qualidade da auditoria interna, da disponibilidade da gestão e ao facilitar a comunicação/coordenação entre os auditores externos e os internos. Razek (2014) elaborou também no Egipto uma extensão do trabalho de Abbass e Aleqab (2013) utilizando uma metodologia diferente: o método por questionário dirigido apenas aos auditores externos. O autor concluiu que a redução do programa, procedimentos e testes de auditoria originada pela confiança no trabalho do auditor interno permite, reduzir o tempo, esforço e, consequentemente,

custo da auditoria externa. Alguns autores verificaram ainda esta redução no custo da auditoria externa por via da utilização dos auditores internos como assistentes. Abbot, Parker e Peters (2012), nos E.U.A., e Prawitt, Sharp e Wood (2011) constataram, através de estudo realizado utilizando a base de dados *IIA's GAIN*, que engloba empresas de todo o mundo, que o custo da auditoria externa é menor, quanto maior o tempo despendido pela auditoria interna na direta assistência à auditoria externa. Prawitt et al. (2011) concluíram ainda que esta redução não se verifica para o tempo total despendido com o trabalho previamente desenvolvido pela auditoria interna.

Constata-se ainda a existência de vários estudos que não encontraram qualquer relacionamento entre os honorários de auditoria externa e a auditoria interna, nomeadamente os estudos de Gist (1992), nos E.U.A., Gerrard et al. (1994), na Austrália, Saidin (2014), em Inglaterra, Suwaidan e Qasim (2010), na Jordânia. Nos E.U.A, O'Keefe, Simunic e Stein (1994) verificaram que a confiança que o auditor externo tem no controlo interno da empresa auditada não afeta as horas despendidas ao longo da auditoria externa e, consequentemente, os honorários dos auditores externos. Saidin (2014) levou a cabo um questionário dirigido aos auditores internos e externos, através das autoridades competentes de Inglaterra, e comparou as perceções dos dois tipos de auditores quanto à confiança do auditor externo no trabalho da auditoria interna. O autor concluiu que, quer para os auditores internos quer para os auditores externos, a confiança no trabalho do auditor interno não afeta os honorários dos auditores externos. Contudo, os auditores internos têm a percepção de que a confiança no seu trabalho permite reduzir o trabalho do auditor externo, enquanto os auditores externos não tem essa percepção.

A revisão da literatura, embora sem apresentar resultados consensuais, permitiu formular a seguinte hipótese de investigação:

H<sub>11</sub>: A utilização do trabalho do auditor interno influencia os honorários de auditoria.

### **4.3. Metodologia**

#### **4.3.1. Recolha e tratamento de dados**

Para a elaboração do presente estudo, procedeu-se à elaboração de um questionário, que foi dirigido aos Revisores Oficiais de Contas (ROC) e aos *Censores Jurados de Cuentas* que correspondem aos auditores externos, respetivamente de Portugal e Espanha, doravante designados auditores. Através do site oficial do *Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas* (ICAC) e do site oficial da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) foi recolhida no início de 2017 uma listagem dos auditores portugueses (1 377 auditores) e espanhóis ativos (2 332 auditores), tendo sido enviada três vezes, entre fevereiro e março de 2017, por correio eletrónico, uma hiperligação com o respetivo

questionário. O questionário divide-se em duas partes, uma primeira parte que permite analisar as características dos auditores inquiridos, e uma segunda parte que permite testar as hipóteses de investigação formuladas.

Este questionário baseia-se nos estudos de Abbass e Aleqab (2013) e Razek (2014), introduzindo ainda questões relacionadas com o tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna e com o relacionamento entre os dois tipos de auditores.

O tratamento dos dados obtidos foi efetuado através do programa de estatística SPSS e testado por um grupo de auditores antes de ser enviado.

Relativamente a Portugal, o questionário foi enviado por *e-mail* aos 1 377 auditores, sendo que destes *e-mails* 21 não estavam ativos tendo sido devolvidos, passando a nossa amostra a 1 356 auditores. Obtivemos 143 respostas para Portugal o que perfaz uma taxa de resposta de aproximadamente 10%.

Relativamente a Espanha, o questionário apenas foi enviado a 1 774 auditores, uma vez que o endereço eletrónico só se encontrava disponibilizado para estes. Contudo, 92 destes *e-mails* não estavam ativos tendo sido devolvidos, o que resulta numa amostra de 1 682. Obteve-se 168 respostas para Espanha, o que perfaz também uma taxa de resposta de cerca de 10%.

Assim, obtivemos uma taxa de resposta abaixo da obtida por Abbass e Aleqab (2013) com uma taxa de resposta de 20,5%, mas mais próxima da de Felix et al. (2001), com uma taxa de resposta de 12,7%.

Do número total de respostas obtidas foram consideradas inválidas 6 respostas para Portugal e 19 respostas para Espanha por corresponderem a respostas incompletas.

A amostra final do presente estudo corresponde a 137 respostas para Portugal e 149 respostas para Espanha, perfazendo um total de 286 respostas, tal como apresentadas na tabela 4.1. Verificamos, contudo, que alguns auditores optaram por não responder a determinadas perguntas que foram consideradas como não respostas e, portanto, eliminadas para testar as hipóteses de investigação correspondentes daí que o N (dimensão da amostra) não seja igual em todas as respostas.

**Tabela 4.1:** Descrição da amostra.

<b>Descritivo</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>	<b>Totais</b>
Amostra inicial	143	168	311
Respostas inválidas	6	19	25
<b>Amostra Total</b>	<b>137</b>	<b>149</b>	<b>286</b>

Em seguida, é apresentada, através da tabela 4.2, a correspondência entre as hipóteses de investigação do presente estudo e as questões que as permitem validar, tal como constam no Anexo III (questionário).

**Tabela 4.2:** Correspondência entre as hipóteses de investigação e o questionário submetido aos auditores externos.

<b>Hipóteses de Investigação a testar</b>	<b>Questões que permitem validar as hipóteses de investigação</b>
H <sub>1</sub> : O tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	<b>Q 1.1</b>
H <sub>2</sub> : As competências e características da auditoria interna influenciam a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	<b>Q 1.2</b>
H <sub>3</sub> : A objetividade da auditoria interna influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	<b>Q 1.3</b>
H <sub>4</sub> : O zelo profissional dos auditores internos influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	<b>Q 1.4</b>
H <sub>5</sub> : A comunicação entre auditores internos e externos influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	<b>Q 1.5</b>
H <sub>6</sub> : A Auditoria interna é vantajosa para a auditoria externa.	<b>Q 2</b>
H <sub>7</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia as horas de auditoria externa planeadas.	<b>Q 3a</b>
H <sub>8</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes de controlo aplicados por parte dos auditores externos.	<b>Q 3b</b>
H <sub>9</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes substantivos aplicados por parte dos auditores externos.	<b>Q 3c</b>
H <sub>10</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a qualidade da auditoria externa.	<b>Q 3d</b>
H <sub>11</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia os honorários de auditoria externa.	<b>Q 3e</b>

As Hipóteses 1 e 2 são testadas por Q 1.1 e Q 1.2, nas quais apresentamos, respetivamente, uma lista de diferentes atividades realizadas pela auditoria interna e uma lista de diferentes capacidades e características da auditoria interna e solicitámos aos auditores externos que dessem uma pontuação a cada um destes fatores sobre a sua importância para a auditoria externa.

As hipóteses 3 e 4 são testadas por Q 1.3 e Q 1.4, respetivamente. Apresentamos em cada uma dessas questões importantes características que definem a objetividade e o zelo profissional da auditoria interna e também solicitámos aos auditores externos que dessem uma pontuação a cada uma dessas características.

A hipótese 5 é testada com Q 1.5, em que mostramos uma lista de questões importantes para a boa comunicação entre os auditores internos e externos e solicitámos aos auditores externos que também atribuíssem uma pontuação a cada um desses aspetos.

A hipótese 6 é testada através de Q 2, onde os auditores externos são questionados sobre se eles consideram, ou não, a auditoria interna vantajosa para a auditoria externa, apenas podendo responder “sim” ou “não”.

As hipóteses 7, 8, 9, 10 e 11 são testadas através de Q 3a, Q 3b, Q 3c, Q 3d e Q 3e. Solicitamos igualmente aos auditores externos que respondessem se consideram que o trabalho de auditoria interna pode aumentar, manter ou diminuir as tarefas de auditoria externa apresentadas.

As variáveis utilizadas para testar as hipóteses de investigação  $H_1$  a  $H_5$  foram medidas através da escala de *likert* em que 1= não tem importância, 2= pouco importante, 3= médio, 4= importante e 5= muito importante. Com o objetivo de decidir quais os testes mais adequados para testar estas hipóteses de investigação, recorreu-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov*, que é considerado o mais adequado para testar a normalidade das variáveis (Marôco, 2010). O teste à normalidade mostrou que as variáveis não possuem distribuição normal, uma das condições de aplicação dos testes paramétricos. Desta forma, para testar estas hipóteses de investigação mostrou-se necessário optar pelos testes não paramétricos.

Para testar  $H_6$  a  $H_{11}$  por envolverem variáveis dicotómicas, com o objetivo de comparar as proporções das classes destas variáveis, recorreremos ao teste binomial. As variáveis utilizadas para testar  $H_7$ ,  $H_8$ ,  $H_9$ ,  $H_{10}$  e  $H_{11}$  apresentam 3 classes diferentes (reduzir, aumentar e manter) pelo que a utilização da opção do ponto de corte revelou-se adequada. Com esta opção, as respostas dos auditores foram agrupadas em 2 grupos: o grupo que considera que a auditoria interna influencia a auditoria externa, aumentando ou reduzindo as horas planeadas, os testes de controlo, os testes substantivos, a qualidade da auditoria externa e os honorários da auditoria externa, e o grupo que considera que a auditoria interna não exerce qualquer influência na auditoria externa. Utilizou-se ainda uma proporção de 50% no teste binomial, isto é, esta influência só se verificará para uma percentagem de auditores externos significativamente superior a 50%.

As hipóteses de investigação serão testadas utilizando-se uma probabilidade de erro tipo III ( $\alpha$ ) de 0.10.

#### **4.3.2. Caracterização da amostra**

A primeira parte do questionário é composta por questões relativas à atividade exercida pelo auditor, à sua experiência no ramo de auditoria e à experiência que atualmente possuem com empresas com departamento de auditoria interna, permitindo a caracterização da amostra tal como consta na tabela 4.3.

**Tabela 4.3:** Caracterização da Amostra.

Atividade de auditor	Portugal	Espanha	Experiência	Portugal	Espanha	Auditoria a empresas com auditoria interna	Portugal	Espanha
A título Individual	27%	49%	Menos de 5 anos	7%	6%	Nenhuma	44%	64%
Como sócio de uma sociedade de auditoria	56%	48%	Entre 5 e 10 anos	10%	8%	Menos de 50%	50%	36%
Sob contrato de prestação com <i>Censor Jurado/ROC</i>	17%	3%	Mais de 10 anos	83%	86%	Mais de 50%	5%	0%
						Todas	1%	0%
<b>Totais</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>

A tabela 4.3 mostra que a maioria dos auditores portugueses inquiridos exercem a sua atividade como sócios de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) (56%) enquanto os auditores espanhóis inquiridos se dividem entre o exercício da sua atividade a título individual (49%) e como sócios de uma sociedade de auditoria (48%). Relativamente à experiência apresentada, a maioria dos auditores externos, quer portugueses (83%), quer espanhóis (86%), apresenta uma experiência profissional superior a 10 anos.

As respostas dos inquiridos mostram ainda que a percentagem de empresas que auditam atualmente que possuem departamento de auditoria interna é muito reduzida. Quase metade dos auditores externos portugueses (44%) e a maioria dos auditores externos espanhóis (64%) não realiza atualmente auditorias a empresas com departamento de auditoria interna. Assim, a nossa amostra combina as opiniões dos auditores que tem experiência no trabalho com auditores internos e aqueles que não têm, mas que têm uma perceção própria resultante da sua experiência profissional.

#### 4.4. Apresentação e discussão dos resultados

##### 4.4.1. Atividades desenvolvidas pela auditoria interna

Para avaliar até que ponto o tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna influência a decisão de utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos ( $H_1$ ), efetuou-se primeiro uma análise da estatística descritiva (tabela 4.4), recorrendo-se posteriormente ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, seguido da comparação múltipla das ordens como descrito em Marôco (2010).



**Tabela 4.4:** Estatística descritiva para  $H_1$ .

	Atividades desenvolvidas pela auditoria interna	Portugal			Espanha		
		N	Média	Mediana	N	Média	Mediana
1	Avaliação dos procedimentos de controlo interno da empresa	134	4,18	4	124	4,06	4
2	Deteção e prevenção de fraude	133	4,17	4	121	4,03	4
3	Avaliação em conformidade com a lei das políticas e procedimentos da empresa	133	4,01	4	123	3,93	4
4	Gestão de riscos	132	3,91	4	121	3,95	4
5	Revisão de atividades operacionais	133	3,77	4	122	3,99	4
6	Matérias relacionadas com o governo das sociedades	133	3,56	4	121	3,44	4
7	Revisão de informação financeira e de matérias relacionadas com a auditoria externa	133	3,23	4	124	3,90	4

A análise da estatística descritiva mostra que quer para Portugal, quer para Espanha, a avaliação dos procedimentos de controlo interno da empresa e a deteção e prevenção de fraude são consideradas como as atividades desenvolvidas pela auditoria interna mais importantes para o trabalho do auditor externo. Pelo contrário, a revisão de informação financeira e de matérias relacionadas com a auditoria externa e as atividades relacionadas com o governo das sociedades são as atividades menos importantes para os auditores externos destes dois países.

Os resultados do teste não paramétrico mostram que o tipo de atividade desenvolvida exerce um efeito estatisticamente significativo na decisão dos auditores externos uma vez que o grau de importância que atribuem às diferentes atividades desenvolvidas pela auditoria interna são estatisticamente diferentes para Portugal ( $X^2_{kw}(6) = 80,480$ ;  $p=0,000$ ) e para Espanha ( $X^2_{kw}(6) = 31,655$ ;  $p=0,000$ ). De acordo com a comparação múltipla das ordens, a revisão de informação financeira e de matérias relacionadas com a auditoria externa, e as atividades relacionadas com o governo das sociedades destacam-se significativamente de todas as restantes, sendo nestas atividades que se observam os menores níveis de importância, concluindo-se pela não rejeição de  $H_1$  quer para Portugal, quer para Espanha.

Estes resultados são consistentes com os de Goodwin e Seow (2002) e Petrascu e Tieanu (2014) que atribuem um maior destaque e importância à auditoria interna como instrumento de deteção de fragilidades no controlo interno da empresa cliente e na prevenção de fraude.

#### 4.4.2. Competências e características da auditoria interna

Com o objetivo de testar  $H_2$ , efetuou-se também uma análise da estatística descritiva dos dados (tabela 4.5) recorrendo-se, igualmente, ao teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, seguido da comparação múltipla das ordens.

**Tabela 4.5** Estatística descritiva para  $H_2$ .

	Competências e características da auditoria interna	Portugal			Espanha		
		N	Média	Mediana	N	Média	Mediana
1	Os auditores internos têm a formação académica adequada	125	3,70	4	116	3,63	4
2	Os auditores internos têm experiência profissional adequada/relevante	123	3,67	4	116	3,53	4
3	Nível de utilização de técnicas informáticas pelos auditores internos	124	3,49	4	115	3,50	4
4	Políticas adequadas de contratação e formação de auditores internos	122	3,42	4	116	3,21	3
5	Os auditores internos são certificados	125	3,21	3	116	2,87	3
6	A dimensão do departamento de auditoria interna	123	3,11	3	114	2,66	3

Como se pode verificar através da tabela 4.5, os auditores externos atribuem uma maior importância às competências que os auditores internos possuem, e uma menor importância a outras características do departamento de auditoria interna, nomeadamente a dimensão deste departamento e a certificação dos auditores internos. O tipo de competências e características desenvolvidas exercem um efeito estatisticamente significativo na decisão dos auditores externos, uma vez que o grau de importância que lhes é atribuída pela auditoria externa é estatisticamente diferente para Portugal ( $X^2_{kw}(5) = 33,641$ ;  $p=0,000$ ) e para Espanha ( $X^2_{kw}(5) = 68,023$ ;  $p=0,000$ ). Concluimos pela não rejeição de  $H_2$  para ambos os países.

Vários autores também salientaram a importância da experiência e da formação profissional dos auditores internos como fatores importantes para que os auditores externos confiem no seu trabalho (Haron et al., 2004; Lee & Park, 2016).

#### 4.4.3. Objetividade da auditoria interna

A tabela 4.6 mostra a importância que os auditores externos atribuem aos diferentes fatores que permitem avaliar a objetividade da auditoria interna.

**Tabela 4.6:** Estatística descritiva para H<sub>3</sub>.

	Objetividade	Portugal			Espanha		
		N	Média	Mediana	N	Média	Mediana
1	Inexistência de constrangimentos/ limitações ao desempenho das funções exercidas pela auditoria interna impostas pela gestão	125	4,06	4	113	3,73	4
2	Obrigatoriedade de os auditores internos reportarem à Comissão de Auditoria ou outro organismo equivalente	126	3,97	4	115	3,79	4
3	Inexistência de responsabilidades conflitantes dos auditores internos	126	3,92	4	114	3,61	4
4	Atuação da gestão em conformidade com as recomendações da auditoria interna	126	3,87	4	114	3,66	4

Tal como se pode observar na tabela 4.6, a inexistência de constrangimentos/limitações ao desempenho das funções exercidas pela auditoria interna impostas pela gestão e a obrigatoriedade de os auditores internos reportarem à Comissão de Auditoria ou outro organismo equivalente, foram considerados como os elementos mais importantes na caracterização da objetividade para os auditores externos portugueses e espanhóis.

Para testar H<sub>3</sub>, consideramos que a objetividade da auditoria interna influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos se a mediana for significativamente superior a 3 (valor catalogado como importância média). Para tal, utilizamos o teste de *Wilcoxon* que é o teste não paramétrico correspondente ao *t-test* de comparação das médias. A não utilização do *t-test* (comparação das médias) está relacionada com as características da amostra como referido anteriormente.

Os resultados mostram que a mediana é significativamente superior a 3 (p-value=0,000), para cada um dos elementos que compõem a objetividade, tal como apresentados na tabela 4.6, para Portugal e Espanha. Consequentemente, não rejeitamos H<sub>3</sub>.

Estes resultados estão em concordância com a literatura que tem apontado a objetividade como um dos fatores determinantes da decisão de utilização do trabalho da auditoria interna pela externa. Tal como os estudos de Abbass e Aleqab (2013), Al-Twaijry (2017) e Munro e Stewart (2007), este estudo também mostra que o papel da gestão e o reporte à Comissão de Auditoria exercem uma grande influencia na avaliação que o auditor externo faz da objetividade do auditor interno.

#### **4.4.4. Zelo profissional da auditoria interna**

A tabela 4.7 mostra a importância que os auditores externos atribuem aos diferentes fatores que permitem avaliar o zelo profissional da auditoria interna.

**Tabela 4.7:** Estatística descritiva para H<sub>4</sub>.

	<b>Zelo Profissional</b>	<b>Portugal</b>			<b>Espanha</b>		
		<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
1	Planeamento e supervisão adequada das atividades desenvolvidas pela auditoria interna	124	3,90	4	113	3,73	4
2	Documentação adequada das atividades desenvolvidas pela auditoria interna	125	3,91	4	114	3,77	4
3	Existência de adequados manuais de auditoria/ papéis de trabalho	124	3,78	4	113	3,53	4
4	Suficiência e adequação das provas de auditoria recolhidas	123	3,74	4	114	3,57	4

A estatística descritiva presente na tabela 4.7 mostra que um planeamento, supervisão e documentação adequados das atividades desenvolvidas pela auditoria interna foram considerados pelos auditores externos portugueses e espanhóis como os elementos mais importantes para a caracterização do zelo profissional da auditoria interna.

Para testar H<sub>4</sub>, também consideramos que o zelo profissional da auditoria interna influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos se a mediana for significativamente superior a 3 (valor catalogado como importância média). Para tal, recorreremos igualmente ao teste de *Wilcoxon*.

Os resultados mostram que a mediana é significativamente superior a 3 (p-value=0,000) para cada um dos elementos que compõem o zelo profissional, tal como apresentados na tabela 4.7, pelo que não rejeitamos H<sub>4</sub> quer para Portugal quer para Espanha.

O zelo profissional é importante na medida em que permite determinar a qualidade do trabalho desenvolvido pela auditoria interna pelo que os resultados obtidos estão em conformidade com diversos autores (Abbass & Aleqab, 2013; Desai et al., 2010).

#### 4.4.5. Comunicação entre auditores internos e externos

A importância atribuída pelos auditores externos à comunicação com os auditores internos é apresentada na tabela 4.8.

**Tabela 4.8:** Estatística descritiva para H<sub>5</sub>.

	<b>Comunicação entre auditores internos e externos</b>	<b>Portugal</b>			<b>Espanha</b>		
		<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
1	Comunicação pela auditoria interna aos auditores externos de matérias relevantes	129	4,02	4	114	3,80	4
2	Acesso ao auditor externo dos papéis de trabalho da auditoria interna	130	3,91	4	114	3,78	4
3	Frequência de reuniões entre auditores internos e externos	129	3,57	4	113	3,45	4
4	Coordenação entre a auditoria interna e a auditoria externa	130	3,61	4	112	3,68	4

A estatística descritiva (tabela 4.8) mostra que a comunicação pela auditoria interna aos auditores externos de matérias relevantes e o acesso pelo auditor externo aos papéis de trabalho da auditoria interna foram considerados pelos auditores externos portugueses e espanhóis como os elementos mais importantes na comunicação entre auditores externos e internos.

Para testar  $H_5$ , consideramos que a comunicação entre auditores internos e externos influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos se a mediana for significativamente superior a 3 (valor catalogado como importância média).

Com a aplicação do teste de *Wilcoxon*, verificamos que a mediana é significativamente superior a 3 ( $p\text{-value}=0,000$ ) para cada um dos elementos referidos na tabela 4.8, pelo que não rejeitamos  $H_5$  quer para Portugal quer para Espanha.

A falta de comunicação entre auditores internos e externos tem sido apontada pela literatura como um grande obstáculo à utilização do trabalho da auditoria interna pela auditoria externa. Desta forma, quanto maior a disponibilidade dos auditores internos quer em termos de comunicação quer em termos de livre acesso à sua documentação, maior a confiança da auditoria externa no seu trabalho (Félix, et al., 2001; Ho e Hutchinson, 2010).

#### 4.4.6. Vantagens da auditoria interna

Para avaliar se os auditores externos consideram que a auditoria interna é vantajosa ( $H_6$ ) efetuamos uma análise da estatística descritiva (tabela 4.9) seguida do teste binomial.

**Tabela 4.9:** Estatística descritiva para  $H_6$ .

A auditoria interna é vantajosa	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Sim	135	99%	130	96%	265	97%
Não	2	1%	6	4%	8	3%
<b>Totais</b>	<b>137</b>	<b>100%</b>	<b>136</b>	<b>100%</b>	<b>273</b>	<b>100%</b>

Tal como se pode verificar na tabela 4.9, apenas 1% e 4% dos auditores externos portugueses e espanhóis, respetivamente, não consideram que a auditoria interna é vantajosa para a auditoria externa.

Os resultados obtidos com a realização do teste binomial indicam que a percentagem de auditores externos que consideram que a auditoria interna é vantajosa é significativamente superior a 50% ( $p\text{-value} = 0,000$ ), pelo que não rejeitamos  $H_6$ . Pode-se então concluir que a quase totalidade dos auditores externos portugueses (99%) e espanhóis (96%) inquiridos consideram que a auditoria interna apresenta potencialidades que devem ser aproveitadas. Vários autores têm destacado estas potencialidades, nomeadamente o aumento da qualidade da auditoria externa (Lee & Park, 2016), a

redução da realização de vários tipos de procedimentos e testes (Ho & Hutchinson, 2010), redução do tempo (Pizzini et al., 2015) e custo da auditoria externa (Abbot et al., 2012)

#### 4.4.7. Horas Planeadas

A tabela 4.10 apresenta a estatística descritiva para  $H_7$ .

**Tabela 4.10:** Estatística descritiva para  $H_7$ .

Horas Planeadas	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Reduzir	78	57%	93	70%	171	64%
Aumentar	1	1%	3	2%	4	1%
Manter	58	42%	36	27%	94	35%
<b>Totais</b>	<b>137</b>	<b>100%</b>	<b>132</b>	<b>100%</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Como se pode verificar através da referida tabela, 58% dos auditores portugueses e 72% dos auditores espanhóis considera que a auditoria interna exerce influência nas horas planeadas da auditoria externa, sendo que a maioria, 57% e 70% respetivamente, percebe que esse efeito se traduz numa diminuição das horas planeadas.

A realização do teste binomial permite concluir que a percentagem de auditores que considera que a auditoria interna permite influenciar as horas planeadas da auditoria externa é significativamente superior a 50% para Portugal (p-value = 0,087) e para Espanha (p-value = 0,000), pelo que não rejeitamos  $H_7$ . Estes resultados são consistentes com os de Lee e Park (2016) e Pizzini et al. (2015).

#### 4.4.8. Testes de Controlo

A análise da estatística descritiva do efeito que a utilização do trabalho da auditoria interna exerce nos testes de controlo é apresentada na tabela 4.11.

**Tabela 4.11:** Estatística descritiva para  $H_8$ .

Testes de controlo	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Reduzir	72	53%	79	60%	151	57%
Aumentar	7	5%	5	4%	12	4%
Manter	57	42%	47	36%	104	39%
<b>Totais</b>	<b>136</b>	<b>100%</b>	<b>131</b>	<b>100%</b>	<b>267</b>	<b>100%</b>

De acordo com a tabela 4.11, 58% e 64%, respetivamente, dos auditores externos portugueses e espanhóis considera que a utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes de controlo a aplicar. Para ambos os países essa influência reflete-se maioritariamente numa redução dos testes de controlo a aplicar durante a auditoria externa.

Os resultados do teste binomial para testar  $H_8$  permitem concluir que a maioria dos auditores portugueses (p-value = 0,071) e espanhóis (p=0,002) considera que a auditoria interna exerce um

efeito significativo nos testes de controlo efetuados pelos auditores externos, pelo que não rejeitamos  $H_8$  quer para Portugal, quer para Espanha. Schneider (2009) e Razek (2014) também mostraram que a utilização da auditoria interna permite reduzir vários tipos de procedimentos e testes de auditoria.

#### 4.4.9. Testes substantivos

A tabela 4.12 apresenta a análise da estatística descritiva do efeito que a utilização do trabalho da auditoria interna exerce nos testes substantivos.

**Tabela 4.12:** Estatística descritiva para  $H_9$ .

Testes substantivos	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Reduzir	61	45%	84	64%	145	54%
Aumentar	2	1%	1	1%	3	1%
Manter	73	54%	47	35%	120	45%
<b>Totais</b>	<b>136</b>	<b>100%</b>	<b>132</b>	<b>100%</b>	<b>268</b>	<b>100%</b>

De acordo com os dados apresentados, em Espanha, a maioria dos auditores inquiridos (65%) considera que a auditoria interna influencia a quantidade de testes substantivos a aplicar, traduzindo-se essa influência maioritariamente numa redução dos testes substantivos. Contudo, em Portugal, menos de 50% dos auditores externos consideram que essa influência existe.

A realização do teste binomial permite-nos concluir que a maioria dos auditores espanhóis considera que a auditoria interna influencia a quantidade de testes substantivos a aplicar pelos auditores externos ( $p$ -value = 0,001). Pelo contrário, os auditores portugueses não têm essa perceção. Conclui-se pela rejeição de  $H_9$  para Portugal mas não para Espanha. Os resultados são distintos para Portugal e Espanha. Enquanto os auditores espanhóis consideram, à semelhança de Ho e Hutchinson (2010) que a utilização do trabalho do auditor interno influencia a realização de testes substantivos, os auditores portugueses não têm essa perceção.

#### 4.4.10. Qualidade da auditoria externa

Relativamente à influência que a auditoria interna exerce na qualidade da auditoria externa, também efetuamos uma análise da estatística descritiva, presente na tabela 4.13, seguida do teste binomial.

**Tabela 4.13:** Estatística descritiva para  $H_{10}$ .

Qualidade da auditoria interna	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Reduzir	3	2%	7	5%	10	4%
Aumentar	63	46%	72	55%	135	50%
Manter	71	52%	53	40%	124	46%
<b>Totais</b>	<b>137</b>	<b>100%</b>	<b>132</b>	<b>100%</b>	<b>269</b>	<b>100%</b>

Os dados apresentados na tabela 4.13 indicam que 52% dos auditores externos em Portugal considera que a qualidade da auditoria externa não sofre qualquer alteração com a utilização da interna. Já em Espanha 60% dos auditores espanhóis consideram que a auditoria interna influencia a qualidade da auditoria externa, traduzindo-se essa influência maioritariamente numa melhoria da qualidade da auditoria externa (55%).

A realização do teste binomial permite concluir que a percentagem de auditores externos espanhóis que considera que a auditoria interna influencia a externa é significativamente superior a 50% ( $p\text{-value} = 0,029$ ). Desta forma rejeitamos  $H_{10}$  para Portugal mas não para Espanha. Embora os auditores portugueses não tenham a percepção que a utilização do trabalho da auditoria interna influencia a qualidade da auditoria externa, os auditores espanhóis têm essa percepção à semelhança de Lee e Park (2016).

#### 4.4.11. Honorários de auditoria externa

Por último, com o objetivo de perceber o efeito que a utilização do trabalho do auditor interno exerce nos honorários de auditoria externa efetuamos a análise da estatística descritiva presente na tabela 4.14 e utilizamos o teste binomial para testar  $H_{11}$ .

**Tabela 4.14:** Estatística descritiva para  $H_{11}$ .

Honorários da Auditoria Externa	Portugal	%	Espanha	%	Totais	%
Reduzir	36	26%	48	37%	84	31%
Aumentar	4	3%	5	4%	9	3%
Manter	96	71%	78	59%	174	65%
<b>Totais</b>	<b>136</b>	<b>100%</b>	<b>131</b>	<b>100%</b>	<b>267</b>	<b>100%</b>

De acordo com os dados evidenciados na tabela 4.14 verifica-se que para 29% dos auditores portugueses e 41% dos auditores espanhóis, a auditoria interna exerce influência nos honorários cobrados pela auditoria externa, refletindo-se maioritariamente numa redução dos honorários cobrados.

Os resultados do teste binomial mostram que as percentagens referidas anteriormente são significativamente inferiores a 50% para Portugal ( $p\text{-value} = 0,000$ ) e Espanha ( $p\text{-value} = 0,000$ ), concluindo-se pela rejeição de  $H_{11}$  para ambos os países. Apesar das potencialidades que podem ser aproveitadas pela auditoria interna verifica-se que estas não se refletem no custo da auditoria. Gerrard et al. (1994), Gist (1992), Saidin (2014), Suwaidan e Qasim (2010), entre outros autores, também não encontraram qualquer relacionamento entre a auditoria interna e os honorários da auditoria externa.



#### 4.4.12. Síntese dos resultados

A tabela 4.15 apresenta um resumo dos resultados dos testes às hipóteses para Portugal e Espanha.

**Tabela 4.15:** Resultados da validação das hipóteses quanto ao relacionamento entre a auditoria interna e externa para Portugal e Espanha.

Hipóteses de Investigação	Portugal	Espanha
H <sub>1</sub> : O tipo de atividades desenvolvidas pela auditoria interna influencia a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>2</sub> : As competências e características da auditoria interna influenciam a utilização do trabalho da auditoria interna por parte dos auditores externos.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>3</sub> : A objetividade da auditoria interna influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>4</sub> : O zelo profissional dos auditores internos influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>5</sub> : A comunicação entre auditores internos e externos influencia a utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>6</sub> : A Auditoria interna é considerada vantajosa para a auditoria externa.	Não rejeitada	Não rejeitada
H <sub>7</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia as horas de auditoria externa planeadas.	Não Rejeitada	Não rejeitada
H <sub>8</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes de controlo aplicados por parte dos auditores externos.	Não Rejeitada	Não rejeitada
H <sub>9</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes substantivos aplicados por parte dos auditores externos.	Rejeitada	Não rejeitada
H <sub>10</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia a qualidade da auditoria externa.	Rejeitada	Não rejeitada
H <sub>11</sub> : A utilização do trabalho do auditor interno influencia os honorários da auditoria externa.	Rejeitada	Rejeitada

Como se pode verificar através da tabela 4.15 os resultados entre os países são diferentes apenas para as hipóteses de investigação H<sub>9</sub> e H<sub>10</sub>. Os auditores externos espanhóis têm a perceção de que a utilização do trabalho do auditor interno influencia a quantidade de testes substantivos a realizar e a qualidade da auditoria externa, enquanto os auditores externos portugueses não tem essa perceção. Em ambos os países, os honorários dos auditores externos parecem não ser afetados com a utilização do trabalho da auditoria interna.

#### 4.5. Conclusão

Os resultados do presente estudo para Portugal e Espanha permitem-nos concluir que o tipo de atividades desenvolvidas, as competências, características, objetividade e zelo profissional da auditoria interna, assim como a comunicação entre auditores internos e externos, influenciam significativamente a decisão e o grau de utilização do trabalho de auditoria interna por parte dos auditores externos. Verificámos ainda que os auditores externos portugueses, assim como os espanhóis consideram que a auditoria interna é vantajosa.

Contudo, quando abordamos o efeito direto que o trabalho da auditoria interna exerce no trabalho da auditoria externa, verificamos que os auditores externos portugueses não consideram que esse efeito

seja de tal forma significativo que influencie a quantidade de testes substantivos a aplicar, a qualidade da auditoria externa e, por último, os honorários de auditoria. A percepção dos auditores externos espanhóis é, porém, diferente. Para os auditores externos espanhóis, a utilização do trabalho do auditor interno influencia os testes substantivos a aplicar, bem como a qualidade da auditoria externa, não se refletindo, contudo, nos honorários a cobrar ao cliente.

A diferença de resultados pode estar relacionada com a importância que ambos os auditores externos atribuem à auditoria interna e à postura que decidem seguir face a este tipo de vantagens oferecidas pela auditoria interna. Ambos os auditores, portugueses e espanhóis consideraram a auditoria interna bastante vantajosa. Contudo, os auditores externos portugueses parecem optar por tirar partido das suas características e capacidades principalmente no que diz respeito à avaliação do controlo interno da empresa e à deteção de possíveis fraudes, reduzindo os testes de controlo que efetuam e as horas planeadas, mas de forma a não afetar quer os testes substantivos aplicados quer a qualidade da auditoria externa. Seguindo esta perspetiva os auditores externos portugueses preferem optar por uma postura neutra em que a auditoria interna é sim vantajosa, mas depois não há uma passagem direta dessa vantagem para o montante de honorários do auditor externo. Em contrapartida, os auditores externos espanhóis parecem tirar um maior partido das potencialidades oferecidas pela auditoria interna, isto é, aproveitam estas potencialidades de uma forma mais profunda não só em termos de avaliação do controlo interno da empresa e deteção de fraude mas também permitem que a auditoria interna influencie a forma como desempenham o seu trabalho em termos de horas planeadas, testes substantivos a aplicar e qualidade da auditoria externa não passando essa influencia para os honorários a cobrar às empresas auditadas.

Por outro lado, os resultados obtidos podem simplesmente resultar da caracterização da amostra, isto é, a percentagem de auditores externos espanhóis que auditam empresas sem departamento de auditoria interna (64%) é significativamente superior à dos portugueses (44%) podendo significar que os auditores externos portugueses estão mais perto da realidade portuguesa podendo dar respostas resultantes da sua experiência efetiva.

Em termos de limitações a utilização do método por questionário como método de investigação é por si só uma limitação do presente estudo. Por outro lado, a existência de poucas empresas com departamento de auditoria interna faz com os resultados obtidos estejam mais direcionados para a percepção dos auditores externos e não de uma constatação da realidade.

Como sugestão futura a elaboração de um questionário dirigido aos auditores externos e internos de cada uma das empresas com títulos cotados nas bolsas de valores portuguesas e espanholas permitiria

verificar a variação nos honorários de cada uma destas empresas. Este tipo de estudo permitiria perceber as características dos departamentos de auditoria interna destas empresas (caso existam) em termos de dimensão, qualificação, tecnologia, tipo de atividades desenvolvidas, procedimentos utilizados, entre outros aspetos. Contudo, também seria mais difícil a obtenção de respostas uma vez que incluiria dois questionários diferentes e exigiria que cada um dos inquiridos (departamento de auditoria interna da empresa auditada e correspondente auditor externo) respondesse. Seria também interessante estudar o efeito da utilização do trabalho da auditoria interna contratada em regime de *outsourcing* na qualidade da auditoria externa e, consequentemente, nos honorários dos auditores externos, assim como o efeito da assistência direta dos auditores internos aos externos.

## Bibliografia

- Abbass, D. A., & Aleqab, M. M. (2013). Internal Auditors ' Characteristics and Audit Fees : Evidence from Egyptian Firms. *International Business Research*, 6(4), 67–80. <https://doi.org/10.5539/ibr.v6n4p67>.
- Abbot, A., Parker, S., & Peters, G. (2012). Audit Fee Reductions from Internal Audit-Provided Assistance: The Incremental Impact of Internal Audit Characteristics. *Contemporary Accounting Research*, 29 (1), 94–118. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01072.x>
- Al-Twaijry, A. (2017). Internal Audit Quality Evaluation and Reliance Decision: External Auditors' Perception. *International Journal of Economics & Management Sciences*, 6(5). <https://doi.org/10.4172/2162-6359.1000464>
- Al-Twaijry, A., Brierley, J. & Gwilliam, D. (2004). An examination of the relationship between internal and external audit in the Saudi Arabian corporate sector. *Managerial Auditing Journal*, 19(7), 924–944. <http://dx.doi.org/10.1108/02686900410549448>
- Anderson, T., & Zéghal, D. (1994). The Pricing of Audit Services: Further Evidence From the Canadian Market. *Accounting and Business Research*, 24(95), 195–207. <https://doi.org/10.1080/00014788.1994.9729479>
- Desai, V., Roberts, R. & Srivastava, R. (2010). An Analytical Model for External Auditor Evaluation of the Internal Audit Function Using Belief Functions. *Contemporary Accounting Research*, 27(2), 346–. [https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01023\\_4.x](https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01023_4.x)
- European Confederation of Institutes of Internal Auditing. (2007). *The role of internal audit in corporate governance in Europe : current status, necessary improvements, future tasks*. Berlim: Erich Schmidt Verlag.
- Felix, W. L. J., Gramling, A. A., & Maletta, M. J. (2001). The Contribution of Internal Audit as a Determinant of External Audit Fees and Factors Influencing This Contribution. *Journal of Accounting Research*, 39(3), 513–534. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00026>
- Gerrard, I., Houghton, K., & Woodliff, D. (1994). Audit Fees: The Effects of Auditee, Auditor and Industry Differences. *Managerial Auditing Journal*, 9(7), 3–11. <https://doi.org/10.1108/02686909410067534>
- Gist, W. E. (1992). Explaining Variability in External Audit Fees. *Accounting and Business Research*, 23(89), 79–84. <https://doi.org/10.1080/00014788.1992.9729863>
- Golen, S. (2008). Communication Barriers Between Internal and External Auditors. *ABEA Journal*, 27(Fall), 35–43. Retrieved from <http://journal.azbea.org/>
- Goodwin, J. & Seow, J. (2002). The Influence of Corporate Governance Mechanisms on the quality of financial reporting and Auditing: Perceptions of auditors and directors in Singapor. *Accounting & Finance*, 42(3), 195–223. <https://doi.org/10.1111/1467-629X.t01-1-00074>
- Goodwin, J., & Kent, P. (2006). Relation between external audit fees, audit committee characteristics and internal audit. *Accounting and Finance*, 46(3), 387–404. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2006.00174.x>
- Haron, H., Chambers, A., Ramsi, R., & Ismail, I. (2004). The reliance of external auditors on internal auditors. *Managerial Auditing Journal*, 19(9), 1148–1159. <https://doi.org/10.1108/02686900410562795>

- Hay, D., Knechel, W. R., & Ling, H. (2008). Evidence on the Impact of Internal Control and Corporate Governance on Audit Fees. *International Journal of Auditing*, 12(1), 9–24. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2008.00367.x>
- Ho, S., & Hutchinson, M. (2010). Internal audit department characteristics/activities and audit fees: Some evidence from Hong Kong firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), 121–136. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2010.07.004>
- ISA 610: Using the Work of External Auditors (2010). Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurances, and Related Services Pronouncements.
- Jiang, L., André, P., & Richard, C. (2017). An international study of internal audit function quality. *Accounting and Business Research*, 19 (9), 264–298. <https://doi.org/10.1080/00014788.2017.1357461>
- Lee, H.Y., & Park, H.-Y. (2016). Characteristics of the internal audit and external audit hours: evidence from S. Korea. *Managerial Auditing Journal*, 31 (6/7), 629–654. <https://doi.org/10.1108/MAJ-05-2015-1193>
- Marôco, J. (2010). Análise Estatística com o SPSS Statistics. 6ª ed. Pêro Pinheiro. Report Number Análise e Gestão de Informação, Lda
- Mohamed, Z., Zain, M. M., Subramaniam, N., Fadzilah, W., & Yusoff, W. (2012). Internal Audit Attributes and External Audit 's Reliance on Internal Audit: Implications for Audit Fees. *International Journal of Auditing*, 16 (3), 268–285. <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2012.00450.x>
- Munro, L., & Stewart, J. (2011). External auditors' reliance on internal auditing: further evidence. *Managerial Auditing Journal*, 26(6), 461–481. <https://doi.org/10.1108/02686901111142530>
- O'Keefe, T. B., Simunic, D., & Stein, M. T. (1994). The Production of Audit Services: Evidence from a Major Public Accounting Firm. *Journal of Accounting Research*, 32(2), 241–261. <https://doi.org/10.2307/2491284>
- Paino, H., Razali, F., & Jabar, F. (2015). The Influence of External Auditor's Working Style, Communication Barriers and Enterprise Risk Management toward Reliance on Internal Auditor's Work. *Procedia Economics and Finance*, 28 (April), 151–155. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01094-1](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01094-1)
- Petrascu, D., & Tieanu, A. (2014). The Role of Internal Audit in Fraud Prevention and Detection. *Procedia Economics and Finance*, 16(May), 489–497. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00829-6](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00829-6)
- Pizzini, M., Lin, S., & Ziegenfuss, D. E. (2015). The Impact of Internal Audit Function Quality and Contribution on Audit Delay. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 25–58. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50848>
- Prawitt, D. F., Sharp, N. Y., & Wood, D. A. (2011). Reconciling Archival and Experimental Research: Does Internal Audit Contribution Affect the External Audit Fee? *Behavioral Research in Accounting*, 23(2), 187–206. <https://doi.org/10.2308/bria-10065>
- Razek, M. A. (2014). The Association between Internal Auditing Function Quality and External Audit Costs - Evidence from Egypt. *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(20), 104–110. Retrieved from <https://www.iiste.org/Journals/index>
- Saidin, S. Z. (2014). Does reliance on internal auditors ' work reduced the external audit cost and

external audit work? *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 164(August), 641–646.  
<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.11.158>

Schneider, A. (2009). The Nature, Impact and Facilitation of External Auditor Reliance on Internal Auditing. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13(4), 41–53. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>

Singh, H., & Newby, R. (2010). Internal audit and audit fees: further evidence. *Managerial Auditing Journal*, 25(4), 309–327. <https://doi.org/10.1108/02686901011034153>

Suwaidan, M. S., & Qasim, A. (2010). External auditors' reliance on internal auditors and its impact on audit fees: An empirical investigation. *Managerial Auditing Journal*, 25(6), 509–525. <https://doi.org/10.1108/02686901011054845>

Walker, P. L., & Casterella, J. R. (2000). The Role of Auditee Profitability in Pricing New Audit Engagements. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(1), 157–167. <https://doi.org/10.2308/aud.2000.19.1.157>

Whittington, A., & Winters, J. (1990). Considering the Work of an Internal Auditor. *The CPA Journal*, 60(4), 28–34. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>

Wood, D. A (2004). Increasing Value Through Internal and External Auditor Coordination, The Institute of Internal Auditors Research Foundation.

Zain, M. M., Zaman, M., & Mohamed, Z. (2015). The Effect of Internal Audit Function Quality and Internal Audit Contribution to External Audit on Audit Fees. *International Journal of Accounting*, 19(3), 134–147. <https://doi.org/10.1111/ijau.12043>

### **Anexo III - Questionário**

Nota introdutória: O presente questionário insere-se no âmbito de uma Tese do Programa Doutoral em Contabilidade, conjunto da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho e tem como objetivo a análise do relacionamento entre a auditoria interna e os honorários dos auditores externos. Os dados obtidos destinam-se apenas á realização do estudo em questão sendo, desde já, garantida a sua confidencialidade.

#### **A. Exerce a sua atividade de revisor**

A título individual

Como sócio de uma SROC

Sob contrato de prestação com ROC ou SROC

#### **B. Há quantos anos exerce a sua atividade de auditor?**

Menos de 5 anos

Entre 5 e 10 anos

Mais de 10 anos

#### **C. As empresas que audita possuem departamento de auditoria interna?**

Nenhuma

Menos de 25% das empresas clientes

Entre 25% a 50% das empresas clientes

Entre 50% a 75% das empresas clientes

Mais de 75% das empresas clientes

Todas

1. Considerando a existência de auditoria interna numa empresa cliente, indique o grau de importância que atribui para o processo de auditoria externa, a cada um dos fatores associados com os seguintes aspetos, considerando uma escala de 1 a 5 em que 1-não tem importância e 5-muito importante:

<b>1.1. Atividades desenvolvidas pela auditoria interna:</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
a) Avaliação dos procedimentos de controlo interno da empresa b) Revisão de informação financeira e de matérias relacionadas com a auditoria externa c) Revisão de atividades operacionais d) Avaliação em conformidade com a lei das políticas e procedimentos da empresa e) Gestão de riscos f) Matérias relacionadas com o governo das sociedades g) Detecção e prevenção de fraude h) Outros. Quais?					
<b>1.2. Competências e características da auditoria interna</b> a) Os auditores internos tem a formação académica adequada b) Os auditores internos tem experiência profissional adequada/relevante c) Nível de utilização de técnicas informáticas pelos auditores internos d) Políticas adequadas de contratação e formação de auditores internos e) Os auditores internos são certificados f) A dimensão do departamento de auditoria interna g) Outros. Quais?					
<b>1.3. Objetividade</b> a) Inexistência de constrangimentos/ limitações ao desempenho das funções exercidas pela auditoria interna impostas pela gestão b) Obrigatoriedade de os auditores internos reportarem à Comissão de Auditoria ou outro organismo equivalente c) Inexistência de responsabilidades conflitantes dos auditores internos d) Atuação da gestão em conformidade com as recomendações da auditoria interna e) Outros. Quais?					
<b>1.4. Zelo Profissional</b> a) Planeamento e supervisão adequadas das atividades desenvolvidas pela auditoria interna b) Documentação adequada das atividades desenvolvidas pela auditoria interna c) Existência de adequados manuais de auditoria/ papéis de trabalho d) Suficiência e adequação das provas de auditoria recolhidas e) Outros. Quais?					
<b>1.5. Comunicação entre auditores internos e externos</b> a) Comunicação pela auditoria interna aos auditores externos de matérias relevantes b) Acesso ao auditor externo dos papéis de trabalho da auditoria interna c) Frequência de reuniões entre auditores internos e externos d) Coordenação entre a auditoria interna e a auditoria externa e) Outros. Quais?					



2. Na sua perspetiva, a utilização do trabalho da auditoria interna pela auditoria externa é vantajosa?

Sim ☐

Não ☐

3. Relativamente a cada um dos aspetos que a seguir se indicam, indique se o trabalho desenvolvido por parte da auditoria interna permite ao auditor externo:

	Reduzir	Manter	Aumentar
a) Horas Planeadas			
b) Quantidade de testes de controlo			
c) Quantidade de testes substantivos			
d) Qualidade da auditoria externa			
e) Honorários da auditoria externa			

4. Deseja receber um resumo dos resultados obtidos com este trabalho?

Sim ☐

Não ☐

Caso indique que sim na resposta anterior, por favor introduza o seu endereço eletrónico.



## CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1. Conclusões Principais

O presente estudo visa analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria para Portugal e Espanha.

De forma a alcançarmos o nosso objetivo principal dividimos o presente estudo em três objetivos principais. O primeiro objetivo que corresponde ao capítulo 2 recai sobre uma conjuntura mais económica que visa analisar diferentes características da empresa auditada e também da empresa auditora como fatores determinantes dos honorários de auditoria externa nestes dois países. O segundo objetivo que corresponde ao capítulo 3 consiste em analisar o relacionamento entre os mecanismos do governo das sociedades mais concretamente as características do Conselho de Administração e do Órgão de Supervisão e os honorários dos auditores externos. Por ultimo, o capítulo 4 visa analisar a importância e influência que a auditoria interna exerce na auditoria externa e, conseqüentemente, o seu impacto no preço da auditoria externa.

Os dois primeiros estudos adotam uma metodologia muito similar. Para ambos os estudos utilizou-se o modelo *pooled OLS*. Este modelo revelou-se ser mais adequado do que o modelo dos efeitos fixos e o dos efeitos aleatórios pois o  $R^2$  ajustado obtido é superior ao dos restantes modelos referidos. Para aplicar o modelo de regressão com o intuito de analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria na Península Ibérica, foram recolhidos dados dos relatórios de contas das empresas com títulos cotados na bolsa de valores portuguesa (*Euronext Lisbon*) e nas quatro bolsas de valores espanholas (Valência, Madrid, Bilbao e Barcelona) para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Relativamente ao capítulo 2, primeiro estudo, por um lado, formularam-se hipóteses de investigação relativas às características da própria empresa visando testar se os honorários de auditoria (medidos pelo logaritmo dos honorários cobrados anualmente pelas empresas de auditoria) são influenciados pela dimensão da empresa, pela complexidade, pelo risco e pela gestão de resultados da empresa auditada. Por outro lado, formularam-se hipóteses de investigação relativas às empresas de auditoria visando também verificar se o facto de a empresa auditora fazer parte, ou não, das *big four*, bem como os *non audit fees* (outros serviços que não os de auditoria externa) influenciava os honorários de auditoria. Adicionou-se ainda uma variável de controlo para permitir verificar se a rotação da empresa auditora influencia ou não os honorários cobrados aos clientes.

Relativamente ao capítulo 3, segundo estudo, dado o relacionamento do governo das sociedades com a auditoria externa, nomeadamente na procura de maior qualidade desta, procurou-se testar a influencia dos mecanismos de governo das sociedades nos honorários de auditoria. Assim, as

hipóteses de investigação permitiram testar se a independência, diligência, dimensão e percentagem de capital detido pelo Conselho de Administração, bem como a independência e diligência do Órgão de Fiscalização influenciam os honorários de auditoria.

A análise conjunta de resultados do capítulo 2 e do capítulo 3 permite-nos concluir que estes são convergentes. Os resultados do capítulo 2 mostram para a amostra portuguesa que a dimensão da empresa auditada influencia os honorários da auditoria externa e os resultados do capítulo 3 vem reforçar essa importância. Também para a amostra espanhola os resultados do capítulo 3 coincidem com os resultados do capítulo 2 ao reforçarem a influência da dimensão, complexidade e risco da empresa auditada nos honorários de auditoria assim como o facto de as *big four* cobrarem honorários de auditoria mais elevados.

Relativamente à amostra portuguesa a análise conjunta dos dois capítulos referidos anteriormente mostra que a complexidade e a dimensão da empresa auditada são os únicos fatores que influenciam os honorários de auditoria em Portugal.

Relativamente a Espanha verificamos, quando observamos os resultados obtidos quer no capítulo 2 quer no capítulo 3 de forma conjunta, que de uma forma geral os resultados obtidos estão em conformidade com o defendido pela literatura. Desta forma uma maior dimensão e complexidade da empresa auditada (Kimeli, 2016; Thi & Hong, 2017; Urhoghide & Izedonmi, 2015) e risco (André, Broye, Pong & Schatt, 2016; Bills, Lisic e Seidel, 2017; Pratt & Stice, 1994) originam honorários mais elevados. Também se verificou que as *big four* cobram honorários mais elevados (Campa, 2013; Caneghem, 2010; Ulaq & Leghari, 2015), preço esse que poderá ser potenciado pela marca que possuem ou pela qualidade que dão à auditoria. Em contrapartida, a gestão de resultados ao contrário do esperado revelou-se influenciar de forma significativa e negativa os honorários de auditoria. Seria expectável que influenciasse de forma positiva os honorários de auditoria já que quanto maior a probabilidade de existir gestão de resultados por parte da gestão da empresa maior o risco da empresa auditada e, consequentemente, os honorários de auditoria (Alali, 2011; Gu & Hu, 2015). A variável de controlo, isto é a rotação da empresa auditora também forneceu resultados interessantes já que vai ao encontro da literatura que defende o efeito *law-balling*, isto é, os auditores cobram menos honorários no início do contrato por questões de interesse profissional nomeadamente “conseguir o cliente” (Bills et. al, 2017; Corbella, Florio, Giotti, e Mastrolia, 2015). Também relativamente às características de governo das sociedades apesar de a maior parte das características escolhidas não se mostrar relevante na determinação dos honorários de auditoria dos auditores espanhóis pelo menos a diligência do Conselho de Administração, medida pelo número de reuniões realizadas por este organismo, assim como a detenção de capital do mesmo, mostraram-se relevantes

na determinação dos honorários de auditoria. Estes resultados indicam, assim, que quanto maior a diligência do Conselho de Administração, medida pelo número de reuniões realizadas, maior a exigência por uma auditoria de qualidade que se reflete num aumento do preço da auditoria (perspetiva da procura de uma auditoria de qualidade) (Krishnan & Visvanathan, 2009; Zaman, Hudaib, & Haniffa, 2011). Por outro lado, quanto maior a percentagem de capital detida pelos membros do Conselho de Administração, maior a influência dos acionistas no Conselho de Administração e maior o acesso à informação. Há portanto uma menor preocupação em monitorizar a gestão, uma menor preocupação com a exigência da auditoria pois os próprios membros do Conselho de Administração sendo também eles acionistas já fazem essa monitorização o que resulta numa menor exigência de esforço ao auditor e, consequentemente, em honorários mais baixos (perspetiva do fornecedor/auditor) (Mitra, Hossain & Deis, 2007; O'Sullivan, 2000).

Os estudos desenvolvidos pela literatura ao longo do tempo tem vindo a reforçar a influência da auditoria interna na auditoria externa nomeadamente no tempo e qualidade e também no seu custo. Por este motivo entendeu-se relevante o estudo da influência da auditoria interna na auditoria externa e consequentemente nos seus honorários (capítulo 4). Para tal, recorreu-se ao método por questionário dirigidos aos auditores externos portugueses e espanhóis. As respostas obtidas e o consequente tratamento dos dados permitiu-nos verificar que de uma forma geral a perceção destes auditores, baseada na sua experiência profissional, é de que a auditoria interna apresenta potencialidades que devem ser aproveitadas principalmente no que diz respeito à avaliação do controlo interno e à deteção de fraude (Petrascu & Tieanu, 2014; Goodwin & Seow, 2002). Contudo, enquanto os auditores externos portugueses consideram que o trabalho de auditoria interna influencia as horas planeadas (Lee & Park, 2016; Pizzini, Lin & Ziegenfuss, 2015) e quantidade de testes de controlo a aplicar pelos auditores externos (Schneider, 2009; Razek, 2014), os auditores espanhóis consideram que a auditoria interna também exerce influência nos testes substantivos a aplicar (Ho & Hutchinson, 2010) e na qualidade da auditoria externa (Lee & Park, 2016). Ambos os auditores consideram que a utilização do trabalho do auditor interno por mais vantajosa que seja não afeta os seus honorários o que vai ao encontro de vários autores (Gerrard, Houghton & Woodliff, 1994; Suwaidan & Qasim, 2010; Saidin, 2014)

A tabela 5.1 apresenta os resultados dos três estudos de forma a evidenciar os aspetos comuns e divergentes a ambos os países.

**Tabela 5.1:** Resumo do capítulo 2, 3 e 4.

<b>Fatores que Influenciam Honorários auditoria Externa</b>	<b>Portugal</b>	<b>Espanha</b>
Dimensão	X	X
Complexidade	X	X
Tipo de empresa auditora		X
Risco		X
<i>Non-audit fees</i>		
Gestão resultados		X
Rotação empresa auditora		X
Independência do Conselho Administração		
Diligência do Conselho Administração		X
Dimensão do Conselho Administração		
Capital detido pelo Conselho Administração		X
Independência do Órgão de Fiscalização		
Diligência do Órgão Fiscalização		
<b>Influência na decisão de utilização do trabalho da auditoria Interna</b>	X	X
Atividades desenvolvidas pela auditoria interna	X	X
Competências e características da auditoria Interna	X	X
Objetividade da auditoria interna	X	X
Zelo profissional da auditoria interna	X	X
Comunicação entre auditores internos e externos	X	X
Auditoria interna é vantajosa	X	X
<b>Influência da auditoria interna no trabalho da auditoria externa</b>		
Horas planeadas	X	X
Testes de controlo	X	X
Testes substantivos		X
Qualidade da auditoria externa		X
Honorários dos auditores externos		

Da análise conjunta dos resultados dos três estudos podemos concluir, de uma forma genérica, que os seguintes aspetos são comuns aos dois países:

- A dimensão e complexidade da empresa auditada são os únicos fatores comuns a ambos os países que influenciam os honorários de auditoria externa;
- Os *non-audit fees* não influenciam os honorários de auditoria;
- As características do Órgão de Fiscalização não exercem qualquer influência nos honorários de auditoria;
- Os auditores externos tem uma opinião consensual de que a auditoria interna é vantajosa para a auditoria externa;
- As atividades desenvolvidas pela auditoria interna, as competências, características, zelo profissional da auditoria interna, assim como, a comunicação entre auditores internos e externos são fatores considerados importantes na decisão de utilização do trabalho do auditor interno por parte do externo;

- Os auditores externos consideram que o trabalho desenvolvido pela auditoria interna influencia as horas planeadas e os testes de controlo a realizar, não se refletindo nos honorários da auditoria externa.

Por outro lado, salientam-se as seguintes divergências entre os dois países:

- As *big four* dominam o mercado de serviços de auditoria português mas não refletem esse domínio no custo da auditoria. Já em Espanha as empresas de auditoria cobram honorários mais elevados pelos seus serviços quando comparados com as *non-big four*.
- Existem outros fatores para além da dimensão e complexidade da empresa auditada que influenciam os honorários da auditoria externa para as empresas espanholas, tais como, o risco, a gestão de resultados, a rotação da empresa auditora e o facto de a empresa auditora ser uma *big four*;
- As características do Conselho de Administração exercem influência nos honorários de auditoria externa das empresas espanholas nomeadamente o capital detido por este organismo e o seu nível de independência, mas não das empresas portuguesas;
- Os auditores externos espanhóis consideram que o trabalho desenvolvido pela auditoria interna também influencia os testes substantivos e a qualidade da auditoria externa.

Estes resultados permitem-nos concluir que a conjuntura económica que envolve os serviços de auditoria é diferente em ambos os países o que faz com que os seus honorários sejam determinados em Portugal de forma diferente do que são determinados em Espanha.

Comparando os resultados portugueses com os espanhóis verificamos, por exemplo, que apesar de em ambos os países o mercado de serviços de auditoria ser fortemente dominado pelas *big four*, em Portugal, o facto de a empresa auditora ser ou não uma *big four* não influencia a determinação dos honorários de auditoria, já em Espanha esta influência existe. Estes resultados indiciam que em Portugal, apesar da tabela de honorários não ser obrigatória desde 2005, os auditores continuam a ser fortemente influenciados pela tabela ou pelo fator base de construção desta, a dimensão da empresa. Por outro lado, estes resultados podem apenas resultar da reduzida dimensão da amostra. Já em Espanha os resultados são comuns aos obtidos pela literatura, isto é, os honorários de auditoria são influenciados pela dimensão, complexidade, risco, tipo de empresa auditora, gestão de resultados, rotação da empresa auditora e pelos mecanismos de governo das sociedades.

Já relativamente à análise do relacionamento entre a auditoria interna e da auditoria externa a diferença de resultados pode estar relacionada com a importância atribuída pelos auditores externos à

auditoria interna. Seguindo esta perspectiva os auditores externos portugueses optam por uma postura neutra em que a auditoria interna é sim vantajosa mas depois não há uma passagem direta dessa vantagem para os honorários do auditor externo. Esta perspectiva reforça também os resultados obtidos no capítulo 2 e 3 em que a complexidade e dimensão da empresa auditada são os únicos fatores considerados relevantes na determinação dos honorários da auditoria externa. Os auditores externos espanhóis por sua vez, parecem aproveitar as potencialidades oferecidas pela auditoria interna de uma forma mais extensa não só em termos de avaliação do controlo interno da empresa e deteção de fraude mas também permitem que a auditoria interna influencie a forma como desempenham o seu trabalho em termos de horas planeadas e qualidade da auditoria externa não passando essa influencia para os honorários a cobrar às empresas de auditoria. Por outro lado, a percentagem de auditores externos espanhóis que auditam empresas sem departamento de auditoria interna (64%) é significativamente superior à dos portugueses (44%) podendo significar que os auditores externos portugueses estão mais perto da realidade portuguesa podendo dar respostas resultantes da sua experiência efetiva.

## **5.2. Limitações do estudo**

As limitações do presente estudo prendem-se principalmente com a reduzida dimensão da amostra, principalmente na amostra portuguesa. Contudo esta amostra reduzida resulta diretamente da própria dimensão do mercado de capitais português pois foram incluídas todas as empresas não financeiras que estiveram cotadas pelo menos em dois dos anos do período em análise. A inclusão de outras empresas que não as cotadas em bolsa seria uma forma de contornar esta limitação se não fosse difícil a obtenção de determinado tipo de informações fundamentais para o nosso trabalho como por exemplo o montante de honorários cobrados pelas empresas de auditoria que não são de divulgação obrigatória para as empresas não cotadas em bolsa.

No segundo estudo a não inclusão da especialização do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização constituiu igualmente uma limitação apesar de também estar relacionada com a difícil obtenção de informação que permitisse analisar esta variável.

Por outro lado, a utilização do método por questionário como método de investigação para a análise do relacionamento entre a auditoria interna e externa e o seu impacto nos honorários de auditoria também constitui uma limitação ao presente estudo. A existência de poucas empresas com departamento de auditoria interna também faz com que os resultados obtidos estejam mais direcionados para a perceção dos auditores externos e não de uma constatação da realidade.



### 5.3. Investigação futura

Em termos de investigação futura, como neste estudo não há divisão entre grandes e pequenas e médias empresas, e a dimensão da empresa auditada é um dos fatores mais justificativos dos honorários de auditoria, seria interessante analisar a influência que os restantes fatores exercem nos honorários de auditoria, consoante estivessem em causa grandes e pequenas e médias empresas.

Em termos de investigação futura se as empresas divulgassem este tipo de informação seria bastante interessante alargar a amostra. Adicionalmente, seria interessante a exploração do relacionamento dos honorários de auditoria com outras medidas de governo das sociedades tal como a estrutura do capital da empresa auditada (se é mais concentrada ou dispersa e o tipo de grupo ou pessoa detentora do capital).

Por outro lado, a elaboração de um questionário dirigido aos auditores externos e internos de cada uma das empresas cotada nas bolsas de valores portuguesas e espanholas permitiria verificar a variação nos honorários de cada uma destas empresas. Este tipo de estudo permitiria perceber as características dos departamentos de auditoria interna destas empresas (caso existam) em termos de dimensão, qualificação, tecnologia, tipo de atividades desenvolvidas, procedimentos utilizados, entre outros aspetos. Contudo, também seria mais difícil a obtenção de respostas uma vez que incluiria dois questionários diferentes e exigiria que cada um dos inquiridos (departamento de auditoria interna da empresa auditada e correspondente auditor externo) respondesse. Seria também interessante estudar o efeito da utilização do trabalho da auditoria interna contratada em regime de *outsourcing* na qualidade da auditoria externa e consequentemente nos honorários dos auditores externos, assim como o efeito da assistência direta dos auditores internos aos externos.

Outra questão de investigação interessante consiste na análise dos honorários de auditoria após a introdução das regras resultantes da aplicação da diretiva europeia.

## Bibliografia

- André, P., Broye, G., Pong, C., & Schatt, A. (2016). Are Joint Audits Associated with Higher Fees? *European Accounting Review*, 25(2), 245–274. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.998016>
- Alali, F. (2011). Audit Fees and Discretionary Accruals: Compensation Structure Effect. *Managerial Auditing Journal*, 26(2), 90–113. <https://doi.org/10.1108/02686901111094994>
- Bills, K. L., Lisic, L. L., & Seidel, T. A. (2017). Do CEO succession and succession planning affect stakeholders' perceptions of financial reporting risk? evidence from audit fees. *Accounting Review*, 92(4), 27–52. <https://doi.org/10.2308/accr-51567>
- Corbella, S., Florio, C., Gotti, G., & Mastrolia, S. A. (2015). Audit firm rotation, audit fees and audit quality: The experience of Italian public companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 25, 46–66. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2015.10.003>
- Gerrard, I., Houghton, K., & Woodliff, D. (1994). Audit Fees: The Effects of Auditee, Auditor and Industry Differences. *Managerial Auditing Journal*, 9(7), 3–11. <https://doi.org/10.1108/02686909410067534>
- Goodwin, J. & Seow, J. (2002). The Influence of Corporate Governance Mechanisms on the quality of financial reporting and Auditing: Perceptions of auditors and directors in Singapore. *Accounting & Finance*, 42(3), 195–223. <https://doi.org/10.1111/1467-629X.t01-1-00074>
- Gu, J., & Hu, D. (2015). Audit Fees, Earnings Management, and Litigation Risk: Evidence from Japanese Firms Cross-Listed on U.S. Markets. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 19(3), 125–139. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Ho, S., & Hutchinson, M. (2010). Internal audit department characteristics/activities and audit fees: Some evidence from Hong Kong firms. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), 121–136. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2010.07.004>
- Kimeli, E. K. (2016). Determinants of Audit Fees Pricing: Evidence from Nairobi Securities Exchange (NSE). *International Journal of Research in Business Studies and Management*, 3(1), 23–35. Retrieved from <http://www.ijrbms.org/>
- Krishnan, G. V. (2003). Audit quality and the pricing of discretionary accruals. *Auditing*, 22(1), 109–126. <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.1.109>
- Lee, H.Y., & Park, H.-Y. (2016). Characteristics of the internal audit and external audit hours: evidence from S. Korea. *Managerial Auditing Journal*, 31 (6/7), 629–654. <https://doi.org/10.1108/MAJ-05-2015-1193>
- Mitra, S., Hossain, M., & Deis, D. R. (2007). The empirical relationship between ownership characteristics and audit fees. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 28(3), 257–285. <http://doi.org/10.1007/s11156-006-0014-7>
- O'Sullivan. (2000). The Impact of Board Composition and Ownership on Audit Quality: Evidence From Large UK Companies. *The British Accounting Review*, 32(4), 397–414. <http://doi.org/10.1006/bare.2000.0139>
- Petrascu, D., & Tieanu, A. (2014). The Role of Internal Audit in Fraud Prevention and Detection. *Procedia Economics and Finance*, 16(May), 489–497. <https://doi.org/10.1016/S2212->

- Pratt, J., & Stice, J. D. (1994). The Effects of Client Characteristics on Auditor Litigation Risk Judgments, Required Audit Evidence, and Recommended Audit Fees. *The Accounting Review*, 69(4), 639–656.
- Pizzini, M., Lin, S., & Ziegenfuss, D. E. (2015). The Impact of Internal Audit Function Quality and Contribution on Audit Delay. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 25–58. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50848>
- Razek, M. A. (2014). The Association between Internal Auditing Function Quality and External Audit Costs- Evidence from Egypt. *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(20), 104–110. Retrieved from <https://www.iiste.org/Journals/index>
- Saidin, S. Z. (2014). Does reliance on internal auditors ' work reduced the external audit cost and external audit work ? *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 164(August), 641–646. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.11.158>
- Schneider, A. (2009). The Nature, Impact and Facilitation of External Auditor Reliance on Internal Auditing. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13(4), 41–53. Retrieved from <https://www.b-on.pt/>
- Suwaidan, M. S., & Qasim, A. (2010). External auditors' reliance on internal auditors and its impact on audit fees: An empirical investigation. *Managerial Auditing Journal*, 25(6), 509–525. <https://doi.org/10.1108/02686901011054845>
- Thi, N., & Hong, P. (2017). The Determinants of Audit Fees for Companies in Vietnam. *Journal of Economics and Development*, 19(2), 68–88. Retrieved from <http://jed.neu.edu.vn/>
- UlHaq, A., & Leghari, M. K. (2015). Determinants of Audit Fee in Pakistan. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6(9), 176–189. Retrieved from <https://www.iiste.org/>
- Urhoghide, R., & Izedonmi, F. (2015). An Empirical Investigation of Audit Fee Determinants in Nigeria. *International Journal of Business and Social Research*, 5(8), 48–58. Retrieved from <https://thejournalofbusiness.org/index.php/site>
- Zaman, M., Hudaib, M., & Haniffa, R. (2011). Corporate governance quality, audit fees and non-audit services fees. *Journal of Business Finance and Accounting*, 38(1-2), 165–197. <http://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2010.02224.x>